

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
Instituto de Estudos Políticos

Reflexo do “Verão Quente” de 1975
Nos Processos de Transição Democrática de Portugal e
Espanha

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança e Defesa, especialidade em Ciência Política

Por **Francisco Domingos Garcia Falcão Machado**

Orientadora: Prof. Doutora Elisabete Azevedo-Harman

Março de 2014

Índice de trabalho

Siglas e abreviaturas	3
Cronologia	5
Resumo	11
Capítulo 1 – Introdução	12
Capítulo 2 – Breve revisão de alguma literatura sobre as transições democráticas	17
Capítulo 3 – O último ano dos regimes autoritários ibéricos	34
Capítulo 4 – 25 de Abril de 1974: a mudança	57
Capítulo 5 – Os Governos Provisórios	73
Capítulo 6 – O “Verão Quente” de 1975	89
Capítulo 7 – A transição espanhola e o “Verão Quente”	117
Capítulo 8 – Conclusões	149
Referências bibliográficas	154

SIGLAS e ABREVIATURAS

- CC – Comissão Coordenadora (do MFA)
- CC.OO. – *Comisiones Obreras*
- CDE – Comissão Democrática Eleitoral
- CDS – Centro Democrático e Social
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CEMGFA – Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
- CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
- COPCON – Comando Operacional do Continente
- CR – Conselho da Revolução
- DGS – Direcção Geral de Segurança
- ELP – Exército de Libertação de Portugal
- EUA – Estados Unidos da América
- EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas
- ETA – *Euskadi Ti Askatasuna* – Organização Basca Revolucionária fundada em 1959
- FRAP – *Frente Revolucionário Antifascista y Patriota*
- JSN – Junta de Salvação Nacional
- MAE – *Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación*
- MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal
- MDP/CDE – Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral
- MES – Movimento de Esquerda Socialista
- MFA – Movimento das Forças Armadas
- MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- MRPP – Movimento Reorganizador do partido do Proletariado
- NATO – *North Atlantic Treaty Organisation*
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAP – Plano de Acção Política
- PCE – *Partido Comunista de España*
- PCP – Partido Comunista Português
- PDC – Partido da Democracia Cristã
- PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direcção-Geral de Segurança

PPD – Partido Popular Democrático

PPES – Programa de Política Económica e Social

PR – Presidente da República

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista Português

PSD – Partido Social-Democrata

PSOE – *Partido Socialista Obrero Español*

PSP – *Partido Socialista Popular*

SEDES – Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social

UCD – *Unión Centro Democrático*

UDP – União Democrática Popular

EU – União Europeia

UMD – *Unión Militar Democrática*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

CRONOLOGIA

Portugal

1974-1976

1974

22 Fevereiro – General António de Spínola, vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, publica o livro “Portugal e o Futuro”.

14 Março – Governo demite o Chefe e o Vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, generais Costa Gomes e António de Spínola, respectivamente.

16 Março – Tentativa de golpe militar das Caldas.

25 Abril – Golpe militar do “Movimento dos Capitães” derruba o Governo de Marcelo Caetano. O poder político é assumido por uma Junta de Salvação Nacional militar presidida pelo general António de Spínola.

São destituídos os anteriores Presidentes da República e do Conselho, bem como a Assembleia Nacional. Extinção da ANP, da polícia política (PIDE-DGS) e da Censura prévia.

Várias personalidades portuguesas regressam do exílio.

O Movimento dos Capitães, transformado em Movimento das Forças Armadas (MFA), apresenta o seu programa.

1 Maio - Manifestação do 1º de Maio.

15 Maio – General Spínola assume a Presidência da República.

15 Maio - Tomada de posse do 1º Governo Provisório (Palma Carlos). Os diversos grupos políticos começam a organizar-se.

31 Maio – Tomada de posse do novo Conselho de Estado.

10 Julho - Demissão do Governo de Palma Carlos

17 Julho - Tomada de posse do 2º Governo Provisório (Vasco Gonçalves).

30 Setembro - O Presidente da República, general Spínola, demite-se e é substituído pelo general Costa Gomes.

30 Setembro - Tomada de posse do 3º Governo Provisório (Vasco Gonçalves).

1975

11 Março – Tentativa de golpe militar inspirado por Spínola; radicalização do MFA que institucionaliza o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA; decretadas expropriações e nacionalizações.

26 Março - Tomada de posse do 4º Governo Provisório (Vasco Gonçalves).

11 Abril - Assinatura do 1º Pacto Partidos políticos/ MFA.

25 Abril - Eleições para a Assembleia Constituinte. O Partido Socialista obtém maioria.

8 Agosto - Tomada de posse do 5º Governo provisório (Vasco Gonçalves). Emerge o “Directório” político-militar do sector radical do MFA. Opõe-se-lhe o chamado “Grupo dos Nove” como reacção dos sectores militares moderados. Começam as pressões para o afastamento do PM Vasco Gonçalves.

12 Setembro – Afastamento de Vasco Gonçalves e demissão do 5.º Governo Provisório.

19 Setembro – Tomada de posse do 6º Governo provisório (Pinheiro de Azevedo).

27 Setembro - Execução de 5 antifranquistas, em Espanha, apesar de numerosos pedidos de clemência, originando grande manifestação de protesto frente ao Consulado

e à Embaixada espanhola em Lisboa cujas instalações são seguidamente assaltadas, saqueadas e incendiadas.

12 Novembro – Cerco do Palácio de São Bento e sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte por movimentos de esquerda.

25 Novembro – Golpe militar promovido pelos sectores moderados consolidando o 6º Governo provisório e neutralizando tanto a ala militar mais radical como os grupos civis de extrema-esquerda. O PCP opta por manter atitude de neutralidade

1976

26 Fevereiro – Assinatura do 2º Pacto MFA/ Partidos políticos.

2 Abril – Assembleia Constituinte aprova a Constituição de 1976 que prevê a continuidade do Conselho da Revolução.

26 Abril – Eleições legislativas para a Assembleia da República. O Partido Socialista obtém a maioria.

27 Junho – Eleições presidenciais. O General Ramalho Eanes alcança a maioria absoluta.

14 Julho – Ramalho Eanes toma posse como Presidente da República.

23 Julho – Toma posse o 1º Governo constitucional tendo Mário Soares como Primeiro Ministro, após a demissão do 6.º Governo Provisório.

12 Dezembro – Eleições para as autarquias locais.

1982

30 Setembro – Assembleia da República aprova a Constituição de 1982 que extingue o Conselho da Revolução.

Espanha

1973-1975

1973

20 Dezembro – Assassinato do Presidente do Governo de Espanha, almirante Carrero Blanco.

1974

4 Janeiro – Toma posse o novo Governo presidido por Carlos Arias Navarro.

12 Fevereiro – Arias Navarro apresenta o programa do seu Governo que prevê a possibilidade de constituição de “associações políticas”.

1975

10 Junho - Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros visita oficialmente em Madrid o seu homólogo espanhol, Pedro Cortina Mauri.

27 Setembro - Grande manifestação de protesto pela execução de militantes antifranquistas frente ao Consulado e à Embaixada de Espanha em Lisboa cujas instalações são seguidamente assaltadas, saqueadas e incendiadas. Diplomatas espanhóis retiram-se para Madrid. Reacção das autoridades espanholas é relativamente moderada.

20 Novembro – Morte do Generalíssimo Franco; o Conselho de Regência assume o poder interinamente.

22 Novembro – Juan Carlos de Bourbon é proclamado Rei de Espanha. Mantém o Presidente do anterior Governo, Arias Navarro.

1976

Fevereiro - Melo Antunes, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, encontra-se com o seu homólogo espanhol, Areilza, na cidade da Guarda.

4 Julho – Rei designa Adolfo Suárez como novo Presidente do Governo.

15 Dezembro – Depois de aprovada pelas Cortes, o Governo de Suarez submete a referendo nacional a Lei de Reforma Política que é aprovada por 88% dos votantes.

1977

15 Junho – Nas primeiras eleições legislativas democráticas a União do Centro Democrático, liderada por Adolfo Suárez, obtém com 34% dos votos a maioria absoluta dos mandatos.

25 de Outubro de 1977 – Assinatura dos pactos de Moncloa.

1978

6 Dezembro – A nova Constituição espanhola é aprovada em referendo por 88,4% dos votantes.

1979

25 Outubro - Referendos da autonomia regional na Catalunha e no País Basco.

1981

29 Janeiro – Adolfo Suárez apresenta a demissão ao Rei, sendo substituído na chefia do Governo pelo dirigente da UCD Miguel Calvo-Sotelo.

23 Fevereiro – Tentativa de golpe de um grupo de militares que ocupa o Parlamento.

1982

28 Outubro – O PSOE (esquerda democrática), liderado por Felipe González, obtém a maioria absoluta dos mandatos nas eleições parlamentares.

Resumo (*abstract*)

A presente dissertação concentra-se na área da ciência política e mais precisamente num dos fenómenos a que a teoria das vagas de democratização alude, o chamado *snowballing*, ou seja, a influência que o processo de transição para a democracia de um país pode ter na transição democrática de outro país. O eventual contributo deste trabalho para os estudos de ciência política será não só facilitar a compreensão dos processos de democratização ibéricos, como também auxiliar o conhecimento genérico sobre as causas de processos de transição política.

Uma teorização dos processos de transição para a democracia foi feita por Samuel Huntington (1991) no seu estudo sobre a “terceira vaga”. O trabalho de Huntington tem recebido avaliações diversificadas, algumas num tom crítico, que sublinham basicamente duas questões: 1) as dificuldades que podem surgir na qualificação de um país como democrático ou não; 2) a constatação de que a teorização de Huntington já não se aplica ao mundo actual. O caso de espécie escolhido para exame é o dos processos ibéricos de transição. Comparados, esses processos revelam inúmeras semelhanças e disparidades. Por isso, tanto como confirmar o grau de influência exercida, examinar-se-á se a natureza da reacção a essa influência foi positiva ou negativa. A questão genérica que se enfrentará será pois a seguinte: como se relacionam os processos de transição para a democracia de Portugal e da Espanha? E a pergunta concreta à qual se tentará responder é: que efeito produziu a Revolução Portuguesa, mais precisamente o período designado como “Verão Quente” de 1975, no processo de democratização espanhol?

A resposta que for dada a tais questões permitirá determinar se houve efectivamente uma reprodução espanhola do paradigma desenvolvido em Portugal ou se o sucedido em Portugal foi precisamente o que o povo espanhol evitou, recordando eventualmente uma célebre “teoria da vacina” tão na moda naqueles tempos.

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

1. Esta dissertação teve como objectivo geral o estudo dos processos de transição para a democracia e de forma particular uma avaliação do chamado efeito de *snowballing* na perspectiva da ciência política. Serão levadas especialmente em linha de conta as experiências de mudança de regime político acontecidas no sul da Europa, mais concretamente em Portugal e Espanha a partir de 1974, ou seja, da “terceira vaga” de transições democráticas, segundo a estimulante classificação de Samuel Huntington. Inserir-se-á por conseguinte esta dissertação no domínio da “transitologia”, isto é, do estudo académico dos processos de transição de regimes autoritários para regimes democráticos e vice-versa, estudo este que começou a ganhar maior visibilidade após o trabalho inicial do autor norte-americano Samuel Huntington.

Posto isto, o que concretamente se pretende averiguar é em que medida o designado efeito de *snowballing* – expressão com que se pretende designar o fenómeno das democratizações que foram encorajadas por idênticos processos bem-sucedidos verificados noutros países geograficamente próximos e/ ou culturalmente semelhantes – pesou ou não nos processos europeus de evolução para a democracia do séc. XX. De facto, se a teoria política talvez ainda não tenha conseguido completar um paradigma de interpretação que permita esgotar os traços mais relevantes do referido efeito de *snowballing* o caso de estudo em apreço exigirá um exercício de análise complexo por natureza – tantas são as variáveis a levar em linha de conta – que se arrisca a não conseguir alcançar respostas definitivas. Não obstante, tal esforço valerá a pena se de alguma forma, ainda que muito limitada, ajudar a melhor entender o efeito de

snowballing – ele próprio objecto de valorações diversificadas – em todas as suas variantes e assim contribuir para uma compreensão consistente dos processos de democratização que o mundo moderno deseja e acolhe.

2. O sub-tema da dissertação consistirá numa comparação essencialmente cronológica dos casos de Espanha e de Portugal, com especial incidência no período que ficou conhecido por “Verão Quente” de 1975, cuja variedade de ocorrências não há a pretensão de esgotar num texto obrigatoriamente breve.

Alerte-se, desde já, que este momento concreto dos fenómenos peninsulares de transição democrática talvez ainda se encontre refém não só da relativa escassez de trabalhos académicos que lhe têm sido dedicados, como também de situações no terreno, como o caso das autonomias espanholas que insistem em resistir à análise da ciência política. No entanto, mesmo que nos nossos dias o tratamento desenvolvido desses temas não tenha almejado libertar-se inteiramente de um certo residual de emotividade, existem relatos oficiais, oficiosos e jornalísticos, bem como testemunhos pessoais que aguardam uma recolha ou uma releitura mais afastada no tempo e, tanto quanto possível, mais imparcial na avaliação. É precisamente o que se tentará fazer. Dito isto, impõe-se apresentar a questão genérica que se pretende encarar nesta dissertação - como se relacionam os processos de transição para a democracia de Portugal e da Espanha? E a pergunta concreta a que se tentará responder é a de saber que efeito teve a Revolução Portuguesa, mais precisamente o período do “Verão Quente” de 1975, no processo de democratização espanhol. De facto, essa não é uma questão que se possa considerar encerrada, tanto mais que a literatura existente continua a defender um espectro de respostas que vão desde as que não reconhecem a existência de qualquer relação significativa entre a transição democrática espanhola e a

portuguesa, até às que consideram inegável uma sólida interconexão entre os dois eventos. Acresce ainda que neste último grupo de respostas haverá que distinguir entre aquelas que colocam em destaque as influências precursoras da “vaga” que pôs em causa os regimes autoritários da península ibérica e aquelas que valorizam o efeito de reacção (ou de “vacina”) que o processo português terá causado no processo de democratização da nação vizinha e não só, como adiante melhor se examinará. De qualquer forma, a Revolução Portuguesa será tomada portanto como variável independente e a transição espanhola como variável dependente.

Naturalmente, a abordagem de um tema tão rico e controverso como este levanta questões mais vastas como a de saber para que tipo de democracia caminha o mundo ocidental ou a de apurar se o conceito *vestfaliano* de Estado que ainda hoje preside a boa parte da respectiva acção não estará ele mesmo a metamorfosear-se para novos paradigmas de governo da Humanidade.

3. A dissertação começará por visitar a obra e as doutrinas dos mais conhecidos teóricos das transições democráticas em geral, tentando fazer um levantamento muito sucinto das ideias e críticas que têm sido elaboradas em seu torno assim como ensaiar uma breve reflexão sobre as noções de democracia e de Estado nelas implícitas.

Poderemos associar desde já a este passo da investigação que nos propomos fazer os trabalhos de Seymour Martin Lipset (1959), Dankwart Rustow (1970), Guillermo O’Donnell (1996), Philippe C. Schmitter (1991; 1999), Samuel Huntington (1991; 1996), Larry Diamond (1996; 1999), Thomas Carothers (2002), Jörgen Möller e Svend-Erik Skaaning (2013), entre outros.

Será dada particular atenção a um autor como Samuel Huntington que, no seu célebre ensaio *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (1991) nomeou

como “terceira vaga” um certo modelo da transição política dos regimes autoritários para os regimes democráticos. Com essa conceptualização, Huntington tentou enfrentar a necessidade de compreender as transições para a democracia as quais, por outro lado, começaram a merecer um crescente interesse por parte de ciência política a partir do final da Guerra Fria.

Quanto a Seymour Martin Lipset (1959) os seus trabalhos tiveram o mérito de sublinhar a controversa questão da influência dos factores económicos e culturais nos processos de transição e consolidação democrática.

Para as questões que emergem na tarefa de rever e aperfeiçoar o conceito de democracia recorreremos a Philippe Schmitter (1991) e Larry Diamond (1996), entre outros.

Finalmente, o contributo de autores como Juan J. Linz e Alfred Stepan (1996) e Thomas Carothers (2002) oferecerá uma oportuna visão crítica da matéria de que nos ocupamos. No que respeita aos trabalhos académicos sobre os processos específicos de transição democrática em Portugal e Espanha recorreremos ainda aos trabalhos dos relativamente poucos autores que entre nós mais se têm interessado pelo tema e que se especificam na bibliografia anexa.

4. Metodologia. A presente dissertação utilizou não só aos relatos mais ou menos factuais que se puderam recolher nos meios de Comunicação Social da época, mas também memórias e depoimentos de diversos intervenientes desses processo que entretanto foram divulgados. Idêntica atenção foi prestada na medida possível às comunicações oficiais das representações diplomáticas dos dois países. Concedeu-se, naturalmente, prioridade a uma ordenação cronológica e não meramente temática dos factos que foram analisados, privilegiando momentos e factores que se nos afiguraram decisivos e tentando explicar as suas causas. Posteriormente, os resultados apurados foram comparados empiricamente entre si e, bem assim, com os resultados obtidos e

tornados públicos noutros estudos académicos relativos a esse período tendo em vista controlar a validade das hipóteses e das teorizações precedentes na óptica da ciência política. Por fim formulou-se um breve quadro de conclusões em que se procurou dar resposta às questões inicialmente apresentadas, embora com o risco de muitas dessas respostas se transformarem em novas questões.

Capítulo 2

REVISÃO da LITERATURA SOBRE TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS

2.1 Vagas e contra-vagas de democratização

O levantamento militar levado a cabo em Portugal pelos militares do MFA no dia 25 de Abril de 1974 não só mudou o rumo da história nacional, como também surpreendeu o mundo e os especialistas da ciência política, que imediatamente se empenharam na tarefa de analisar a efeméride. Tratava-se com efeito da queda inesperada e rápida de um regime político autoritário, aparentemente estável, pelas mãos de uma oficialidade intermédia que se propunha proceder à democratização do país. Embora as suas causas sejam, como oportunamente se examinará, múltiplas e complexas, o golpe militar e a revolução portuguesa a ele logo associada marcou sem sombra de dúvida o início de um processo de transição democrática sobretudo quando apreciado globalmente.

As consequências externas desse golpe militar tornaram-se importantes porquanto passados poucos meses outro regime autoritário, o chamado “governo dos coronéis”, da Grécia seria derrubado, abrindo o caminho para a democratização desse país. É consensualmente entendido que no caso grego, o insucesso dos respectivos militares face à derrota na guerra com a Turquia e à ocupação da ilha de Chipre por forças turcas em Julho de 1974 - tratava-se, com efeito, de dois países membros da NATO - desautorizou o mencionado governo dos coronéis e ditou o seu afastamento. Seguidamente o poder foi entregue a lideranças vinculadas aos princípios democráticos que promoveram eleições logo no seguinte mês de Novembro.

Pouco tempo depois, o assassinato em Madrid do almirante Carrero Blanco, chefe do governo de Espanha, iria abalar profundamente a longa estabilidade do regime de Franco e desencadear um outro processo conducente a igual democratização desse país ibérico. E no espaço de poucos anos, contados a partir do golpe militar português de 25 de Abril de 1975, cerca de trinta outros regimes autoritários existentes na Europa, na Ásia e na América Latina acabaram substituídos por regimes democráticos. Foi o autor norte-americano Samuel Huntington quem, no seu célebre ensaio *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (1991) estudou este modelo de transição política dos regimes autoritários para os regimes democráticos e lhe deu o nome de “terceira vaga”¹. A proposta deste autor foi assim uma expressão da necessidade de aprofundar a compreensão teórica das transições para a democracia, sobretudo quando estas no final da Guerra Fria começaram a ser objecto de um acrescido interesse por parte da ciência política.

2.2 Transição e consolidação democráticas

Antes de prosseguir, importará fazer uma muito breve alusão a dois conceitos essenciais nos estudos sobre transitologia que são os de “transição democrática” e de “consolidação democrática”².

Na descrição dos processos de democratização é uso destacar-se numa primeira fase o momento de transição que Huntington denomina também como “instalação do regime democrático” a que se segue a fase da consolidação (1991, 35). Relativamente ao enquadramento destas duas fases no tratamento das questões relacionadas com as transições, Juan J. Linz e Alfred Stepan propõem, no seu trabalho *Problems of*

¹ Ver também Huntington 1996, 4.

² A aplicação destes conceitos aos casos de Espanha e Portugal será desenvolvida *infra* em 7.2.

democratic transition and consolidation : Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe (1996), o seguinte paradigma definicional:

Uma transição democrática fica completa quando tiver sido alcançado um suficiente acordo acerca dos procedimentos políticos para produzir um governo eleito; quando um governo chega ao poder que é o resultado directo de um voto livre e popular; quando este governo de facto tem autoridade para criar novas políticas, e quando os poderes executivo, legislativo e judicial criados pela nova democracia não tem que dividir o poder com outros corpos *de jure*. (1996, 5)

Por conseguinte, a consolidação não é apenas um prolongamento da transição a partir de um regime autoritário, mas como sublinha outro autor, Philippe C. Schmitter, “implica, em grande medida, novos actores, novas regras, novos processos e talvez mesmo novos valores e recursos” ou, simplificando, envolve a estruturação de um tipo específico de regime (1999, 296)³. Schmitter aliás considera que a “consolidação *democrática* significa que as regras predominantes serão a competição pela formação de governos e o condicionalismo da mobilização do consentimento, tornando-se então o recurso predominante (mas não exclusivo, sublinho) a cidadania” (1999, 319)⁴.

2.3 A teoria de Samuel Huntington

De um modo muito resumido, a teoria proposta por Huntington partiu da identificação e comparação de três momentos históricos em que o modelo democrático de organização política floresceu de forma significativa e abrangente. De harmonia com a sua análise,

³ Para exemplificar a diferença entre estes dois conceitos Schmitter cita uma imagem utilizada por António Gramsci: a transição seria uma “guerra de movimento” e a consolidação uma “guerra de trincheiras” (1999, 298).

⁴ Recorde-se que para Schmitter o princípio orientador da democracia é o da cidadania o que “implica não só o *direito* de ser tratado como igual pelos outros quando se trate de fazer escolhas colectivas, como também a *obrigação*, por parte daqueles que põem em prática essas escolhas, de serem igualmente responsáveis para com todos os membros da sociedade e acessíveis a todos eles” (1999, 300).

Huntington defendeu a tese de que os processos de democratização não se desenvolviam de forma constante e linear, mas antes numa sucessão de avanços e recuos que qualificou de “vagas” e “contra-vagas”. Para Huntington⁵

uma vaga de democratização era um grupo de transições de regimes não democráticos para regimes democráticos que ocorre dentro de um determinado espaço de tempo e que ultrapassa de um modo significativo as transições na direcção oposta durante esse espaço de tempo. (1991, 15).

A proposta de classificação das vagas de mudanças de regime que este autor oferece sintetiza-se da seguinte forma:

Primeira vaga longa de democratização	1828 – 1926
Primeira contra-vaga	1922 – 42
Segunda vaga breve de democratização	1943 – 62
Segunda contra-vaga	1958 – 75
Terceira vaga de democratização	1974 - ...

Salientando que cada uma das duas primeiras vagas de democratização fora seguida por uma contra-vaga na qual alguns, mas não todos, os países que haviam transitado previamente para a democracia retornavam a um regime não-democrático, aquele autor reconheceu todavia que não deixa de envolver alguma arbitrariedade especificar o momento exacto em que ocorre uma transição de regime ou definir com precisão as datas das vagas e contra-vagas democráticas (1991, 16).

Na perspectiva de Huntington, a primeira dessas vagas “democratizantes” teve início em 1820 quando, após as turbulências da Revolução Francesa e do Império

⁵ Para uma explicação do sentido de “vaga” segundo Huntington, ver Diamond, Larry, *Developing Democracy Toward Consolidation*, Baltimore and London : Johns Hopkins University Press, 1999, 2.

napoleónico, o sufrágio universal se expandiu não só nos Estados Unidos, mas também e progressivamente em boa parte de uma Europa que começava a libertar-se dos regimes monárquicos absolutistas. Daí que até ao final do primeiro quartel do século XX, tivesse sido possível verificar a efectiva adesão de 29 países ao modelo democrático. Não obstante, iria surgir por essa altura a chamada “primeira contra-vaga”, ou seja uma reinstauração de regimes autocráticos que se concretizou primeiro pela ascensão ao poder em Itália do movimento fascista de Mussolini (1922) e, pouco depois, pela implantação do nazismo na Alemanha (1933). Mercê dessa primeira contra-vaga de natureza claramente anti-democrática, o número de estados considerados democracias plenas começaria a diminuir até ficar reduzido a apenas 12 em 1942 (1996, 3).

A segunda vaga de democratizações iniciar-se-ia durante a II Guerra Mundial quando a partir de 1943 se desenhou a perspectiva da vitória dos Aliados na sua luta contra as forças ao serviço dos mencionados regimes autocráticos, ocasião em que muitos dos países europeus libertados da ocupação nazi optaram por regimes de formato democrático. Aliás, em sintonia com estas mudanças no continente europeu, ocorreram também transições democráticas em diversos países latino-americanos e asiáticos. Esta segunda vaga iria atingir a sua expressão máxima em 1962, ano em que Huntington menciona a existência de 36 países governados democraticamente no mundo. Foi porém nesse momento que emergiu uma segunda contra-vaga democrática de que constituem exemplo as mudanças de regime no Brasil (1964) e na Argentina (1966), cujos efeitos se vão sentir até meados dos anos 70. Durante este período o número de países democráticos volta a diminuir até se encontrar reduzido ao número de 30 (1996, 3).

No que respeita à vaga ou fase que aqui mais nos interessa, a terceira, Huntington dividiu-a em duas subfases: uma entre 1974 e 1989, que cobriria essencialmente os

países situados na esfera ocidental, isto é no Sul da Europa e na América Latina, e outra a partir de 1989, abrangendo a democratização dos países da Europa de Leste, das repúblicas integradas na antiga União Soviética e ainda de Taiwan e do México (1991, 44).

Numa apreciação final, Huntington constata neste seu estudo que “o movimento em direcção à democracia foi global, o que confere sentido à imagem de “vaga” por utilizada. Em quinze anos, acescenta, essa vaga democrática atravessou o sul da Europa, varreu a América Latina, passou pela Ásia e dizimou as ditaduras do bloco soviético” (1991, 25).

E acrescentando que as vagas e contra-vagas da democratização sugerem um ritmo padrão de dois passos para a frente e um para trás reconhece, menos entusiasticamente, que a proporção de estados democráticos no mundo acaba por conservar uma considerável regularidade⁶.

Este entendimento dos processos de transição democrática foi posteriormente alvo de críticas, nomeadamente de Thomas Carothers através do seu trabalho *The End of the Transition Paradigm* (2002). Começando por registar as tentativas de converter um modelo analítico das transições democráticas num paradigma universal adequado para facilitar a compreensão dos processos de democratização, este autor deduz – como o título do seu estudo deixa transparecer – que as realidades actuais já não se conformam com tal paradigma. E, concretiza, a desactualização desse paradigma poderá implicar como consequência prática um atraso no campo da assistência democrática aos países que dela carecem e extraviar os decisores políticos por outras áreas. Uma das primeiras

⁶ Cabe perguntar se não terão surgido entretanto reacções que possam configurar uma terceira (ou quarta) contra-vaga (*reverse snowballing*)? A questão foi recentemente examinada por Huntington (1991, 290-293), e por Jorgen Moller e Svend-Erik Skaaning (2013) no artigo “The Third Wave: Inside the Numbers: democratic set-backs (2006-2012)”. *Journal of Democracy*, October 2013, vol. 24, Number 4, 97-109. Sobre estes temas – que extravasam os objectivos da presente dissertação – limitar-nos-emos a reproduzir uma prevenção formulada por alguns estudiosos do assunto: os dados sobre tal fenómeno político ainda são escassos e os próprios processos de democratização que lhes correspondem estão longe de se encontrarem concluídos.

constatações de Carothers é que houve um número apreciável de países abrangidos pela terceira vaga que não se transformaram em democracias com um mínimo de funcionalidade nem parecem ter aprofundado ou feito avançar qualquer progresso democrático eventualmente alcançado. E acrescenta que a maioria dos “países em transição”, todavia, não são nem ditaduras, nem claramente orientados na direcção da democracia; entraram numa “zona cinzenta política” (2002, 9)⁷. Por isso este autor pressupõe ser essa a razão do aparecimento do conceito de “democracia qualificada” que se manifesta numa tipologia recheada de designações como “semidemocracia”, “democracia formal”, “democracia eleitoral”, “democracia fraca”, “democracia parcial”, “democracia iliberal”, com as quais se tenta frequentemente aplicar o paradigma da transição a países cuja evolução coloca precisamente em causa a validade desse mesmo paradigma (2002, 10). Afigura-se-nos poder identificar nestas ideias algo que de certo modo também nos é transmitido por Robert A. Dahl no seu conceito realista de poliarquia⁸, conceito que aliás Huntington retoma quando salienta as duas dimensões que a democracia implica: contestação e participação (Huntington 1991, 7).

Importa, porém, frisar que o próprio Huntington revela ter percepção daquele argumento ao lembrar que “a morte da ditadura não assegura o nascimento da democracia” e ao invocar em defesa do seu parecer o facto de historicamente os regimes não democráticos poderem apresentar características muito diferentes entre si, como foi o caso dos regimes totalitários surgidos no séc. XX, empenhados em criar movimentos de massas enquadrados por ideologias muito bem definidas (1991, 12). Carothers critica igualmente a convicção de que a democratização tende a processar-se numa sequência fixa de fases, o que, aliás Huntington não impugna pois acaba por aceitar que tal como

⁷ O conceito de “zona cinzenta” tem sido utilizado por diversos autores associado ao problema dos regimes híbridos e das semidemocracias. Ver Moller, Jorgen e Svend-Erik Skaaning. 2013. “Regime types and Democratic Sequencing”. *Journal of Democracy*, January, vol. 24, Number 1, 142-153.

⁸ Ver Dahl, Robert A. (1989). *Polyarchy: Participation and Opposition*; New Haven, Yale University Press.

acontece com os tipos de regime, também os casos históricos de mudanças de regime podem não encaixar com toda a precisão nas categorias teóricas (Huntington 1991, 114). Mas aquele autor parece divergir de Huntington quando considera que os casos em que essa sequência (*opening*, *transition* e *consolidation*) não se verifica demonstrariam a inadequação do paradigma e não apenas “anomalias” habitualmente consideradas sem dimensão suficiente para infirmar a regra geral (2002, 7). Num outro passo do seu trabalho, Carothers chama a atenção para a hipótese de um regime levar a cabo eleições regulares e honestas, mas poder não aprofundar automaticamente uma desejável participação política dos cidadãos na vida pública, nem concretizar hábitos de responsabilização dos governos perante a população (2002, 15). No entanto esta questão não tinha tão pouco passado despercebida a Huntington que a esse propósito desenvolveu o seguinte argumento:

Podíamos conceber que uma sociedade escolhesse os seus líderes políticos através de meios democráticos, mas que esses líderes políticos não conseguissem exercer um poder real. Eles poderiam ser fachada ou *marionetes* de um outro grupo. Na medida em que os mais poderosos decisores políticos colectivos não fossem escolhidos através de eleições, o sistema político não seria democrático. Contudo, implícitas no conceito de democracia existem limitações ao poder. Numa democracia eleitoral os decisores não exercem um poder total. Eles compartilham o poder com outros grupos da sociedade. (1991, 10).

Huntington suscita, de passagem, uma outra questão que tendo sido objecto de inúmeras investigações e teorias, ainda hoje não se pode dar por encerrada – saber quando é que podemos designar um regime como democrático. Resumindo tal debate, e na linha de uma conceptualização processual clássica de recorte *schumpeteriano*, o autor define como democrático qualquer sistema político do século XX em que os seus mais poderosos decisores colectivos sejam seleccionados através de eleições justas, honestas e periódicas nas quais os candidatos disponham da possibilidade de competir por votos

e nas quais toda a população adulta possa ser virtualmente eleita (1991, 6). Em contrapartida, segundo o mesmo autor

um sistema será não-democrático na medida em que não permita a existência de oposição nas eleições, ou em que essa mesma oposição seja refreada ou perseguida por aquilo que possa fazer, ou em que os jornais da oposição sejam censurados ou encerrados ou que os votos sejam manipulados ou viciados. (1991, 7).

2.4 Factores da “terceira vaga”

Como resultado das suas reflexões sobre a terceira vaga de democratizações, Huntington formula duas perguntas: Porque é que durante esse espaço de tempo se democratizaram alguns países e não outros? Porque é que esses países se democratizaram nos anos 70-80 e não noutra época? Na construção da resposta a essas perguntas Huntington identifica cinco factores principais desse fenómeno, a saber (1996, 4):

1 – A crise da imagem de legitimidade alimentada pelos regimes autoritários derivada das frustrações populares face aos resultados diminutos ou desiguais das respectivas políticas económicas.

2 – As alterações estruturais causadas pela globalização - empoladas pelo desenvolvimento das vias de comunicação e dos meios modernos de contacto (Huntington 1991, 101), designadamente no que respeita ao fenómeno do crescimento da classe média e da sua exigência de melhores condições económicas e de direitos políticos concretos. Fenómenos como o da urbanização e o da generalização da educação pública contribuíram igualmente para a afirmação dessa classe média.

3 – O impacte que a Igreja Católica sofreu em consequência do Concílio do Vaticano II (1963-1965), que influenciou especialmente os países de cultura cristã e latina, ao

acentuar a importância dos direitos individuais face ao autoritarismo do estado, a Igreja abre o caminho para a formação de uma nova direita não autoritária.

4 – Factores externos, designadamente a apologia da Democracia promovida por grandes actores da cena internacional como os Estados Unidos e principalmente a União Europeia, cujos êxitos económicos se associam à formação a partir de 1972 de uma espécie de grande “clube democrático” empenhado na sua consolidação. As próprias transformações experimentadas pela antiga URSS não deixaram, aliás, de produzir algum *feed-back* ao longo da evolução da terceira vaga de democratizações (1996, 4)⁹.

5 - E finalmente o efeito do *snowballing* que será abordado seguidamente.

2.5 – O efeito de “snowballing”

Huntington identifica o chamado efeito de *snowballing* como um dos factores que contribuíram para a terceira vaga sendo esse talvez um dos aspectos mais originais da sua teoria. Aliás, no que respeita ao vocabulário aplicável, este autor considera que o respectivo conceito pode ser identificado com diversos termos como “efeito de demonstração”¹⁰, “contágio”, “difusão”, “emulação”, ou mesmo “efeito dominó”¹¹. O fenómeno do *snowballing* é descrito pelo citado autor nos seguintes termos:

Ocorre num país uma democratização bem-sucedida e isso encoraja a democratização noutros países, ou porque aparentemente eles enfrentam

⁹ Para Philippe C. Schmitter já estaria em curso uma quarta vaga de democratizações (1993, 1-3). De facto, assinalando uma tendência acentuada para a “concentração temporal” do fenómeno das instaurações de democracias simbolizado nas “vagas” da democratização através dos tempos, Philippe C. Schmitter, na sua obra “Portugal do Autoritarismo à Democracia”, usa uma grelha de classificação algo diferente da de Huntington. Para aquele autor as democracias saídas do final da Primeira Guerra Mundial integram já uma segunda vaga, enquanto a terceira vaga só surge no final da Segunda Guerra Mundial e a “quarta vaga” começa com o caso português, em 25 de Abril de 1974 (1999, 385).

¹⁰ *Demonstration effect*, no original.

¹¹ Num contexto idêntico Javier Tusell alude a um “factor mimético” (2007, IV, 16).

problemas similares, ou porque uma bem-sucedida democratização noutra sítio sugere que a democratização pode ser um remédio para os respectivos problemas quaisquer que eles sejam, ou porque o país que se democratizou é poderoso e/ ou é visto como um modelo político e cultural. (1991, 100).

Não menos digna de menção é uma interessante particularidade indicada por Huntington a respeito das democratizações ibéricas ao perguntar: “A democratização de alguns países também provocou o orgulho dos vizinhos. Estaria a sofisticada e industrializada classe média espanhola disposta a deixar-se atrelar atrás do pequeno e pobre Portugal?” (1991, 104)¹².

Numa sua outra investigação este autor exemplifica o fenómeno de *snowballing* com o sucedido no caso de países como a Bulgária, a Roménia, a Jugoslávia, a Mongólia, o Nepal e a Albânia em 1990, esclarecendo no entanto que no exemplo da Europa de Leste esse fenómeno produziu o seu principal efeito nos líderes dos regimes autoritários e não nos povos que eles governavam. Donde, deduz Huntington, “se um país carecer de condições favoráveis internas, o *snowballing* por si só não trará consigo a democratização” (1996, 7; 288). Por outro lado, esclarece, “o principal obstáculo à democratização da Europa de Leste foi o controlo soviético” e por esse motivo o efeito do *snowballing* “só se tornaria real na medida em que levasse os governantes dos regimes autoritários a acreditar na deseabilidade ou necessidade da democratização” (1996, 7-8). Não obstante, conclui Huntington, entidades como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial “poderiam muito plausivelmente tornar-se muito mais exigentes do que têm sido até aqui em fazer da democratização política bem como da liberalização económica uma pré-condição da assistência económica” (*ibidem*).

¹² Um fenómeno parecido é qualificado por Hipólito Torre Gómez como “o investimento apenas retórico da Espanha na ‘grandeza’ ” (2000, 250).

Contrariando teorias como as de autores como Seymour Martin Lipset¹³ - segundo as quais uma democracia estável (hipótese que aliás parece adequar-se melhor à fase da consolidação) exigiria certos requisitos socioeconómicos tais como um elevado rendimento *per capita*, um certo nível de cultura ou uma apreciável quantidade de população urbanizada – Huntington elucida que

o impacto dos efeitos de demonstração não depende de uma forma relevante da existência de condições económicas e sociais favoráveis à democracia no país que o recebe. Na verdade, enquanto o processo de *snowballing* decorre esse mesmo processo tende a tornar-se um substituto dessas condições. (1991, 105).

Assim sendo, e por exclusão, em casos desta índole assumiria maior importância a iniciativa política, designadamente quando esta logra não só responder à conflitualidade social, mas também condicionar a dimensão sequencial da mudança. Afigura-se ser essa a concepção de um outro autor, Dankwart Rustow¹⁴, que identifica como indispensáveis para a génese da democracia os seguintes ingredientes:

- 1) a unidade nacional, ou seja o sentido de pertença a uma comunidade política (o que não implicaria necessariamente consenso);
- 2) uma conflitualidade intrínseca, isto é uma fase de polarização política e não necessariamente de pluralismo;
- 3) a adopção de regras democráticas (regras de jogo/ instituições);
- 4) uma “habituação” às regras democráticas segundo os princípios da conciliação e da acomodação. (1970, 69-105).

¹³ Seymour Martin Lipset, “Some Social Requisites of Democracy”. Em *The American Political Science Review*, vol. 53, n.º1 (Mar., 1959), 69-105.

¹⁴ Rustow, Dankwart. “Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model”. Em *Comparative Politics*, (January, 1970) I, 2,3, 336-337.

Huntington, por seu lado, também salienta “o papel da liderança política e da competência política na construção da democracia” lembrando, todavia, que “isso não nos deve levar a uma rejeição total de factores contextuais, sociais, económicos e culturais mais vastos na explicação do desenvolvimento democrático” (1991, 39). Esta questão seria posteriormente retomada por Thomas Carothers para quem

apesar das “pré-condições para a democracia terem sido entusiasticamente banidas nos esfuziantes dias da terceira vaga, uma realidade oposta – o facto de várias condições estruturais pesarem manifestamente na formatação dos resultados políticos – tem vindo a desenvolver-se no seu interior. Olhando, por exemplo, para os mais bem sucedidos casos de democratização recentes que há tendência para encontrar na Europa Central, no Cone Sul ou na Ásia de Leste, é evidente que uma relativa prosperidade económica, bem como uma experiência passada de pluralismo, contribui para aumentar as chances do sucesso democrático. (2002, 16).

Donde se poderá deduzir que a democracia alcançada por via de um processo consciente de decisão por parte das principais lideranças políticas não está sujeita a qualquer determinismo cultural ou económico embora possa espelhar uma certa interacção (correlação) entre o plano político e económico-social. Ou, como sintetiza Huntington “o desenvolvimento económico torna a democracia possível; a liderança política torna-a real” (1991, 316).

Finalmente, Huntington esclarece que os casos de *snowballing* só se verificam quando existe um mínimo de diacronia que dê tempo a um processo de influenciar outro. De outro modo, se dois processos de transição democrática se iniciarem precisamente no mesmo momento já estaremos porventura face a fenómenos distintos que esse autor descreve sob as designações de “desenvolvimento paralelo” e de “*prevailing nostrum*” (1991, 32-33).

2.6 O impacte do contexto internacional

Philip C. Schmitter abordou o tema da reavaliação do impacte do contexto internacional nas mudanças de regime: “Não será esse contexto mais importante do que inicialmente se pensava?” (1999, 375). Este autor pondera que o contexto internacional consiste numa variável extremamente difícil de definir, aspecto no qual coincide com Huntington (1996, 5-7). Sem embargo, explica Schmitter “o seu impacte causal é frequentemente indirecto, agindo de formas misteriosas e involuntárias através de agentes ostensivamente nacionais” para rematar que “há motivos para suspeitar que este mundo `por detrás e para além do estado-nação´ tem desempenhado um papel significativo na promoção da democracia ao nível internacional” (1999, 376).

Schmitter identifica quatro categorias analíticas ou subcontextos de factores externos que influenciam as democratizações contemporâneas, a saber: *contágio*, *controlo*, *consentimento* e *condicionalidade* (1999, 376). Não sendo este o espaço nem o momento para desenvolver e apreciar esta teoria, limitar-nos-emos a registar que o *contágio*, ou difusão da experiência, corresponde ao *snowballing* de Huntington. O *contágio* ocorre de um país para outro através de canais “neutrais”, ou seja, não coercivos e muitas vezes não intencionais, em que o *consentimento*, “envolve um conjunto complexo de interacções entre processos internacionais e grupos nacionais, que produziram novas formas democráticas e expectativas de baixo para cima” (Schmitter 1999, 377). Na sua forma mais atenuada, esta categoria abrange o desejo de proteger a democracia num determinado país através da adesão a um bloco regional, como terá sido o caso de Portugal relativamente às Comunidades Europeias (1999, 377). De entre os factores externos Schmitter realça a *condicionalidade* que, sendo não

só o mais recente, mas também aquele que está a expandir-se mais rapidamente, “caracteriza-se pelo emprego deliberado da coerção – sujeitando a condições específicas a concessão de benefícios concretos aos países beneficiários – por instituições multilaterais” (1999, 377). E focando concretamente o caso português, Schmitter especifica que

durante uma fase crítica da transição portuguesa foi desenvolvido um grande esforço multilateral no sentido de assegurar que o resultado dessa transição levasse em conta tanto os compromissos anteriores do país em termos de alianças como os padrões “ocidentais” de democracia e políticas públicas. (1999, 392-393).

exemplificando com as pressões da NATO, da Comunidade Europeia e do Fundo Monetário Internacional, a par de outras intervenções unilaterais menos conhecidas. Finalmente Phillippe C. Schmitter deduz que “Portugal parece oferecer-nos um caso de estudo por excelência sobre como é possível fazer uma democracia sem democratas”. A preocupação inicial - face a uma “verdadeira explosão de opiniões, preocupações, preferências, paixões, sentimentos” que só chegaram depois, e não antes, da mudança de regime – “foi a de saber se alguma forma de domínio político estável poderia emergir da incerteza da transição, mesmo que apenas remotamente se parecesse com a democracia”. Efectivamente, escreve Schmitter para reforçar o seu argumento,

Portugal ao constituir a primeira experiência deste género e uma das mais tumultuosas, levantou a questão de uma maneira particularmente crítica quando pareceu, durante um curto espaço de tempo, ir ao encontro de um resultado *au delà de la démocratie occidentale*, isto é, dirigido para uma forma nova de “socialismo mediterrânico” ou de “democracia popular”. (1999, 449-450).

2.7 A questão do Estado

Huntington associa a democracia moderna ao desenvolvimento do Estado-nação na Idade Moderna (1991, 13). Esta circunstância faz com que as matérias relacionadas com o próprio Estado e o seu conceito assumam prioridade relativamente à questão da democratização e obriguem a uma ponderação do leque de modificações que o mundo actual poderá impor a esse mesmo conceito. Nessa ordem de ideias, Thomas Carothers defende que a construção do Estado tem sido um tema muito mais vasto e mais problemático do que fora originalmente previsto no paradigma da transição (2002, 16). A questão tornou-se crucial na medida em que diversos países abrangidos pela terceira-vaga tiveram de enfrentar primeiro o desafio fundamental da construção do seu próprio Estado, designadamente a criação de instituições até aí inexistentes e, posteriormente, o problema da instituição do Estado de Direito¹⁵. Tal foi o caso de muitos estados-fracos do continente africano ou da instabilidade de alguns outros Estados da América Latina, do Médio Oriente ou da Ásia. Aquilo que parece verificar-se nestes casos é que as tarefas do *state-building* esbarram em obstáculos estruturais diversos, tais como as limitações ao desenvolvimento económico, as divisões da população baseadas na identidade, ou a ausência de uma experiência democrática anterior. Passando a um plano mais prático, Carothers regista que o zelo dos programas multilaterais de ajuda à democratização fez com que nalguns dos países beneficiados, o esforço de cercear o poder dos governantes e restaurar a sociedade civil conduziu mais a uma redistribuição dos poderes do Estado do que à construção do próprio Estado (2002, 17).

2. 8 Observações

Se se aceitar que as transições para a democracia não são condicionadas deterministicamente por quaisquer pré-requisitos próprios das teorias

¹⁵ “The rule of the law”, no original.

desenvolvimentistas, tornar-se-á mais fácil admitir a influência de fenómenos como o *snowballing* no enquadramento daqueles processos. Não obstante, parece subsistir uma certa impossibilidade histórica e lógica de demonstrar nexos de causalidade dessa natureza.

Por outro lado, a alegada exaustão do modelo do *snowballing* talvez revele antes o esgotamento do paradigma da terceira vaga como vários autores começam a sugerir, se não mesmo o do próprio conceito de Estado *vestefaliano*. Com efeito, não é de excluir que esse tipo de fenómenos haja sido favorecido pelas dificuldades verificadas nos países da Europa meridional primeiro na transição para a sociedade liberal e industrial e, seguidamente, desta para os regimes de democracia de massas.

Se nos centrarmos no caso de estudo das transições democráticas ibéricas, constata-se a sem dúvida a ocorrência de um efeito de *snowballing*, embora as suas características mereçam um exame mais detalhado que poderá revelar características específicas diferentes daquelas com que nos deparamos habitualmente noutros casos de *demonstration effects*.

Capítulo 3

O ÚLTIMO ANO DOS REGIMES AUTORITÁRIOS IBÉRICOS

Tendo em linha de conta que para entender os processos de transição democrática em Portugal e Espanha é indispensável analisar não só o período das transições propriamente ditas, mas também a fase final, imediatamente anterior, dos respectivos regimes autoritários, dela faremos um resumo necessariamente muito breve neste capítulo.

3.1 Antecedentes do 25 de Abril; o marcelismo

Para se entender o significado essencial do golpe militar do 25 de Abril e do impacto que conseqüentemente teve no país vizinho, começaremos por proceder a um breve resumo dos factos e da respectiva interpretação por parte de alguns dos autores que em Portugal e no estrangeiro investigaram o tema. Essa tarefa de análise e síntese focará, no presente capítulo, os antecedentes do golpe militar de um modo genérico e, mais detalhadamente, as crises nascidas durante o ano que imediatamente o precedeu.

Ainda que não equivalesse a qualquer transição democrática, nem mesmo a uma verdadeira liberalização, começar-se-á por recordar – como tem sido registado por alguns investigadores desse período – que no plano político a substituição de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano na chefia do Governo¹⁶, em 1968, correspondeu na altura a uma solução relativamente consensual (Rosas 1999, 9; Sardica 2013, 217)¹⁷. O desejo

¹⁶ Nos termos da Constituição de 1933, o Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano (1906-1980), foi designado pelo Presidente da República que à data era o almirante Américo Tomás (1894-1987).

¹⁷ O regime do Estado Novo adquirira desde a sua formação um carácter antidemocrático que rejeitava o liberalismo, o individualismo e os partidos políticos (Vicente 2003,14).

de mudança, que mais ou menos difusamente se havia propagado por todo o país face ao arrastado crepúsculo do Estado Novo¹⁸, alimentara a esperança, senão de uma democratização do regime, pelo menos de alguma distensão política¹⁹. Com efeito, a “renovação da continuidade” anunciada por Marcelo Caetano nas suas primeiras declarações como Presidente do Conselho de Ministros não deixara de encontrar uma “expectativa benevolente” tanto nos principais grupos da oposição política como em largas camadas da população, seduzidas pela promessa liberal e desenvolvimentista do chamado “marcelismo” (1968-1974)²⁰. Acresce que, à época, era creditada a Marcelo Caetano a autoria de um projecto de índole federalista gizado no início dos anos 60 com vista a solucionar o problema do ultramar português em termos algo diferentes daqueles que viriam a ser adoptados posteriormente pelo regime (Maxwell 1999, 57; Ramos 2007, VIII, 34; Amaral 1995, 75; Pinto 2001, 30)²¹. Aliás, como assinala Fernando Rosas, se o próprio Partido Comunista Português terá assumido uma atitude algo ambígua na fase inicial do projecto marcelista, também os sectores mais lúcidos da classe dominante se aperceberam da oportunidade de índole reformista que então se oferecia, talvez a última do regime (1999, 10). A mais conhecida manifestação pública deste reformismo revelou-se por via da chamada “Ala Liberal”, constituída por uma jovem geração de políticos adeptos de uma liberalização inequívoca do regime em

¹⁸ O golpe militar de 28 de Maio de 1926 havia interrompido a experiência da República liberal democrática implantada em 1910 e imposto uma ditadura militar que seria substituída, com a promulgação da Constituição de 1933, pelo regime do “Estado Novo”, concebido por Oliveira Salazar. Como refere Kenneth Maxwell, “o Estado Novo era essencialmente um regime católico autoritário” apesar da inspiração inicial recolhida do “corporativismo” de Mussolini (1999, 31).

¹⁹ O conceito de liberalização política é utilizado em ciência política para descrever processos de abertura política que, tendencialmente, poderão vir a ser processos de democratização. No entanto, pela incerteza dos resultados destes processos, opta-se por não os denominar de democratização. E a expressão resulta do aumento das liberdades políticas (Azevedo-Harman, 2013, n. 1).

²⁰ Da inúmera bibliografia sobre o “marcelismo” destacamos: António Reis, “A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime”, António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 5, Lisboa: Edições Alfa, 1990, 45-60. Fernando Rosas, “O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo”, J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 15-59. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (coord.), *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores; 2004.

²¹ Sánchez Cervelló não deixa de recordar que em Portugal “o discurso do poder e da oposição coincidiram na premissa da manutenção do império até muito cerca do 25 de Abril” (1993, 79).

termos europeus e ocidentais (Rosas 1999, 16)²². Os seus membros aceitaram integrar como independentes as listas do partido único, a União Nacional, nas eleições para a Assembleia Nacional de 1996, então constituída por 150 deputados²³. Porém, o número de deputados representantes da “ala liberal” não passou de uma escassa dúzia e aquilo a que se chamou “liberalização”²⁴ acabou por se limitar, na prática, a uma tentativa de integração dos “liberais” no regime (Ramos 2009, VIII, 37). Outra associação cívica de índole parapartidária criada em 1970 foi a SEDES cujos objectivos se podem considerar igualmente reformistas embora sem grande impacte popular²⁵.

Em contrapartida, os sectores da oposição política ao marcelismo nunca terão sido considerados uma verdadeira ameaça ao regime, exceptuando o Partido Comunista Português (PCP) que foi, aliás, a única força política que mostrou possuir organização, quadros e poder de acção, ainda que na clandestinidade (Telo 2007, I, 54-59). Em sentido idêntico, Jaime Nogueira Pinto sublinha que a oposição ao regime, ao princípio constituída essencialmente por republicanos ilustrados oriundos de uma pequena e média burguesia culta, foi vendo o seu espaço progressivamente ocupado pelo PCP (1976, 144-145). Nas eleições para a Assembleia Nacional, realizadas em 1969, já no consulado de Caetano, a oposição acabaria dividida entre a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), grupo “reformista” e “moderado” liderado pelo advogado lisboeta Mário Soares, e as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE) que coordenavam uma plataforma próxima do PCP e seus aliados, sem que o conjunto dos

²² Sobre a “Ala Liberal” ver Martins, Guilherme d’Oliveira, *Ala Liberal*. António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), Dicionário de História de Portugal, VII, Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, 81-83. Para uma perspectiva algo diferente ver Pinto (1999, 192-195).

²³ A Assembleia Nacional, eleita por sufrágio universal e directo, consubstanciava no ordenamento institucional do Estado Novo o factor democrático da representação.

²⁴ Para uma crítica ao conceito de liberalização de Marcelo Caetano e ao “marcelismo” em geral, sob um ângulo ideológico diferente, ver Pinto 1999, 57-62.

²⁵ Sobre esta associação ver Martins, Guilherme d’Oliveira, “Ala Liberal”. António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), Dicionário de História de Portugal, VII, Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, 81-83. Para uma análise crítica ver Pinto 1999, 346-348.

respectivos resultados oficiais – cerca de 11% dos votos com nítida vantagem para a CDE – pudessem ser considerados significativos (Ramos 200, VIII, 35). Nas seguintes eleições parlamentares, de Outubro de 1973 – as últimas antes do golpe do 25 de Abril – , o PCP conseguiu reavivar o espírito de frente unitária agora sob a sigla MDP/ CDE que já incluiu o Partido Socialista Português (PS) entretanto criado²⁶. Os resultados eleitorais, contestados pela oposição, foram inconsequentes (Telo 2007, I, 59).

Finalmente, algumas chefias castrenses começavam a inquietar-se surdamente com a falta de uma solução política para a guerra colonial. Será, aliás, a partir desta inquietação das fileiras que surgirá a vasta contestação militar que precedeu e originou o 25 de Abril (Ferreira 1999; Rosas 1999, 14)²⁷.

3.2 A situação em Espanha

A transição do salazarismo para o marcelismo fora seguida em Espanha com especial atenção. De facto, o general Francisco Franco – então com 75 anos e já na fase final do seu longo consulado – conhecia bem a política portuguesa e estava consciente da influência que tudo o que se passasse num país teria no outro²⁸. Ao que parece, Franco não considerava Marcelo Caetano um governante à altura das circunstâncias pois, para o Caudilho, “o Estado Novo, uma obra pessoalíssima de Salazar, dificilmente sobreviveria sem o seu inspirador e líder histórico nas mãos de homens sem o seu estatuto” (Sardica 2013, 218-219). O problema da sua sucessão, porém, não o afligia particularmente na medida em que, por meio das disposições da Lei Orgânica do

²⁶ O novo Partido Socialista Português (PS), sucessor da Acção Socialista Portuguesa, foi criado em 19 de Abril de 1973, em Bad-Munstereifel, na RFA. Sobre a evolução do PS ver Cruz 1995, 133-149.

²⁷ A este propósito opina Nogueira Pinto que “não fosse essa questão [a guerra] e a liberalização teria sido, como a espanhola, um ponto adquirido” (1999, 27).

²⁸ O general Francisco Franco (1892-1975) iniciara a Guerra de Espanha em 18 de Julho de 1936, assumindo a seguir as funções de *Generalíssimo* e de Chefe de Estado.

Estado²⁹, de 1967, acreditava ter assegurado a continuidade do regime franquista após a sua morte pela simples dinâmica das instituições por ele criadas e adaptadas a um figurino monárquico depositário de legitimidade dinástica cuja chefia previa confiar ao príncipe Juan Carlos de Bórbon³⁰.

Cabe recordar que, com a vitória das forças franquistas em Abril de 1938, a Constituição republicana de 1931 fora suspensa em nome de uma concepção de legitimidade nascida da luta armada travada contra a alegada hegemonia “bolchevista” e anti-cristã nascida no seio do regime republicano, e conduzida sob lemas de mobilização ideológica tais como “Cruzada”, “Falange” ou “Movimento Nacional”³¹. A Espanha passara assim a ser governada de facto pelo Generalíssimo Franco, de cuja vontade exclusiva ficaria a depender a designação dos membros do Governo e dos titulares de outros altos cargos bem como a produção e aplicação de toda a legislação do país, o que conformou tecnicamente um regime ditatorial (leis de Janeiro de 1938 e de Agosto de 1939). Em última análise, como salienta o autor espanhol Hipólito de la Torre Gómez, numa apreciação genérica do regime, o que “o franquismo instala em Espanha como ideologia oficial é a dessa direita reaccionária, tradicionalista e conservadora, que já germina sob a monarquia afonsina, ensaia-se politicamente com a ditadura de Primo de Riviera, e acaba de fixar-se – na sua natureza católica, antiliberal e reaccionária – perante o regime de II República” (prefácio *in* Jiménez Redondo 1996, 18).

²⁹ Entre outras disposições que reflectiam a preocupação com a continuidade do regime, a Lei Orgânica previa a separação das funções de Chefe de Estado e de Chefe do Governo espanhóis.

³⁰ Filho primogénito do conde de Barcelona (1913-1933) e neto do último rei de Espanha, Afonso XIII (1886-1941). O Conde de Barcelona foi um crítico assumido do regime franquista (Vicente 2003, 275-276).

³¹ Após a vitória de Franco, o governo republicano espanhol no exílio continuou a reconhecer apenas a validade da Constituição de 1931. Essa atitude só se alterou a partir de 1977 face à consolidação democrática da Espanha.

Como regista Torre Gómez, em 17 de Julho de 1942 foi promulgada a Lei Constitutiva das Cortes Espanholas³² que, numa tentativa de obter maior legitimidade por via de uma representatividade parlamentar *sui generis*³³, previa a criação de uma assembleia legislativa de eleição indirecta cuja actividade, porém, se conservava totalmente submetida à aprovação do Chefe de Estado, ou seja de Franco (Telo e Gómez 2000, 260).

Já pela Lei da Sucessão da Chefia de Estado e da Constituição da Espanha em Reino, de 26 de Julho de 1947, este país passaria a ser definido como um reino e Franco designado Chefe de Estado vitalício com a faculdade de poder nomear o seu sucessor. Deste modo, o sistema político espanhol mostrava não reconhecer, na prática, o princípio da divisão de poderes, nem as Liberdades e Garantias fundamentais, nem o direito à criação de partidos políticos, passando a configurar assim um regime autoritário, mas não exactamente totalitário, de índole conservadora e católica, cujas características originais de feição corporativa se foram, aliás, esbatendo lentamente (Carr 1988, 223). De qualquer forma, tratou-se de reformas praticamente secundárias incapazes de conquistar qualquer respeitabilidade no concerto das nações ocidentais ou de conseguir evitar a condenação internacional do regime espanhol (Jimenez Redondo 1996, 69).

As subtis transformações que o regime franquista foi sofrendo ao longo do tempo, resultantes em boa parte das consequências sociais da industrialização do país e do fenómeno do êxodo rural numa Espanha até então essencialmente agrícola, não deixaram de ser influenciadas em apreciável medida pelas alterações que ocorriam no

³² Não terá sido estranho a esta decisão o facto do poderio militar da Alemanha hitleriana haver começado então a dar mostras das suas limitações na invasão da União Soviética, e a entrada dos Estados Unidos no conflito (Telo e Gómez 2000, 246).

³³ As Cortes eram integradas por *procuradores* que representavam não os eleitores individuais, mas os sindicatos oficiais, as organizações corporativas e, a partir de 1967, os chefes de família.

mundo ocidental após o termo da 2.^a Guerra Mundial³⁴. Efectivamente, o crescimento que a economia espanhola começou a acusar principalmente ao longo dos anos 60 – de resto, como quase todo o mundo ocidental – provocou não só expectativas próprias de uma sociedade de consumo, mas também diversos conflitos que uma superestrutura política autoritária passou a sentir dificuldade em absorver (Carr 1998, 210 – 216; Tusell 2007, IV, 27)³⁵. Desse fenómeno resultou, em consequência, a tendência para o governo de Madrid começar a evoluir de um modelo de governo tradicionalmente designado como “personalista” para outro que tem sido dito “tecnocrático”.

A partir do final dos anos 50 viria a surgir um outro fenómeno que seria alcunhado de *desfalangización del Caudillo*, tendo consistido no afastamento gradual da principal organização política de apoio de Franco, a Falange³⁶, e na sua substituição por uma influente geração de políticos igualmente apresentados como tecnocratas (Sardica 2013, 215)³⁷. Os representantes mais destacados desta nova geração foram mais tarde enquadrados no governo do almirante Carrero Blanco³⁸, um “franquista integral” que sendo sensível à necessidade de assegurar a continuidade do regime “seguia uma receita da modernização sem democracia” (Ramos 2009, VIII, 36). É nessa geração que se destacam figuras como a de Laureano López-Rodó, professor universitário com ligações à *Opus Dei*, que ocupou os cargos de ministro sem pasta (1965-1973) e de ministro de Relações Exteriores (1973-1974) em governos de Franco³⁹; ou a de Gregorio López-

³⁴ O ressurgimento industrial em Espanha teve repercussões na estrutura da própria classe dominante ao dar origem a uma nova “aristocracia financeira” a par do enfraquecimento político e económico da burguesia tradicional.

³⁵ A própria classe média espanhola começou a exibir uma nova composição: empregados bancários, e funcionários das camadas inferiores da administração pública, mais receptivos a posturas radicais (Carr 1991, 219).

³⁶ A Falange – o partido único e o sustentáculo mais fascizante do primeiro franquismo – seria rebaptizada em 1958 como “Movimento Nacional” numa tentativa de alargar a sua penetração social (Sardica 2013, 173; Carr 1991, 225).

³⁷ Sobre os principais objectivos da “geração tecnocrática” espanhola ver Telo e Gómez 2000, 273.

³⁸ Luís Carrero Blanco (1904-1973) foi o primeiro presidente do governo espanhol, em 8 de Junho de 1973, quando Franco deixou de acumular essas funções com as de Chefe de Estado.

³⁹ Eram igualmente atribuídas a López-Rodó (1920-2000) simpatias para com o *iberismo* (Pinto 1999, 357).

Bravo que, como ministro da Indústria (1962-69) e das Relações Exteriores (1969-1973), reestabeleceu as relações diplomáticas do seu país com a China e as relações comerciais com a União Soviética (Sardica 2013, 196).

Dentro do *continuismo* assim caracterizado foi possível todavia reconhecer duas tendências: uma, a do imobilismo, associada a um grupo de pressão e de interesses encabeçado pelo que vulgarmente se designava “bunker” – o círculo de familiares e políticos mais próximos de Franco – que, representando a ala mais dura do regime, perfilhava no fundo uma tendência de cariz reaccionário; outra, a do *aperturismo* que abrangia sectores muito mais vastos e diferenciados dos apoiantes do regime os quais, obviamente, se mostravam claramente receptivos a uma maior flexibilidade dentro da evolução.

A tentativa de modernização do regime, o *aperturismo*, começara por se manifestar em 1966 com a promulgação de uma nova Lei de Imprensa, da autoria de Fraga Iribane⁴⁰, a qual não deixando de ser criticada pelos *ultras* do regime por se revelar demasiado permissiva, tão pouco representou um avanço aos olhos da oposição (Sardica 2013, 235).

No ano seguinte a corrente *aperturista* patrocinou a já mencionada Lei Orgânica do Estado de 1967 que, compreendendo várias medidas legislativas de feição constitucional, consagrava os princípios de uma “democracia orgânica”⁴¹ (por oposição a “liberal”) cujos poderes, contudo, continuavam centralizados na pessoa do Chefe de Estado.

⁴⁰ Manuel Fraga Iribarne (1922-2012), ministro da Informação e Turismo de Franco, foi vice-presidente do Governo e ministro *de la Gobernación* no último governo de Arias Navarro e Presidente da Junta da Galiza.

⁴¹ Por contraste com a democracia orgânica, os teóricos do corporativismo qualificavam de artificial a democracia inorgânica assente no sufrágio universal, nos partidos políticos e num governo responsável perante um parlamento eleito (Maxwell 1983, 3).

Como elemento significativo dessa evolução dever-se-á destacar o facto de, em 22 de Julho de 1969, o Caudilho haver decidido prosseguir no seu propósito de restauração do regime monárquico confirmando como seu sucessor, nos termos da Lei da Sucessão da Chefia de Estado e da Constituição da Espanha em Reino, de 1947, o príncipe Juan Carlos de Bórbon o qual, para tanto, não deixou de prestar juramento formal aos “Princípios” do *Movimento*⁴². Comparando o caso espanhol com o português, Javier Tusell produz um comentário significativo: “Se a Monarquia tivesse estado completamente vinculada ao regime, como em Portugal, o mais provável é que não tivesse podido desempenhar o papel que desempenhou, mas tão pouco o teria podido no caso de haver aderido exclusivamente a uma atitude de oposição” (2007, IV, 35).

3.3 A crise do marcelismo

Entretanto, em Portugal, as circunstâncias não consentiriam uma vida longa à chamada “primavera marcelista” que mais não foi do que uma tentativa de transição sem ruptura. Em primeiro lugar, a especial natureza do regime herdado de Oliveira Salazar – o autor catalão Sánchez Cervelló alude à “estranha eficácia” de Salazar (1993, 125) – oferecia uma resistência quase automática a qualquer tentativa de abertura “por dentro”, resistência tanto maior quanto essa abertura daria inevitavelmente azo a profundos desequilíbrios político-sociais ou mesmo à sua derrocada (Rosas 1999, 24). O regime havia tido uma génese castrense, a ditadura militar, e os dispositivos que asseguravam a sua subsistência – partido único, censura à Imprensa, polícia política, condicionamento industrial – eram considerados indispensáveis pela grande maioria dos respectivos

⁴²Curiosamente, como assinala a investigadora espanhola Vitória Prego, a maioria dos *ultras* do franquismo nunca viu com bons olhos uma restauração monárquica (1985, 86).

dirigentes. Em segundo lugar, apesar do peso que implicava para a economia do país⁴³, o conflito colonial fora transformado pelo regime numa questão de princípio habilmente associada ao conceito de integridade nacional e aos sentimentos patrióticos que se cultivavam e esperavam de toda a população⁴⁴. A sua justificação teórica viria a ser afinada posteriormente por Marcelo Caetano com o argumento de que a guerra já não era só uma defesa do território em nome da integridade da pátria, mas a defesa das populações locais e dos seus interesses contra guerrilhas que o Governo denunciava como “racistas” e vinculadas à União Soviética (Ramos 2009, VIII, 39; Rezola 2007, 26; Pinto 1995, 292)⁴⁵.

Como já foi anteriormente afirmado, o que verdadeiramente temia a ala conservadora e maioritária do regime era que um processo de abertura, uma vez consolidado, causasse não só o fim da política colonial vigente mas também um surto incontável de reivindicações e de agitação social. Por isso, os crescentes custos humanos e materiais do esforço de guerra⁴⁶, o reconhecimento da impossibilidade de obter uma vitória militar decisiva e a aparente incapacidade do regime de construir qualquer saída política para a questão colonial vieram a ditar quer o insucesso da tentativa reformista de Caetano, quer a impossibilidade de sobrevivência do Estado Novo (Rosas 1999, 27)⁴⁷.

Para além dessas dificuldades, o governo de Marcelo Caetano teve ainda que enfrentar diversas contrariedades de ordem externa, designadamente um clima de ostensiva hostilidade reflectido sobretudo nas posições da maioria dos países membros das

⁴³ No orçamento do Estado para 1974, os gastos militares representavam cerca de 45%, o que correspondia a aproximadamente 4,7% do PIB (Telo e Gómez 2000, 138).

⁴⁴ A guerra colonial havia começado em Março de 1961, com a sublevação indígena do Noroeste de Angola.

⁴⁵ As diferenças introduzidas por Caetano no argumentário tradicional implicavam, de certo modo, uma alteração do conceito estratégico nacional (Pinto 2013, 723).

⁴⁶ Note-se que alguns autores referem que a média anual de mortos do Exército português durante o conflito ultramarino foi considerada baixa em relação a outros conflitos (Ramos 2009, VIII, 22; Pinto 1999, 39).

⁴⁷ De registar, porém, que existia um sector militar, representado por generais como Luz Cunha, Kaulza de Arriaga, Bettencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques, que entendia que a guerra colonial não estava de modo algum perdida (Ferreira 1999, 79).

Nações Unidas relativamente à descolonização; o progressivo reconhecimento internacional da legitimidade dos movimentos de libertação das colónias portuguesas e da sua luta, e a escalada do preço do petróleo, provocada pela guerra de Outubro de 1973 no Médio Oriente, que ameaçava desequilibrar a balança de pagamentos e agravar a inflação (Ramos 2009, VIII, 47)⁴⁸. A par disso, a nível do ambiente internacional, o escândalo do Watergate começava a minar a autoridade do presidente norte-americano, Richard Nixon, e, por arrasto, a liderança exercida no mundo ocidental pelos Estados Unidos (Ramos 2009, VIII, 54).

2.4 Os desafios ao regime e as suas respostas

Tornou-se assim clara, nos anos de 1973-1974, a incapacidade de Marcelo Caetano levar por diante o esperado processo de transição (Gomes, e Sá, 2008, 15). Entretanto, o retorno ao autoritarismo voltava a espelhar-se num exercício de vigilância e repressão executado pela polícia política, agora reformatada na versão “Direcção Geral de Segurança” (DGS) que substituíra a PIDE, e por uma mais estrita censura à Imprensa exercida sob as vestes do “exame prévio”. Por outro lado, como já foi referido, com a crise petrolífera de 1973 a situação económica agravara-se e deixara patentes as debilidades e deficiências estruturais da economia portuguesa (Rezola 2007, 26; Ramos 2009, VIII, 47)⁴⁹.

⁴⁸ A situação económica dos anos finais do Estado Novo tem sido objecto de variadas avaliações: “nunca se vivera tão bem em Portugal, com pleno emprego, subidas de salários e expansão do Estado social” (Ramos 2009, VIII, 42). Ver mais, entre outros, Telo 2000, 124; Sardica 2013, 211-212; Pinto 2001, 4; Xavier Pintado citado em Amaral 1995, 99.

⁴⁹ Não obstante, de outro ponto de vista, durante o consulado de Marcelo Caetano ter-se-ia registado a mais rápida expansão de sempre do Estado social em Portugal (Ramos 2009, VIII, 38).

Os últimos anos do regime são pois de crise política acentuada e na sua fase terminal, de 1973 a 1974, os sintomas de impasse e desagregação multiplicam-se. De entre esses sintomas, merecem algum desenvolvimento os seguintes:

a) Em Janeiro de 1973, a quase totalidade dos deputados da Ala Liberal abandonou a Assembleia Nacional, mostrando dessa forma os limites da pretendida liberalização do regime e fragilizando a posição política do Presidente do Conselho. A causa imediata dessa atitude foi o boicote sistemático de várias iniciativas legislativas liberais, designadamente de um projecto de uma nova Lei de Imprensa e de um projecto de revisão constitucional, que os deputados da mencionada ala enfrentaram a nível parlamentar. Tais incidentes, aliás, já prenunciavam de algum modo uma clivagem geracional nas elites, a que alguns comentadores da época se referiam como “o problema da juventude” embora esse problema possa ser configurado com maior propriedade como um conflito de valores (Ramos 2009, VIII, 41). Saliente-se, por outro lado, que a incapacidade dessa ala em afirmar-se como movimento político autónomo – apesar da simpatia com que foi vista por alguns sectores da classe média e média alta – também reflectiu uma carência de apoio popular significativo talvez devido ao facto de não ter sabido ir ao encontro das necessidades da grande massa da população⁵⁰.

b) O próprio distanciamento da Igreja Católica em relação ao Estado Novo, perceptível desde o incidente com o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, em 1959, assumiu um carácter mais visível a partir do processo de adaptação às reformas de João XXIII e às novas directivas emanadas do Concílio do Vaticano II (1962-1965) que, no que à política respeita, passaram não só a favorecer um certo afastamento em relação aos

⁵⁰ Como nota António Costa Pinto a este respeito, a penetração da *intelligentsia* liberal nas universidades portuguesas, ao contrário do sucedido em Espanha, nunca foi significativa (1999, 35). Kenneth Maxwell, por seu lado, alude à “profunda hostilidade ao liberalismo” do MFA (1999, 118).

poderes temporais como também a defender a legitimidade do pluralismo político dos católicos desde que não fosse incompatível com os ensinamentos do cristianismo (Leitão 2013, 21). Este distanciamento foi agudizado, desde então, por vários incidentes como, v.g., o da capela do Rato (1972) ou o do julgamento e condenação do pároco de Macieira da Lixa pelas suas homilias denunciando a guerra colonial, que tornavam visível a indisponibilidade da Igreja para continuar a exercer o papel de sustentáculo do regime (Ramos 2009, VIII, 40; Rezola 2007, 25-26; 1999, 356; Pinto 2001, 46-47)⁵¹.

c) Finalmente, a abertura inicial de Marcelo Caetano e os insucessos do respectivo governo valeram-lhe a repulsa de vastos sectores da direita radical e integracionista e acabaram por dar origem a um retrocesso que se traduziu num endurecimento do regime pela mão da sua ala mais conservadora e autoritária congregada em torno do Presidente Américo Tomás (Pinto 2013, 723; Rosas 1999, 18-21; Amaral 1995, 144-145).

Em suma, como comenta Kenneth Maxwell “Portugal foi incapaz de se entender com as inevitabilidades do mundo a que pertencia, quer isso lhe agradasse ou não” (1999, 71).

3.3 Reacções das Forças Armadas

É porém dentro das Forças Armadas que vamos encontrar os sintomas mais nítidos da *desagregação* com que o regime de Marcelo Caetano se debatia.

A questão de fundo que mais inquietava os meios militares era, como já mencionado, a guerra colonial. Em 1974, o conflito ultramarino completava 12 anos de existência enquanto a postura intransigente do governo português continuava a ser

⁵¹ Sobre o incidente da Capela do Rato ver António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, 1999, vol. VII, Porto: Livraria Figueirinhas, 1999. Outro enquadramento dos acontecimentos pode ser lido em Pinto 1999, 360-361.

incessantemente denunciada por boa parte da Imprensa mundial e insistentemente condenada por vastos sectores da comunidade internacional com voz activa na Organização das Nações Unidas e na Organização de Unidade Africana.

Por outro lado, as fileiras militares começavam a acusar uma erosão que seria ampliada quando os movimentos de libertação iniciaram a utilização de meios de combate mais sofisticados – que se concretizaram no terreno de operações nos primeiros abates de aeronaves militares portuguesas pela guerrilha da Guiné, em Março de 1973 (Pinto 2001, 32-33) –, enquanto o esforço financeiro do regime para sustentar o conflito se avolumava.

Os sinais mais significativos do mal-estar militar revelaram-se no princípio de Junho de 1973 quando se realiza no Porto, por inspiração de sectores da direita, o I Congresso dos Combatentes⁵². Esta iniciativa provocou uma sintomática reacção de protesto de elevado número de oficiais do Quadro Permanente, que não lhe reconheceram representatividade. Na realidade, a posição dos responsáveis pelo Congresso de apoio à política integracionista do regime e à continuidade do esforço de guerra fez com que vastos sectores das Forças Armadas temessem que o governo aceitasse mais facilmente uma derrota militar nas colónias do que a cedência perante os movimentos de libertação (Rezola 2007, 31- 32; Spínola 1978, 41). Por tal razão, as divergências em torno do Congresso dos Combatentes contribuíram apenas para demonstrar a falta de coesão existente relativamente à questão colonial.

É por essa altura que o Movimento das Forças Armadas, inicialmente designado Movimento dos Capitães⁵³ e que envolveu cerca de 300 oficiais do Quadro Permanente, começa a estruturar-se em termos corporativos – “as questões profissionais e do prestígio da instituição acabam por funcionar como elemento aglutinador para uma

⁵² Sobre a organização e objectivos deste Congresso ver Pinto 1999, 369.

⁵³ O Movimento dos Capitães nasceu simbolicamente no dia 9 de Setembro de 1973, numa reunião de 136 oficiais do Exército e da Força Aérea realizada em Alcáçovas (Rezola 200, 26).

classe despolitizada e pouco dada a actos de insubordinação, permitindo progressivamente o alargamento do movimento contestatário” (Rezola 2007, 33). Tal porém não impediu que simultaneamente se iniciasse um pausado processo de politização entre os militares das patentes intermédias. Na verdade, a experiência de guerra adquirida no comando de tropas nas frentes de combate em África – e eventualmente alguma influência doutrinária das vagas de estudantes universitários mobilizados como oficiais milicianos ou dos próprios contactos com o adversário (Tusell 2007, IV, 23)⁵⁴ - começava a conferir aos oficiais, em especial à classe de capitães, uma consciência política prática, ainda que extremamente frágil e pouco fundamentada ideologicamente, que se traduziria a breve trecho em iniciativas clandestinas de carácter conspirativo (Rezola 2007, 35; Sánchez Cervelló 1993, 130). Por seu lado David Castaño refere na sua obra, *Mário Soares e a Revolução* (2013), que Cunhal “contava já com uma rede dentro das Forças Armadas, iniciada quando anos antes o PCP deixou de defender a deserção e passou a defender a integração dos seus militantes nas estruturas militares” (2013, 456)⁵⁵.

Pouco depois do Congresso dos Combatentes, os oficiais de carreira, principalmente os da classe de capitães, são confrontados com dois diplomas legais – o Decreto-lei n.º 353/73, de 13 de Julho e o Decreto-lei n.º 409/73, de 20 de Agosto –, que alterando as condições de ingresso de oficiais do Quadro de Complemento (milicianos) na Academia Militar e, conseqüentemente, a respectiva carreira profissional, os favoreciam em condições tidas pelos mais militares por profundamente injustas e contrárias aos princípios da ética militar (Rezola 2007, 29-30). A 12 de Outubro desse ano e face à atitude colectiva de repúdio de grande parte da oficialidade intermédia perante aqueles diplomas o governo optou por suspender a sua aplicação. Os militares, porém, não

⁵⁴ Nogueira Pinto duvida que este fenómeno, a existir, tivesse uma dimensão relevante (1999, 396).

⁵⁵ Em sentido semelhante ver António José Telo 2007, I, 55-56

suspenderam a sua atitude contestatária que, partindo das já mencionadas reivindicações associadas ao respectivo estatuto e remunerações, acabariam por criar consciência da necessidade de se encontrar uma solução política para a guerra colonial. Na realidade, o recuo do Governo não deixou de oferecer aos oficiais contestatários uma sensação de força cujas raízes podemos encontrar nas relações de camaradagem militar e no zelo corporativo pelo “prestígio das Forças Armadas” (Ramos 2009, VIII, 46; Ferreira 1998, 265). Daí até à decisão de derrubar o governo de Marcelo Caetano e substituir o regime do Estado Novo seria um passo que, como veremos, se veio a concretizar com o golpe militar do 25 de Abril.

Foi pois com base numa reacção essencialmente corporativa que um elevado número de oficiais do Quadro Permanente criou o Movimento dos Capitães, mais tarde designado por “Movimento das Forças Armadas” (MFA)⁵⁶. Logo no seu início instalou-se, porém, uma divergência de opinião entre os oficiais que preferiam agir numa posição de respeito pela hierarquia e pela legalidade e aqueles a quem não repugnava defender os seus interesses com o recurso a meios mais radicais (Rezola 2007, 35). De qualquer maneira, a partir de Dezembro de 1973 o MFA aperfeiçoa a sua estrutura designando uma Comissão Coordenadora subdividida numa comissão militar e numa comissão política. A comissão política inicia a elaboração de um documento programático – que viria a tornar-se fundamental – destinado a ser proposto ao país na sequência de uma intervenção militar a qual, por sua vez, já começara a ser preparada em segredo pela comissão militar (Rezola 2007, 30; Maxwell 1999, 54).

Foi por essa ocasião, mais precisamente em Fevereiro de 1974, que o general António de Spínola⁵⁷, antigo governador da Guiné e Vice-chefe do Estado-Maior das Forças

⁵⁶ Na versão de um elemento da linha *spinolista* do MFA, o então major José Sanches Osório, o Movimento tinha inicialmente características exclusivamente profissionais (Osório 1975, 17).

⁵⁷ António Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996), marechal do Exército português, foi, entre outras funções governador da Guiné, vice-chefe do EMGFA e Presidente da República.

Armadas publicou, com a aprovação do seu superior hierárquico imediato, o general Francisco da Costa Gomes⁵⁸, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), o livro “Portugal e o Futuro” (1974), onde apresentou um conjunto de teses destinadas à resolução do problema colonial português⁵⁹. As medidas propostas sintetizavam-se num projecto que, combinando uma progressiva atribuição de autonomia aos territórios ultramarinos com a criação de uma cúpula coordenadora de índole federal, visava assegurar a manutenção de laços mínimos, porventura meramente simbólicos, com a antiga metrópole. O projecto desse chefe militar não coincidia obviamente com a política oficial do governo de Marcelo Caetano, nem tão pouco com a proposta programática já em elaboração pelo núcleo duro do MFA e que previa um processo de descolonização mais rápido e radical (Rezola 2007, 47). Não obstante “Portugal e o Futuro” transforma-se numa *Bíblia* não por ter constituído o suporte ideológico do Movimento, mas porque permitiu que muitos oficiais ultrapassassem a questão da apoliticidade das Forças Armadas e, sobretudo, o complexo de oposição à prossecução da guerra” (Rezola 2012, 112). Por esse motivo, a manutenção da coesão dos oficiais aderentes ao movimento, onde existia um número significativo de apoiantes de Spínola, tornou incontornável uma negociação delicada de onde resultaram alterações importantes ao texto inicial do Programa do MFA (Rezola 2007, 50). Por outro lado, o desagrado das lideranças do regime com o livro de Spínola teve como consequência, ainda que sob outro pretexto, a demissão de ambos aqueles oficiais-generais das suas funções em 14 de Março de 1974⁶⁰. No seguinte dia 16 de Março, os oficiais do Regimento de Infantaria das Caldas sublevaram essa unidade, mas acabaram dominados por forças fiéis ao Governo. As causas desta tentativa de golpe militar,

⁵⁸ Francisco da Costa Gomes (1914-2001), marechal do Exército português, foi, entre outras funções Chefe do EMGFA e Presidente da República.

⁵⁹ Sobre a génese do livro de Spínola ver Pinto 2013, 723, nota 54.

⁶⁰ A razão invocada para essa demissão foi a recusa dos generais Costa Gomes e Spínola em participarem numa cerimónia militar de apoio à política do Governo (Rezola 2007, 45, Maxwell 1999, 51).

aparentemente realizado à margem da liderança do MFA (Osório 1975, 29), nunca foram suficientemente esclarecidas mas têm sido identificadas tanto com uma aventura do sector *spínolista* do Exército, como com uma tentativa de neutralizar esse mesmo sector levando-o a dar um passo em falso (Rezola 2007, 46; Spínola 1978, 101). De qualquer modo, o golpe é aproveitado pelo MFA para estudar cuidadosamente a capacidade de reacção governamental e aperfeiçoar a articulação do seu próprio golpe que, efectivamente, virá a ter lugar trinta e nove dias mais tarde (Rosas 1999, 14; Maxwell 1999, 73; Pinto 1995, 470-471).

3.4 A evolução espanhola

Entretanto ocorreram em Espanha outros acontecimentos igualmente importantes. Em 20 de Dezembro de 1973, o presidente do Governo espanhol, almirante Carrero Blanco, morreu em Madrid, vítima de um atentado perpetrado pelo movimento clandestino basco ETA⁶¹. Se este magnicídio teve um enorme impacte psicológico na opinião pública do país vizinho, deu identicamente origem a uma verdadeira crise de identidade do respectivo regime (Carr 1991, 230)⁶². Dele resultaram, na verdade, duas consequências com efeitos a mais longo prazo: por um lado, revelou uma insuspeitada vulnerabilidade do franquismo e, por outro, recordou a necessidade de pensar na sucessão do general Franco, à altura já com 81 anos (Prego 1995, 21). A 28 de

⁶¹ Para alguns estudiosos o assassinato de Carrero Blanco marca o início da transição espanhola.

⁶² Sobre a influência política de Carrero Blanco e as circunstâncias em que ocorreu a sua morte ver Javier Tusell, 1993. *Carrero, la eminencia gris del régimen*, Madrid: Temas de Hoy.

Dezembro, o *Generalíssimo* indigita o ministro *de la Gobernación*⁶³, Carlos Árias Navarro⁶⁴ como presidente do Governo, dando assim início a uma nova etapa do processo de evolução do regime espanhol.

Será todavia pertinente salientar a postura das Forças Armadas espanholas nesse momento tão crítico. De um ponto de vista sociológico, a geração de militares que havia garantido a vitória de Franco em 1938 estava já a desaparecer (Cervelló 1993, 385) e o espaço assim deixado vago começara a ser ocupado por oficiais mais profissionais e politicamente neutros (Carr 1991, 224). Por outro lado, a eliminação física do Presidente do Governo não deixara de causar alguma inquietação nas fileiras quanto ao futuro do país apesar de o ministro do Exército de Carrero Blanco, general Colma Gallegos, ter continuado a exercer as mesmas funções no governo de Árias Navarro. Em contrapartida, generais espanhóis tidos como mais “liberais”, como Díez-Alegría⁶⁵, ou Gutiérrez Mellado⁶⁶, insistiram por essa altura em declarar que o Exército não deveria interferir na política e que as instituições estavam preparadas para funcionar sem Franco (Prego 1995, 79).

A 12 de Fevereiro de 1974, o novo presidente do Governo espanhol apresenta o seu programa nas Cortes. No discurso de referência então proferido, Árias Navarro reiteraria a ideia de “participação” – por oposição a “adesão” ao regime – o que foi entendido em muitos círculos como um eufemismo que prometia alguma abertura política. Mais concretamente, Árias Navarro anunciaria quatro projectos legislativos, de entre os quais se destacava um “Estatuto do Associativismo Político” que aparentava criar espaço para a criação de partidos ou de formações políticas e para uma maior

⁶³ Este ministro detinha funções semelhantes à do Ministro do Interior, em Portugal.

⁶⁴ Carlos Arias y Navarro (1908-1989), antigo *Alcalde* de Madrid, foi o primeiro civil a ocupar o cargo de presidente do Governo depois de 1936.

⁶⁵ Tenente-general Manuel Díez-Alegría (1905 - 1987), chefe do Estado-Maior do Exército desde 1970, foi afastado dessas funções em 13 de Junho de 1974 a pretexto de manter contactos não autorizados com elementos anti-franquistas.

⁶⁶ Tenente-general Manuel Gutiérrez Mellado (1912 - 1995), mais tarde Vice-presidente do Governo para Assuntos de Defesa (1977) e principal reformador das Forças Armadas espanholas.

liberdade de informação (Prego 1995, 85). Esta tentativa de “primavera” espanhola, foi apelidada de “espírito do 12 de Fevereiro” e “propagandeada numa imprensa tornada mais livre pela actuação do ministro reformista da Informação, Pio Cabanillas” (Sardica 2013, 233)⁶⁷. As reacções que enfrentou foram variadas. Como seria de esperar, se os sectores mais reaccionários do franquismo, os denominados “imobilistas”, denunciaram imediatamente as propostas de Árias Navarro como destinadas a destruírem a obra do Generalíssimo e a subverter as virtudes do regime, já os reformistas do Governo e os sectores moderados da opinião pública acolheram com simpatia essas mesmas propostas na esperança de que a abertura anunciada permitisse a modernização e a sobrevivência do *status quo* (Prego 1995, 86). Quanto à oposição democrática e ao movimento sindical clandestino, as *Comisiones Obreras* (CC.OO.) não chegaram a alimentar qualquer ilusão relativamente à eficácia real das propostas de 12 de Fevereiro cuja falácia residia na obrigação de todas as futuras associações se comprometerem formalmente a respeitar os princípios do Movimento franquista. Ademais, as esperanças numa liberalização do regime seriam pouco tempo depois abaladas por vários incidentes que contradiziam nitidamente as intenções proclamadas. De entre os mais significativos desses incidentes há que registar os derivados de uma crescente conflitualidade verificada durante o tardo-franquismo entre a Igreja Católica e um Estado que se assumia como confessional (Prego 1995, 38, 102–114; Carr 1998, 229; Telo e Gómez 2000, 265), bem como a continuação da repressão por motivos políticos⁶⁸. Outro grave episódio que viria a pôr em causa a sinceridade da abertura governamental ocorreu no dia 2 de Março de 1974 com a execução, em cumprimento de sentença de um conselho de guerra, dos activistas anti-franquistas Heinz Chez e Salvador Puig, a quem de nada

⁶⁷ Pio Cabanillas Gallas (1923-1991) foi ministro da Informação e Turismo no governo de Arias Navarro e, mais tarde, ministro da Justiça num dos governos de Adolfo Suárez.

⁶⁸ Segundo Sánchez Cervelló existiriam nessa altura em Espanha 325 presos políticos (1993, 334).

valeram os pedidos de indulto então feitos por inúmeras personalidades espanholas e estrangeiras (Prego 1995, 101).

Note-se, contudo que, no que respeita às relações luso-espanholas desses tempos, António Pedro Vicente sublinha que

Os anos 60 acentuaram, no relacionamento entre os dois países, um forte contraste. A Espanha que descoloniza, que se desenvolve e que cria novos rumos na aproximação internacional, abrindo-se ao turismo e criando condições claras para uma melhoria da situação social, não pode pactuar com a insistência do governo português na resolução dos seus problemas ultramarinos, através da via militar. (2003, 16).

Porém, os sobressaltos políticos que se avizinhavam em Portugal iriam constituir dentro em breve um novo foco da atenção do povo espanhol.

3. 5 Observações

3.5.1 Sobre as origens do MFA

Como sublinha António Telo, “os oficiais do MFA antes do 25 de Abril são os escalões intermédios da hierarquia, aqueles que têm uma rica experiência de liderança nas guerras de África, tirada do campo mais exigente nesta vertente: o comando de unidades (essencialmente companhias) no terreno” (2007, I, 28-29), o que ajuda a compreender a grande eficácia com que o golpe militar foi preparado⁶⁹.

⁶⁹ Ver também Telo 2000, I, 140.

No mesmo sentido, e embora reconhecendo que a origem social do corpo de oficiais se havia modificado – a maioria dos 703 oficiais que assinaram os documentos do MFA era, de facto, originária dos meios rurais (51%) – Rui Ramos também deduz, por seu lado, que aquilo que os singularizava era uma “experiência histórica: o comando de tropas na guerra e a revolta corporativa em 1973” (2009, VIII, 62). Numa perspectiva algo diferente, Nogueira Pinto sublinha que a causa remota da crise militar dos finais do regime residiria na memória ainda viva do desprestígio que fora a perda de Goa em Dezembro de 1961 (1999, 398).

Também não resulta perfeitamente definido em que medida o golpe militar do 25 de Abril derivou de reivindicações de carácter profissional e corporativo ou de um projecto político autónomo destinado a mudar o regime e a influenciar a sociedade portuguesa.

3.5.2 Sobre o contexto do golpe de 25 de Abril

De entre as muitas apreciações posteriormente surgidas sobre as origens do MFA, reproduziremos, pelo seu interesse a análise de António José Telo para quem “por detrás da criação do MFA estão [...] razões muito mais profundas e é por isso que ele perde rapidamente as suas características corporativas e se politiza”. E de entre essas razões o mesmo autor destaca (Telo e Gómez 2000, 138):

1. O descontentamento com o poder político que não usou o tempo oferecido para encontrar uma solução para a guerra colonial.
2. Os apelos de sectores minoritários mas activos da sociedade civil, sobretudo da classe média, designadamente os originados nos movimentos sindicais e estudantis.
3. O esgotamento de apoiantes tradicionais da guerra.
4. O esgotamento da forma financeira de suportar a guerra.
5. A influência da opinião pública europeia e mundial e a consciência do isolamento face à Europa.

3.5.3 Sobre a Espanha

Como observa José Miguel Sardica, “olhados em conjunto, o marcelismo e o tardo-franquismo foram ambos tentativamente reformistas e *aperturistas* mas tiveram resultados divergentes. A grande diferença entre a abertura liberalizante portuguesa e espanhola foi essencialmente o “timing” ” (Sardica 2013, 234). Marcelo Caetano, por um lado recusou-se a avançar na senda da democratização, apesar de haver criado uma expectativa de mudança, e a irresolução da guerra em África consumou o fracasso do seu governo. O franquismo dispôs de mais tempo e beneficiou de condições mais favoráveis: uma maior maturidade socioeconómica, um progresso mais acentuado, uma classe política menos desintegrada, uma maior coesão nas forças armadas, uma solução sucessória viável ainda que sob formato monárquico e um conflito colonial diminuto, no Saara – conflito este que Javier Tusell não hesitou em qualificar como “uma anedota demonstrativa da debilidade do regime anterior” (2007, IV, 105) – que não se podia comparar ao português⁷⁰. A este propósito nota José Miguel Sardica:

Em Espanha, a transição *pactada* tornou-se assim uma inevitabilidade e a revolução armada um escolho a evitar – quando mais não fosse porque de uma revolução poderia vir uma nova guerra civil, e a memória traumática do que se passara entre 1936 e 1939 ainda estava demasiado viva para que os espanhóis, instintivamente, não fizessem tudo para não reviverem aquele banho de sangue que marcara o seu passado recente. (2013, 235).

⁷⁰ Sobre o conflito do Sahara espanhol ver, entre outros autores, Prego 1995, 231-238.

Capítulo 4

25 de ABRIL de 1974 – A MUDANÇA

4.1 A natureza da iniciativa militar

Já vimos que Samuel Huntington inicia o seu célebre ensaio *The Third Wave: Democratization in the Late Century* (1991) elegendo o golpe militar de 25 de Abril de 1974, de Portugal, como o facto histórico que assinala o início da terceira vaga de democratizações. E por “terceira vaga” entende aquele autor, como é sabido, um certo modelo conceptual que permite compreender o processo (fenómeno) de transição política dos regimes autoritários para os regimes democráticos⁷¹.

O levantamento militar levado a cabo em Portugal pelos oficiais do MFA no dia 25 de Abril de 1974 não só mudou o rumo da história nacional, como também surpreendeu o mundo e os especialistas da ciência política que ainda hoje sentem dificuldade em “integrar o caso português na grelha de análise estabelecida para as transições” segundo Maria Inácia Rezola (2007, 17). Ora uma das primeiras questões que originou maior controvérsia relaciona-se com a classificação do 25 de Abril – um golpe de estado ou uma verdadeira revolução? A grande maioria dos investigadores aceitou, com uma ou outra *nuance*, a versão de que se tratou de uma iniciativa inicialmente militar que o povo nas ruas transformou em revolução (César de Oliveira citado em Rezola 2007, 18). Uma formulação semelhante desta versão pertence ao tenente-coronel Ernesto Melo Antunes - considerado o ideólogo do Movimento dos Capitães (citado em Rezola 2012, 12) – que a sintetizou afirmando: “Não fomos nós que a fizemos, a revolução deu-se nas

⁷¹ Ver capítulo 2.

ruas, nos dias e nas horas que se seguiram ao golpe militar, e isso é que submergiu a direita e também sectores como os próprios spinolistas, que perceberam que não conseguiriam resistir à onda de democratização” (citado em Rezola 2012, 130). Para outro militar, Pezarat Correia, igualmente citado por Maria Inácia Rezola, tratou-se de “um golpe militar que, pela ampla adesão popular e movimentação social que desencadeou, deu lugar a um processo revolucionário” (2007, 19). Registam-se contudo algumas opiniões diferentes como aparentam ser as de Mário Soares e Álvaro Cunhal. Para o primeiro daqueles políticos “a Revolução de Abril foi verdadeiramente uma revolução e não apenas uma revolta militar”. E explica: “o 25 de Abril modificou as estruturas da nação portuguesa. Modificou-as, de facto. Não foi apenas uma mutação política. Representou uma mutação económica e social e acima de tudo uma mutação cultural” (citado em Rezola 2007, 19). Já na descrição do líder comunista “a acção militar do 25 de Abril começou por ser um golpe militar, mas, no desenrolar dos acontecimentos, o golpe foi ultrapassado no próprio dia” (Álvaro Cunhal citado em Rezola 2007, 19). Opinião diferente parece ser a de Diogo Freitas do Amaral para quem, pelo contrário, “do ponto de vista político-jurídico, o 25 de Abril foi, desde o início, uma Revolução – quer na intenção dos que o fizeram, quer no programa político que anunciaram ao País” (1995, 157). Manuel Braga da Cruz, por seu turno, sublinha que “a transição para a democracia deu-se em Portugal, do ponto de vista institucional, de uma forma abrupta, pelo triunfo de uma revolta militar acompanhada e geradora de uma ampla participação popular” e detalha que a “militarização revolucionária do processo de democratização portuguesa constitui efectivamente a sua peculiaridade fundamental” (1995, 107-108).

A questão talvez já esteja hoje ultrapassada, porém – como recorda António José Telo – e ainda que os movimentos deste tipo “possam abrir para situações revolucionárias,

como aconteceu com o 25 de Abril, [...] isso já não são os movimentos em si, pelo que não se podem denominar de ‘revoluções’, apesar de normalmente se auto-classificarem como tal” (2007, I, 39). Numa análise comparativa mais apurada de vários outros movimentos de índole semelhante sucedidos ao longo da História nacional, o mesmo historiador identificou 13 características comuns a todos eles, que podem ajudar a melhor enquadrar o argumento (2007, I, 32-35). De entre outras destacamos as seguintes:

- 1) Esses movimentos são quase exclusivamente militares, com a consciente exclusão dos civis;
- 2) Reúnem a quase totalidade das Forças Armadas sob um núcleo conspirativo reduzido;
- 3) Não encontram resistência significativa em nenhum sector importante da sociedade portuguesa, seja civil ou militar;
- 4) Revestem a forma simbólica de uma marcha da província sobre a capital;
- 5) Têm um cimento ideológico difuso;
- 6) Partem normalmente do Exército, mantendo-se a Armada passiva ou neutra;
- 7) Surgem, em regra, dos escalões intermédios da hierarquia, ou, pelo menos, é aí que vão buscar os seus grandes promotores;
- 8) São, em regra, precedidos por “ensaios gerais” falhados.

Conclui o mesmo autor que a melhor forma de classificar situações deste tipo é como “movimentos patrióticos das Forças Armadas” ou “movimentos militares de salvação nacional”, “porque na mente dos seus promotores visam essencialmente ‘salvar a Pátria’”.

4.2 Quanto ao golpe militar, em si, não se cuidará aqui de historiar as operações concretas por que se processou ou as múltiplas peripécias a que deu origem⁷². Mas os investigadores têm-se debruçado sobre a sua vertente histórico-política realçando alguns detalhes que importa mencionar, ainda que muito resumidamente:

- a) Em primeiro lugar, o efeito-surpresa: é opinião dominante que os autores do golpe organizaram-no com um apreciável secretismo apanhando o país e o mundo desprevenidos. O próprio Departamento de Estado norte-americano, embora estivesse informado, através das suas embaixadas em Lisboa e Madrid do mal-estar que grassava entre os militares não imaginava que o MFA viesse a converter-se num movimento para derrubar o governo (Gomes 2008, 23-24; Maxwell 1999, 85; Rezola 2007, 26). Tem essa característica sido atribuída à circunstância, entre outras, de os militares haverem excluído qualquer participação nas operações de elementos civis ou quaisquer contactos mais desenvolvidos com grupos da oposição política, o que elimina a movimentação popular como causa imediata do golpe (Telo 2007, I, 30). Além disso, como frisa Maria Inácia Rezola, “a redacção final do programa [do MFA] não obedeceu a quaisquer compromissos prévios com as forças partidárias civis, facto que acabará, como sabemos, por conferir um carácter original ao golpe de Estado do 25 de Abril de 1974” (2007, 51).

A essa versão foi, posteriormente, contraposta uma outra alegando que elementos da embaixada americana teriam sido informados do que se preparava (Gomes e Sá 2008, 15). O autor catalão Sánchez Cervelló menciona, por seu turno, que “a esquerda conhecia em pormenor a agitação militar desde os seus inícios” (1993,

⁷² Este episódio é servido por uma vasta bibliografia. Podem encontrar-se resumos dos momentos-chave do golpe militar de 25 de Abril em autores como Rezola 2007, 54-62; Ramos 2009, VIII, 49-51; Maxwell 1999, 75-78; Telo 2007, I, 20-29; Spínola 1978, 113-121; Carvalho, Otelo 1984, 354-486; Rodrigues 2008, 125-127; Pinto 1999, 492-498.

184). Finalmente, David Castaño, na sua obra “Mário Soares e a Revolução”, revela que

nas vésperas do 25 de Abril, elementos do secretariado do PS, Pedro Coelho, Herculano Pires e Arons de Carvalho, encontraram-se com Vítor Crespo, Almada Contreiras e Martins Guerreiro e foram informados sobre as intenções do MFA, tendo transmitido aos militares o apoio do PS ao derrube do regime por via militar.

Porém, qualquer que seja a leitura que se faça desses eventos, não se afigura que as autoridades espanholas ou norte-americanas tivessem um conhecimento detalhado da data ou dos planos do golpe em preparação. (2013, 90).⁷³

- b) As novas instituições: Nas primeiras horas da madrugada do dia 26 de Abril foi apresentada ao país, através da televisão, uma “Junta de Salvação Nacional” (JSN), presidida pelo general António de Spínola, personalidade que poucas horas antes havia recebido o poder de Marcelo Caetano no seu acto de rendição aos militares. Constituída por mais três generais, nomeadamente o general Costa Gomes, que iria recuperar as suas antigas funções de CEMGFA, e outros tantos oficiais superiores, a JSN representava formalmente a cúpula do poder saído do golpe militar, ainda que o centro efectivo do poder continuasse nas mãos do núcleo de oficiais que preparou e executou o movimento dos capitães (Telo 2007, I, 44; Maxwell 1999, 82). Nessa mesma madrugada foi comunicado ao país o “Programa do Movimento das Forças Armadas” que passava a constituir como que o guião do trabalho político que os novos detentores do poder se impunham levar a cabo⁷⁴. No preâmbulo do documento – que adquire prioridade legal sobre toda a legislação

⁷³ A única explicação para o derrube do regime autoritário ter apanhado Washington de surpresa “é a de que Portugal constituía à época uma prioridade muito baixa para a política externa dos Estados Unidos” (Gomes, e Sá 2008, 27).

⁷⁴ Após 25 de Abril, o programa do MFA foi objecto de ampla divulgação. A versão lida na madrugada de 26.IV.74, na TV, encontra-se acessível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07> acesso em 18/II/2014.

anterior, designadamente constitucional – é definido o objectivo primeiro do MFA: a instauração a curto prazo de uma Democracia Política (Rezola 2007, 62). Para tornar um facto consumado essa autêntica ruptura com o Estado Novo são tomadas várias medidas, começando pela destituição do Presidente da República e do Governo, passando pelo dismantelamento dos restantes dispositivos e instituições do regime — como por exemplo a DGS, a Legião Portuguesa, o Governo, a Assembleia Nacional, a Câmara Corporativa, o Conselho de Estado, a Acção Nacional Popular (partido único) – e culminando com a transferência dos respectivos poderes para a JSN⁷⁵. É igualmente concedida uma amnistia geral aos presos políticos.

- c) É, pois, um facto que os propósitos essenciais dos autores do golpe militar, materializados no referido programa permitiram – pelo menos teoricamente – reconhecer desde os primeiros momentos que nos encontrávamos perante o início de um processo de transição democrática. A circunstância de os anteriores detentores do poder terem sido neutralizados e removidos em escassas horas e sem espaço para qualquer negociação significativa permite portanto qualificar esta transição democrática como ruptura, “ou seja sem qualquer pacto ou negociação entre a elite da ditadura e as oposições” (Pinto 2001, 360). Efectivamente, para o MFA “era fundamental que o Movimento tivesse um programa político, deixando inequivocamente patente a ideia de que o golpe de Estado visava a instauração de uma democracia e não a substituição de uma ditadura por outra” (Rezola 2007, 47)⁷⁶. Por seu lado, tanto Braga da Cruz (1995, 108) como António Costa Pinto (2007, 359) salientam que a intervenção democratizante do *militarismo*

⁷⁵ Estas determinações constaram essencialmente nas Leis 1/74, de 25 de Abril e 2/74, de 14 de Maio.

⁷⁶ Chegou a ser contemplada a hipótese de se constituir um governo militar a qual porém foi afastada por se temer que criasse uma má imagem na cena internacional (Spínola 1978, 104).

revolucionário do MFA constituiu precisamente a grande novidade do caso português.

- d) Mais concretamente, o Programa determinava que a Presidência da República seria confiada ao militar que na JSN desempenhasse as funções de presidente e que ao novo Chefe do Estado competiria a nomeação, “no prazo máximo de três semanas após a conquista do poder”, de um Governo Provisório civil que incluiria “personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes” que se identificassem com o referido Programa. O Governo Provisório deveria ficar em funções “até à realização de eleições gerais para o futuro Parlamento, por sufrágio universal e directo, em data e condições a estabelecer pela futura Assembleia Nacional Constituinte”. Esta, por sua vez, seria eleita por “sufrágio universal, directo e livre” até ao dia 31 de Março de 1975 e teria como missão aprovar a nova Constituição no prazo de 90 dias contado a partir da data da verificação dos poderes dos seus membros, podendo aliás esse prazo ser prorrogado por mais 90 dias. Ficava assim prevista a existência de um período de transição em que os militares não se afastariam da vida política nacional até que o novo texto constitucional fosse aprovado.
- e) A par destas decisões, que indiciavam claramente o propósito de instalar um regime democrático em ruptura com o anterior regime português, há que salientar que a criação do MFA e a concretização do golpe militar por ele iniciado só foi possível graças à emergência de um claro controlo não hierárquico das Forças Armadas (Telo 2007, I, 42). Por isso, embora a JSN integrasse oficiais generais, o poder real, isto é o controlo efectivo das unidades militares, permaneceu essencialmente na mão de um MFA liderado pela sua Comissão Coordenadora que não incluía

nenhum general (2007, I, 44). Reflectindo sobre o mesmo fenómeno, outro autor, José Medeiros Ferreira, conclui que “um dos objectivos do MFA como metamorfose da instituição militar foi o de garantir a posse dos grandes meios de violência – o monopólio do armamento” (2001, 13).

- f) A legislação promulgada pela JSN nos primeiros dias da sua existência permitiu definir melhor uma nova ordem constitucional provisória em que a tutela militar passou a ser institucionalizada de uma dupla forma: por um lado, consagrando a JSN como um órgão de soberania com competências próprias, designadamente a de zelar pelo cumprimento do Programa do MFA e das normas constitucionais não revogadas; por outro, atribuindo à JSN o poder de escolher de entre os seus membros o militar que exerceria as funções de Presidente da República. Esta nova ordem constitucional veio portanto consagrar a total independência das estruturas das Forças Armadas face ao poder civil (Rezola 2007, 65). A par disso, foi criado um novo Conselho de Estado com três componentes: os membros da JSN, sete personalidades de nomeação presidencial e sete militares da Comissão Coordenadora do MFA. Este Conselho de Estado seria politicamente responsável perante o Presidente da República e disporia de amplos poderes legislativos⁷⁷.
- g) O Programa do MFA continha todavia dois detalhes que iriam exercer uma influência decisiva no futuro. Em primeiro lugar, conquanto o Programa defendesse o restabelecimento da democracia e das liberdades fundamentais, designadamente a liberdade de reunião e de associação, nada dizia em relação a aspectos básicos tais como a legalidade ou não de partidos políticos e o tipo de democracia que se pretendia instituir (Ferreira 1990, 61; Telo 2007, I, 45). Em segundo lugar, a

⁷⁷ Lei 3/74, de 14 de Maio.

questão da descolonização vinha abordada em termos ambíguos: o Programa do MFA limitava-se a reconhecer que a solução das guerras em África era política e não militar - haveria que criar condições para um debate do problema ultramarino e tornar-se-ia indispensável lançar uma política ultramarina que conduzisse à paz. Registe-se, porém, que os investigadores estudiosos da génese do Programa do MFA assinalam a eliminação de um item que numa versão anterior consagrava o claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação (Gomes e Sá 2008, 29-30). Essa alteração, que era já de si um detalhe deveras significativo, terá sido uma imposição do Presidente da JSN, general António de Spínola, apoiado tacitamente pelo general Costa Gomes, e confirmava a existência *ab initio* de um conflito dentro do bloco vencedor do golpe de Estado militar. Aliás, a origem dessa divergência tinha as suas raízes em discordâncias surgidas desde o início do MFA entre as suas correntes “legalista” e “revolucionária” ou, mais tarde, nas vertentes “radical” e “spínolista” (Rezola 2007, 27). Confirmava-se assim com nitidez que a causa primordial da contenda era a questão colonial (Gomes e Sá 2008, 33-34; Maxwell 1999, 74-75; Rezola 2007, 61- 62; Spínola 1978, 96).

- h) Como frisa Kenneth Maxwell (1999, 75), secundado por autores como Maria Antónia Rezola (2007, 47), Sánchez Cervelló (1993, 166) e António José Telo (2007, I, 43), estes e outros mal-entendidos que a partir de então ocorreram resultavam de uma ambiguidade propositada pois a Comissão Coordenadora do MFA desejava reunir o mais amplo apoio possível ao Movimento e ao seu Programa, “uma manta de retalhos de boas intenções”⁷⁸. Reforçando essa leitura, António José Telo acrescenta que a aparente moderação do Programa do MFA foi

⁷⁸ A autoria do Programa do MFA deve-se em grande parte ao então major Ernesto Melo Antunes (1933-1999).

devida em larga medida à preocupação de manter a unidade e, bem assim, “a dúvidas sobre qual seria a reacção da sociedade portuguesa ao movimento que ia derrubar o regime” (2007, I, 98).

4.3 Repercussões em Espanha

O golpe militar de 25 de Abril atraiu obviamente a atenção internacional generalizada, mas em nenhum país como em Espanha a chamada Revolução dos Cravos “e o muito que se lhe seguiu foram acompanhados com tanta atenção, entre o temor e a esperança” (Sardica 2013, 238). Apesar de existir no país vizinho um regime de censura à Comunicação Social, os eventos lusitanos foram apercebidos com suficiente clareza tanto pelo governo de Madrid como pela população em geral proporcionando naturais comparações com a evolução da situação local e as hipóteses que se abriam para o futuro político desse país. Aludindo a essa súbita curiosidade do povo espanhol pela Revolução e ao crescente interesse de inúmeros cidadãos seus em visitar as terras lusas, Hipólito de la Torre Gómez caracteriza-a humoristicamente como “o excitado turismo político dos espanhóis em Lisboa” (prefácio em Jiménez Redondo 1996, 14).

4.3.1 A reacção do Governo espanhol

Em Madrid, num primeiro momento, segundo informa José Miguel Sardica

no conselho de ministros reunido logo a 26 de Abril, Arias Navarro reconheceu que a revolução em Portugal poderia ter repercussões negativas em Espanha e que a melhor linha de conduta a seguir seria a da rigorosa neutralidade, não

porque o regime apoiasse o sucedido em Lisboa mas para não dar às novas forças políticas portuguesas qualquer pretexto para ingerências na vida do país vizinho. (2013, 241).

A 29 de Abril, o governo espanhol reconheceu oficialmente a Junta de Salvação Nacional asseverando querer manter com esta relações cordiais⁷⁹. E a 15 de Maio seguinte, aquando da investidura de Spínola como Presidente da República – o que criou a aparência de ser ele o homem do leme – Franco enviar-lhe-ia um telegrama de felicitações. Num segundo momento, porém, o governo de Madrid esforçou-se por passar a mensagem – feita provavelmente a pensar nos sectores desafectos ao regime de Franco – de que as profundas diferenças entre a situação portuguesa e a situação espanhola não permitiriam que se produzisse qualquer contágio revolucionário (Sánchez Cervelló 1993, 371-372). Na realidade, apesar de as autoridades espanholas preferirem minimizar a influência do 25 de Abril, sublinhando que Portugal e Espanha eram “países diferentes”, não deixaram de ficar preocupadas tendo, inclusivamente, reunido a 3 de Maio um Conselho de Ministros extraordinário e alargado, presidido por Franco, que contou com a presença das cúpulas militares e de vários assessores do *Generalíssimo* – para analisar potenciais reflexos do golpe de Estado de Lisboa em Espanha. Nesse Conselho de Ministros foi inclusivamente visionada uma reportagem de três horas que a TVE acabara de realizar em Portugal sobre o 25 de Abril (Sardica 2013, 24; Sánchez Cervelló 1993, 346).

4.3.2 A Comunicação social espanhola

⁷⁹ Nessa data a Junta de Salvação Nacional seria igualmente reconhecida pelos EUA e pela RFA.

A par de uma intensa curiosidade, houve desde o início no país vizinho alguma dificuldade em perceber inteiramente o desenrolar dos acontecimentos em Portugal. Nesses dias, encabeçando sempre as suas primeiras páginas com a palavra “Portugal”, os principais jornais de Espanha deram destaque a títulos como: “El fin de una Dictadura”, “Libertad”, “El futuro ha comenzado”, “Un caminho a la esperanza”, “Liberación” (Prego 1995, 120). Tanto não impediu que as notícias fossem por vezes contraditórias e que a comunicação social espanhola se revelasse cuidadosa nas suas apreciações sobre a evolução da política portuguesa, não só por se encontrar submetida a um alertado regime de censura, mas também por se defrontar com inevitáveis dificuldades de acesso a fontes fidedignas⁸⁰.

Referindo-se às motivações da Imprensa espanhola face ao 25 de Abril, Sánchez Cervelló retratou-a nestes termos: “A imprensa espanhola desta época, ao informar sobre Portugal, reflecte como num espelho o que desejava para a sua pátria, nesse período de censura discriminatória” (1985, 215).

4. 3. 3 Comunicações da Embaixada de Portugal em Madrid

Tal como seria de esperar, a nossa representação diplomática em Madrid esteve atenta desde o primeiro momento às reacções do país vizinho ao golpe militar do 25 de Abril. Ainda que a maioria das comunicações eventualmente relevantes desse período não constem do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, e, entre aquelas que constam, as que mais interessariam não estejam disponíveis para consulta pública, tem sido possível obter nesse acervo documental

⁸⁰ Sobre a influência da Revolução portuguesa na Imprensa espanhola ver Sánchez Cervelló, Josep. “A Influência de Abril na Mudança de Regime em Espanha” (1985). *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.os 15/16/17. Maio, 209-221.

alguma – pouca - informação digna de atenção⁸¹. Posto isto, começa por merecer referência a comunicação telegráfica que o então embaixador⁸² remeteu para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) no dia 29 de Abril de 1974 transmitindo uma posição oficial das autoridades de Madrid que lhe fora reiterada pelo Director Geral de Política Exterior do Ministério de Relações Exteriores, embaixador Arcos, nos seguintes termos:

A Espanha considera as mudanças de governo noutros países assunto de matéria de política interna na qual o governo espanhol não deveria interferir desde que a nova situação apresentasse razoáveis garantias de continuidade e boa aceitação pública.

Por outro lado, no próprio dia 25 de Abril, o procurador António Pedrosa proferiu nas Cortes de Espanha a seguinte declaração que seria aprovada por unanimidade⁸³:

Entendo que as Cortes por constituírem autêntica representação da Nação espanhola não podem deixar de transmitir à sua irmã, a Nação Portuguesa, uma cálida homenagem do nosso profundo e secular carinho para o seu povo, a quem ontem, hoje e sempre Espanha deseja o melhor, quer dizer, o destino que pela sua História lhe corresponde, dentro de um mundo que, com as suas proezas, ajudou a civilizar. Seja qual for o signo de tais acontecimentos, o povo espanhol quer para Portugal a paz, o seu bem-estar e prosperidade no quadro de umas relações internacionais da melhor vizinhança mais do que cordial, fraterna de verdade.

Registe-se, nesse contexto, que segundo outra significativa comunicação telegráfica da Embaixada de Portugal em Madrid, a Imprensa espanhola concedera amplo relevo às

⁸¹ Como António Telo observa, nos períodos de transição a diplomacia apaga-se e perde importância porque se multiplicam os canais paralelos de contacto com o exterior (Telo 1999, 275, 296).

⁸² Manuel Farrajota Rocheta (1906-1985), que seria substituído em Novembro de 1974 pelo embaixador José Eduardo Menezes Rosa (1918-2008).

⁸³ Telegrama n.º 177/74, da Embaixada de Portugal em Madrid.

comemorações do 1º de Maio de 1974 salientando a sua boa ordem e a lição de civismo que representava.⁸⁴

4.4. Consequências sociais imediatas

Um dos eventos que mais influência teve no curso dos acontecimentos que em Portugal imediatamente se seguiram ao 25 de Abril foram as grandes manifestações do dia 1.º de Maio, o “Dia do Trabalhador”, que praticamente nenhum sector da esquerda deixou de explorar politicamente e que, na perspectiva do tenente-coronel Melo Antunes, transformaram o golpe de Estado em Revolução (Rezola 2012, 186). Mas, como observa António José Telo, quem mais beneficiou dessas manifestações do 1.º de Maio de 1974 foram os oficiais do MFA na medida em que elas lhes transmitiram a noção de que tinham o povo português por trás (2007, I, 44).

A partir daí, as ruas começaram a encher-se, numa explosão social inédita, traduzida em protestos, reivindicações, greves, ocupações, sendo de registar o empenho que o Partido Comunista Português (PCP) demonstrou, por si ou por interposto MDP/CDE, no controlo das organizações sindicais e na tomada de assalto do poder local, com o controlo das Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e mesmo do sistema coordenado pelo Ministério do Interior (Telo 2007, I, 56; Rezola 2007, 27). Nas semanas subsequentes multiplicaram-se as organizações políticas, cerca de 60, embora em 1974 o único partido organizado, com uma estrutura, um programa e um núcleo significativo de quadros e simpatizantes activos na clandestinidade, fosse o PCP (Telo 2007, I, 54; Maxwell 1999, 90-91). Quanto às Forças Armadas, é revelador que, passado pouco tempo, o CEMGFA, general Costa Gomes, se lastimasse com apreensão da “quebra de

⁸⁴ Telegrama n.º187/74, da Embaixada de Portugal em Madrid.

disciplina que certas inovações trouxeram à vida militar, como, por exemplo, os cabelos compridos, a falta de aprumo, enfim, todo um conjunto de atitudes que [...] punham em causa [...] o respeito pelas hierarquias” (citado em Rodrigues 2008, 157). Simultaneamente, o processo de desagregação da hierarquia militar tradicional ia alimentando “a onda de subversão e de indisciplina que invadiu as Forças Armadas”, na opinião do mesmo general (citado em Rezola 2007, 19).

De facto, como infere José Miguel Sardica, “o derrube do regime ditatorial português não conduziu à institucionalização imediata da democracia em Portugal”. Antes pelo contrário, o saneamento de praticamente toda a elite política anterior, associado ao destroçar de parte da hierarquia militar abalou a autoridade do Estado “no preciso momento em que a sociedade civil invadiu as ruas, recuperando voz activa e multiplicando novos partidos políticos, sindicatos e mecanismos sociais de participação”. Daí que, ainda segundo aquele autor, o golpe militar tivesse lançado “Portugal num turbilhão revolucionário que se estendeu por dois anos, até à ratificação da Constituição democrática que normalizou a vida portuguesa em Abril de 1976” (2013, 238). A este propósito, acrescenta Rui Ramos que

a revolução correspondeu, no topo, mais a uma mudança geracional das elites, preparada pela socialização política de esquerda nas universidades, do que a uma ruptura social. Serviu ainda para a promoção de novas elites intermédias, definidas pelo activismo partidário ou sindical. (2009, VIII, 68).

Isso não impediu que em Outubro e Novembro de 1974 se verificassem avanços importantes na direcção da democracia, designadamente por via das leis dos partidos políticos – que mais não foi do que uma oficialização do que há muito se passava no terreno – e da lei eleitoral para a Assembleia da República (Moreira 1999, 197). Estes instrumentos legais reservaram para os partidos o exclusivo da apresentação de

candidaturas eleitorais; limitaram o registo legal como partido só àqueles que reunissem 5 mil assinaturas de proponentes e impuseram um sistema eleitoral assente no voto por lista em círculos distritais plurinominais e no método de representação proporcional de Hondt⁸⁵. Com estas medidas assegurou-se o monopólio da representação política aos grandes partidos – que viriam a ser o PS, o PPD, o PCP e o «Centro Democrático Social (CDS) – ainda que dificultando a constituição de maiorias absolutas.

4.5 Observações

António José Telo considera que a transição democrática portuguesa foi um efeito directo do longo período de desenvolvimento do pós-guerra. O seu eixo condutor teria sido no plano interno determinar o tipo de regime que se pretendia instituir, e no plano das relações internacionais garantir a descolonização do ultramar português (1999, 280). Numa perspectiva diferente, não podemos deixar de nos interrogar sobre as razões para o facto de a transição portuguesa para a democracia haver sido tão diferente das transições verificadas no caso da Grécia e da Espanha. Na verdade, tratava-se de três ditaduras conservadoras, em países onde, na década de 1960, a inevitável integração na economia europeia estimulava não só o desenvolvimento económico, mas também processos de industrialização e urbanização conducentes ao crescimento da classe média, indispensável a uma democracia de massas estável.

Como já assinalámos, Portugal conheceu uma transição por ruptura operada pelos escalões militares intermédios em conflito com a hierarquia formal, embora como explica António Costa Pinto não existisse “uma relação directa entre esta acentuada descontinuidade e alguma radicalização subsequente” (2001, 360). No caso português, efectivamente, as guerras de África e o próprio processo de descolonização

⁸⁵ Sobre o sistema eleitoral português ver Sampaio 2009.

influenciaram particularmente as Forças Armadas, num ambiente internacional marcado pelo suposto “declínio” de um Ocidente afligido pela inflação e pela retração do poder americano” (Ramos 2009, VIII, 43; 60-61).

Por fim, Nogueira Pinto salienta que a “oposição que triunfa em 1974 não é democrática, nem liberal no sentido europeu ocidental” (1999, 28)).

Capítulo 5

OS GOVERNOS PROVISÓRIOS

Para comodidade de exposição, começaremos por dividir em três fases – de harmonia, aliás, com uma proposta de Sánchez Cervelló (1993, 185) – o período de notória fluidez institucional que se seguiu ao golpe militar do 25 de Abril:

1.^a fase: de 25 de Abril de 1974 a 30 de Setembro de 1974.

2.^a fase: de 30 de Setembro de 1974 a 11 de Março de 1975.

3.^a fase: de 11 de Março de 1975 a 25 de Novembro de 1975.

A fase sobre a qual esta dissertação se debruçará corresponde à 3.^a, também designada por “Verão Quente de 1975”, mas para melhor compreensão da exposição revela-se adequado fazer uma sucinta alusão às duas fases que a antecederam. Assim:

5.1. A 1.^a fase (de 25 de Abril de 1974 a 30 de Setembro de 1974)

Depois do sucesso do golpe militar, os líderes do MFA enfrentaram uma questão decisiva – saber sob que formas deveria ser dada continuidade à sua iniciativa. A solução pela qual optaram foi a de manterem uma estrutura permanente do Movimento ainda que sem institucionalização legal. Na sequência dessa decisão, a anterior comissão política serviu de base à formação de uma “Comissão Coordenadora do Programa do MFA” (CC) que deveria zelar apenas pelo cumprimento do dito programa. Na prática porém passou a residir nela o poder real, porquanto era a única estrutura a quem as unidades militares obedeciam e – o que é mais - iria converter-se em breve num centro de poder revolucionário (Telo 2007, I, 46; Rezola 2007, 71).

5.1.1 O primeiro Governo Provisório; o plano de Palma Carlos

De harmonia com as disposições do Programa do MFA, e apesar de algum desagrado da sua Comissão Coordenadora, após o golpe de 25 de Abril, o general Spínola convidou Adelino da Palma Carlos⁸⁶, jurista de tradição republicana e liberal, para formar o previsto Governo Provisório. Esse primeiro Governo Provisório, constituído por 15 elementos, tomou posse a 15 de Maio de 1974 e dele apenas fazia parte um militar, o coronel Firmino Miguel, como ministro da Defesa Nacional, ao lado de ministros representando os movimentos e partidos políticos com alguma expressão na sociedade portuguesa: Partido Comunista Português (PCP), Partido Socialista (PS), Comissão Democrática Eleitoral (CDE), Partido Popular Democrático (PPD), Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) e independentes⁸⁷. António José Telo sintetiza a percepção mais generalizada nessa altura comentando que o panorama político parecia assim “ir no sentido de uma transição relativamente rápida para um regime democrático de tipo ocidental, o que é nesta altura a leitura da maior parte dos centros externos” (2007, I, 74).

A grande surpresa desse novo executivo foi a presença do Partido Comunista Português, nas figuras do seu secretário-geral, Álvaro Cunhal⁸⁸, na qualidade de ministro sem pasta, e do ministro do Trabalho, também comunista. Tanto quanto consta, regista Maria Inácia Rezola, essa inclusão terá resultado de pressões do Partido Socialista, muito embora Spínola a haja justificado com o propósito de responsabilizar abertamente

⁸⁶ Adelino Hermitério da Palma Carlos (1905-1992), professor universitário e advogado, foi Bastonário da Ordem dos Advogados.

⁸⁷ O Programa do MFA não se referia à legalização de partidos políticos, mas tão-somente à liberdade de reunião e de associação. Como já foi mencionado, a lei sobre os partidos, de 7 de Novembro de 1974, acabou por ser apenas uma racionalização legislativa do que já se passava no terreno.

⁸⁸ Álvaro Barreirinhas Cunhal (1913-2005), advogado, foi destacado militante do PCP e seu Secretário-geral.

aquele partido nas tarefas da governação (2007, 74)⁸⁹. Tal facto, porém, não deixou de chamar a atenção inquieta dos países-membros da NATO, a começar pelos Estados Unidos (Spínola 2007, 158) e também da Espanha, pois para além da quebra da relação de confiança que essas nomeações provocavam no seio da Aliança Atlântica, Washington temia que se abrisse um precedente invocável por qualquer outro governo europeu, o que acabaria por pôr em risco a sobrevivência da própria Aliança Atlântica (Gomes e Sá 2008, 41).

Poucas semanas depois de tomar posse, e mesmo antes de clarificar o seu programa de governo, o primeiro-ministro Palma Carlos não hesitou, com o apoio de Spínola, em propor uma alteração ao guião previsto no Programa do MFA, no sentido de fortalecer os poderes do executivo e presidenciais mediante o plebiscito a curto prazo de uma nova Constituição provisória e da antecipação da eleição do Presidente da República⁹⁰. A proposta de Palma Carlos assentava, segundo descreve Braga da Cruz, na percepção

de que “o clima de indisciplina social, o risco de uma degradação a breve prazo da vida económica e a subsistência da guerra do ultramar” exigiam mudanças na Lei Constitucional 3/74, nomeadamente num reforço dos poderes do Presidente da República e do Governo, incapaz de realizar reformas estruturais como mero governo de gestão que era. (1995, 225).

Tal projecto – apelidado pelos seus opositores de *tentativa de golpe de Estado constitucional* – começou por provocar uma reacção contrária da Comissão Coordenadora do MFA e acabou por ser rejeitado pelo Conselho de Estado o que, sendo

⁸⁹ Na versão de José Sanches Osório, a entrada de Cunhal para o governo foi uma decisão conjunta do MFA e da JSN tomada logo no final de Abril de 1975 (1975, 48).

⁹⁰ O Programa do MFA previa que tanto a Assembleia Legislativa como o Presidente da República seriam eleitos pela Nação sem contudo esclarecer se o sufrágio directo e universal se aplicaria a ambos.

um claro revés para o general Spínola, causou a demissão do 1.º Governo Provisório ao fim de 56 dias de existência⁹¹.

É por essa ocasião, mais precisamente a 19 de Junho de 1974, que o general Spínola tem um encontro com o então Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, nos Açores. Embora não tenham transpirado muitos detalhes sobre a conversa havida entre os dois chefes de Estado, Spínola terá solicitado o apoio de Nixon para a sua política ultramarina aparentemente sem grande êxito (Gomes e Sá 2008, 58). A parte que mais nos interessa do relato oficial desse encontro refere que Spínola terá denunciado “que tanto as Forças Armadas como o próprio Movimento Revolucionário se encontravam minados pelo Partido Comunista” bem como “a possibilidade de Portugal se transformar num país comunista e os reflexos desse facto na vizinha Espanha” (citado em Gomes e Sá 2008, 60). Nixon “mostrou-se surpreendido com os reflexos da Revolução Portuguesa no processo político espanhol” e “reconheceu que teria de evitar-se, por todas as formas, a implantação do comunismo na Península Ibérica [...]” (2008, 61). A impressão com que se fica deste relato é que o Presidente Nixon não se terá comovido demasiado com essas queixas e que Washington continuou a observar uma atitude de *wait and see* em Relação a Portugal⁹².

5.1.2 O segundo Governo Provisório

A 13 de Julho, foi nomeado um segundo Governo Provisório agora sob a chefia do coronel Vasco Gonçalves⁹³, uma figura de referência do MFA e tido por próximo do PCP. Este segundo Governo provisório continuou a integrar elementos do PCP, PS,

⁹¹ Segundo informa Maria Inácia Rezola um dos apoiantes do projecto Palma Carlos terá sido o então major Ramalho Eanes (2007, 83).

⁹² Ver Ferreira 2001, 57.

⁹³ Vasco dos Santos Gonçalves (1922-2005), oficial de Engenharia, Primeiro-ministro de 1974 a 1975.

PPD e independentes num total de nove, bem como oito militares em representação do MFA, mas, no dizer de Rezola “revela não só um predomínio dos militares sobre os civis, como também uma importante conquista de terreno do MFA” (2007, 94).

É por essa altura, aliás, que é criado o Comando Operacional do Continente (COPCON), uma força militar com a dupla missão de intervir na manutenção e restabelecimento da ordem pública e garantir o exercício da autoridade (Spínola 2007, 164) mas que, sob o comando do executor do golpe do 25 de Abril, major Otelio Saraiva de Carvalho, “acabará por actuar com grande independência, extrapolando largamente as funções militares que inicialmente lhe tinham sido atribuídas”, ou seja, tornando-se em mais um centro de poder paralelo (Rezola 2007, 87). Outro organismo que nasce quase ao mesmo tempo é a denominada 5.^a Divisão do EMGFA, cujo objectivo era a difusão e propaganda do ideário do MFA através, nomeadamente, de “campanhas de dinamização cultural”. Aquilo que porém veio a acontecer com a 5.^a Divisão foi, como observa Medeiros Ferreira, que em vez de executar campanhas “concebidas aticamente” e sem ideologia, este organismo influenciado por uma visão política maximalista, iria entregar-se a intervenções sectárias e contraproducentes (1990, 43).

5.1.3 A questão da descolonização

Apesar dos compromissos alcançados aquando da elaboração final do Programa do MFA, o reconhecimento de que a solução para o problema colonial tinha que ser alcançada por via política e não militar não conseguiu evitar que rapidamente aflorassem à superfície as profundas divergências já existentes entre os militares quanto a este ponto. Com efeito, o general Spínola permanecia disposto a fazer vingar as teses federalistas divulgadas no seu livro *Portugal e o Futuro* que pressupunham uma

autodeterminação a decidir por via de consulta popular segundo as regras da democracia (Maxwell 1999, 116). Estas propostas, porém, foram imediatamente rejeitadas pelos movimentos independentistas que possivelmente se sentiriam demasiado fracos politicamente para arriscar eleições (Ramos 2009, VIII, 53). Do lado da Comissão Coordenadora do MFA as coisas eram vistas de uma maneira mais expedita: o queurgia era acabar com a luta armada, pelo que se tornava imperioso negociar com quem a fazia. O tenente-coronel Melo Antunes - entretanto nomeado ministro sem pasta no 2.º Governo Provisório, cuja intervenção nesta polémica foi decisiva – tornar-se-ia num dos mais intensos críticos daquilo que apelidou de “linha de Spínola” porquanto embora ela pugnasse “por uma certa liberalização ao propor uma federalização do espaço português”, não pretendia na verdade “uma mudança de regime no sentido da democratização efectiva”. Na opinião do mesmo militar, aquilo que no fundo a linha de Spínola pretendia era “prolongar a exploração colonial através de formas neocoloniais” (citado em Rezola 2012, 131). E aludindo ao mecanismo ideológico que haveria de permitir à CC do MFA invocar a legitimidade revolucionária para impor a sua vontade, o mesmo militar exprimir-se-ia nos seguintes termos: “éramos, se tal se pode dizer, os portadores do Futuro, éramos os agentes da mudança, e teríamos que continuar a sê-lo, com todas as suas consequências, até ao fim, nomeadamente na questão, essencial para nós, da descolonização” (citado em Rezola 2012, 132). Do triunfo da CC do MFA neste braço de ferro com Spínola resultaria a Lei 7/74, de 26 de Julho, que consagrando finalmente o reconhecimento do direito dos povos coloniais à autodeterminação e à independência viria a acelerar sem mais rodeios o processo de liquidação do legado colonial do anterior regime⁹⁴.

⁹⁴ Não cabe analisar aqui o processo da descolonização portuguesa, mas apenas constatar a profunda crise do Estado gerada pela simultaneidade dos processos de democratização e de descolonização.

5.1.4 O 28 de Setembro e a demissão de Spínola

Durante o segundo Governo Provisório – que se manterá em funções até 30 de Setembro de 1974, data da renúncia do general Spínola das funções de Presidente da República – os acontecimentos começaram a tomar outro rumo. Reforçando a sua influência no Governo, a Comissão Coordenadora do MFA prosseguiu durante todo o Verão de 1974 a sua luta contra as tentativas do general Spínola de a neutralizar e de controlar o processo político. Como desfecho dessa luta, a CC conseguiu impor a Spínola, como já referido, o reconhecimento explícito do direito dos povos à autodeterminação e à independência o que obrigou Spínola a renunciar ao projecto que alguns meses antes havia delineado em “Portugal e o Futuro” e tornou manifesta a debilidade das suas posições. A situação agravar-se-ia em razão do insucesso de uma manifestação de apoio a Spínola organizada por uma pouco clara “maioria silenciosa” e marcada para 28 de Setembro. Os graves incidentes aos quais essa manifestação deu origem e que nunca foram totalmente esclarecidos, levaram Spínola a demitir-se das funções presidenciais com um discurso eivado de pessimismo, a 30 de Setembro (Rezola 2007, 109)^{95 96}.

De qualquer modo, a data de 28 de Setembro simbolizou uma viragem significativa no processo começado a 25 de Abril e marcou o início da chamada “deriva comunista”, tema que se voltará a abordar *infra*⁹⁷. Contudo, o conflito reflectido nos incidentes em torno do 28 de Setembro comportam um conjunto de aspectos que é vantajoso salientar.

⁹⁵ Na colecção de telegramas da Embaixada de Portugal em Madrid existente no Arquivo Histórico Diplomático do MNE e referente ao ano de 1974, estão em falta 25 telegramas enviados daquela capital entre 18 de Setembro e 16 de Outubro desse ano.

⁹⁶ Sobre o 28 de Setembro ver, entre outros autores, Telo 2007, I, 83-91; Gomes e Sá 2008, 76-83; Amaral 1995, 236-253.

⁹⁷ Outra consequência do 28 de Setembro foi a ilegalização do Partido Liberal, do Partido do Progresso e do Movimento Nacionalista Português, alegadamente conotados com a extrema-direita.

António José Telo, que sobre eles fez incidir as suas investigações, caracterizou-os da forma que passamos a resumir (2007, I, 90-91):

1.º Representaram uma crise em que só os extremos se enfrentaram: a direita, democrática ou não, que ainda apoiava António de Spínola contra a CC do MFA, apoiada activamente pelo PCP e os seus aliados directos.

2.º Provocaram uma viragem nos órgãos de soberania: além de Costa Gomes haver assumido a presidência da República, os moderados desaparecem da JSN e ficam em clara minoria no Conselho de Estado; Vasco Gonçalves e os ministros do III Governo Provisório ligados ao PCP consolidam a sua posição; a CC do MFA reforça o seu controlo da máquina militar afastando os oficiais que não eram da sua confiança.

3.º Tiveram importantes implicações nas colónias, designadamente por representarem uma derrota das forças que em Angola e Moçambique apostavam numa independência sem entrega directa do poder aos movimentos de libertação.

4.º Mostraram ao PCP “a facilidade que tinha de controlar a rua com os seus aliados e correias de transmissão e a futilidade das tentativas da oposição”. Mais constatou o PCP “que desde que tivesse um entendimento com o grupo dominante no MFA nada tinha a temer da máquina militar”.

Procedendo a uma apreciação mais genérica, António José Telo recorda que tanto o primeiro Governo Provisório como a JSN ficaram “absolutamente paralisados e sem capacidade de resposta [...] logo a partir de Maio de 1974” (2007, I, 113). E prossegue o mesmo autor

A partir daqui, é uma verdadeira bola de neve. Os movimentos de ocupação de empresas e de casas, de sequestros de administrações e de fomento de `controlo operário´ desenvolvem-se desde a base, sem regras nem moderação impostas de

cima, e o seu próprio crescimento fomenta a alteração da relação de forças no executivo a favor dos sectores mais radicais. (2007, I, 114) .

5.2.1 O 3.º Governo Provisório e o MFA (2.ª fase)

Na sequência da demissão de Spínola, o general Costa Gomes, até então CEMGFA, passou a acumular essas funções, por coopção da CC do MFA, com as de Presidente da República e voltou a convidar o coronel Vasco Gonçalves, para formar o III Governo Provisório. Este governo, que tomou posse a 1 de Outubro de 1974, manteve a correlação de forças entre civis e militares, embora com o predomínio destes últimos que o mesmo é dizer do MFA⁹⁸. Tal predomínio foi colmatado com a criação em meados de Outubro do Conselho Superior do MFA, também conhecido por Conselho dos Vinte, que reunia todos os oficiais com funções político-militares, e da Assembleia de Delegados do MFA ou Assembleia dos Duzentos, dando um curioso sinal da tendência para a colegialização do poder político-militar. Tratou-se, no fundo, de um primeiro passo no sentido da institucionalização do MFA, ou seja da sua formalização como agente político com participação em órgãos de soberania, que prenunciava, outrossim, um discreto confronto entre legitimidade revolucionária e legalidade eleitoral (Rezola 2007, 116-117).

Referindo-se ao período que decorre de Outubro de 1974 a Março de 1975 Sánchez Cervelló identifica as três correntes em que se dividiu o MFA como 1) moderada; 2) gonçalvista e 3) popular, respectivamente. A partir daí os partidos políticos iriam actuar apenas como “referentes”, sem capacidade de modificar “o sentido e o ritmo das alterações que os responsáveis castrenses desejavam” (citado em Rezola 2012, 111). Completando de alguma forma essa análise, conclui Rezola que “o essencial das lutas

⁹⁸ Melo Antunes continuou a exercer as funções de ministro sem pasta no 3.º Governo Provisório.

pelo poder a que então assistimos trava-se entre militares e esta será uma realidade que se arrastará durante grande parte do processo revolucionário” (2007, 94). Nogueira Pinto, por seu lado, considera que “uma parte muito substancial da oposição que triunfa em 1974 não é democrática, nem liberal no sentido europeu ocidental, comum do termo” e acrescenta “são estes grupos e os militares que instrumentalizam, quem acabará por dar a tónica a partir do 28 de Setembro e até ao 25 de Novembro” (1999, 28).

De facto, o afastamento de Spínola não fizera cessar as dissidências que subsistiam no seio da Instituição militar - onde os sectores mais moderados não eram necessariamente “spínolistas” - que começavam a assumir diversas expressões públicas. Por isso, até a oportunidade de legitimação oferecida pelas eleições ter chegado, ocorreram diversas tensões que evidenciavam as dificuldades de percurso da transição para a democracia.

O primeiro dado que vai alterar o rumo dos acontecimentos é a revelação, em finais de 1974, “da intenção do MFA de perdurar, como órgão tutelar da democracia, mesmo após a aprovação do novo texto constitucional. Depois, foi a própria decisão de se institucionalizar” (Rezola 2007, 119). Tanto levou a que, após demoradas negociações, os partidos políticos mais relevantes – PCP, MDP, PS, PPD e CDS – se comprometessem a não exigir reajustamentos na composição do Governo depois das eleições para a Assembleia Constituinte e a elaborar um Texto Fundamental onde os órgãos eleitos pelos cidadãos seriam tutelados, durante cinco anos, pelos do MFA. Nessa ordem de ideias acordou-se, entre outros pontos, que o futuro parlamento seria constituído pela Assembleia do MFA e por uma Assembleia Legislativa, cabendo às duas Assembleias eleger o presidente da República. Além disso, todas as decisões quer

do Governo, quer da Assembleia Legislativa teriam de ser ratificadas pelo Conselho da Revolução (Ramos 2009, VIII, 71; Maxwell 1999, 132-133)⁹⁹.

Apercebendo-se os partidos políticos de que uma recusa sua poderia pôr em perigo a realização das previstas eleições para a Assembleia Constituinte, não lhes restava outra alternativa que não fosse a de aceitar o pacto com poucas modificações aos termos propostos pelos militares. Foram essas as razões que apressaram os principais partidos políticos a definir como seu objectivo estratégico uma legitimidade a conquistar por via da realização das eleições previstas no Programa do MFA. De entre todas as forças políticas em presença, o partido que nesse momento assumiu maior protagonismo foi o PS que efectivamente beneficiou tanto da projecção e dos contactos internacionais do seu líder, Mário Soares, como do crescente apoio moral, e não só, que iria obtendo dos seus poderosos congéneres europeus (Castaño 2013, 370-378), congregados na Internacional Socialista, e da Administração norte-americana (Gomes e Sá 2008, 258-259).

Entretanto, o mundo político português continuava a ser abalado periodicamente por grandes temas polémicos como o da unicidade sindical ou o do Programa de Política Económica e Social (PPES) de Melo Antunes, os quais embora no contexto político da altura tivessem sido relevantes não poderão ser aqui desenvolvidos¹⁰⁰.

5.2.2 A “Deriva comunista”

Uma das questões desta fase do processo de transição que mais tem sido debatida é a da chamada “deriva comunista”. A expressão é referida por vários autores e utilizada, com

⁹⁹ Sobre o conceito de “transição política” invocado no 1.º Pacto MFA/ Partidos ver Vital Moreira 1999, 207-208.

¹⁰⁰ Sobre a questão da unicidade sindical ver Maxwell 1999, 129-130; Rezola 2007, 120-123; Gomes e Sá 2008, 138-140. Sobre o PPES ver Amaral 1995, 328-330; Telo 2007, I, 105; Rezola 2012, 213-286;

reticência, por António José Telo para exprimir um afastamento do programa do MFA que nesse período se caracterizou em termos económicos e sociais pela rápida colectivização da sociedade portuguesa, a chamada via socialista, e em termos políticos pela tentativa de edificação de um regime de democraticidade discutível, inspirado simultaneamente pelas democracias populares do Leste europeu e por experiências terceiro-mundistas que iam desde o modelo cubano ao peruano (2007, I, 92-93). Tal como tem sido enfatizado por vários estudiosos do tema, torna-se extremamente difícil ensaiar qualquer análise, ainda que simplificada, desse fenómeno pois faltam dados fundamentais para a levar a cabo e subsistem múltiplas teorias sobre o mesmo. Algumas ideias, porém, se podem colher de uma observação empírica desse período.

Duas questões se colocam antes de mais: a primeira é a de esclarecer porque se inverteu o sentido da evolução marcado pelo 25 de Abril; a segunda, é saber quais foram as entidades por tal responsáveis e quais os seus intuítos. Um autor como Rui Ramos considera que “o PCP e a extrema-esquerda fizeram a aposta mais rendosa: os jovens oficiais do MFA, através dos militantes que a incorporação de 1974-1975 colocou nos quartéis como praças, furriéis e aspirantes” (2009, VIII, 63). Acrescenta o citado autor que “o PCP usava o MFA para, a partir de cima, dominar o Estado, aproveitando oportunidades que provavelmente não antecipara em Abril de 1974 e atingindo objectivos muito para além das suas forças” (2009, VIII, 64). Salvaguardando as suas reservas, outro autor, António José Telo, resume a resposta àquelas questões constatando que o MFA “poderá ter sido manipulado pelo PCP em certos momentos, mas revelou seguir uma lógica e uma dinâmica próprias caso se encare o processo no seu conjunto”. E, explicando a sua abordagem, conclui o mesmo autor que (2007, I, 95):

os militares do MFA que se revelaram ao longo de todo o processo como ligados ao PCP e apoiando as suas teorias e intenções foram uma pequena minoria,

embora seja verdade que eram uma minoria muito bem colocada, a começar em Vasco Gonçalves, que o PCP deixou cair na fase final.

A conclusão semelhante chega José Medeiros Ferreira para quem não se prova a ligação do MFA com o PC, mas apenas pontos de interesse comum no percurso em direcção de um regime político autoritário (1990, 155). Este autor, aliás, comenta que o Presidente francês François Mitterrand via como mais perigoso para o pluralismo democrático o papel errado dos militares portugueses do que a cumplicidade dos comunistas no assunto (2001, 51).

Nesta fase da transição democrática, o PCP apostara na via revolucionária simbolizada no lema da “aliança do Povo com o MFA”. Referindo-se também à mesma fase, David Castaño revela que

a euforia de Cunhal não deixou de ser notada pelo líder socialista [Mário Soares], que mais tarde recordaria que o secretário-geral comunista “estava muito seguro de si, eufórico”, denotando “um sentimento indisfarçável de vitória”, e que o seu interlocutor estava convicto de que a dinâmica revolucionária era irreversível, tendo avisado os socialistas que, caso não se juntassem aos comunistas, seriam implacavelmente eliminados. (2013, 275).

Quanto ao MFA propriamente dito, António José Telo considera que, no essencial,

foi até ao fim o que já era antes do 25 de Abril, ou seja, uma ampla coligação de circunstância, de fronteiras difusas e esbatidas, sem um cimento ideológico comum e com um programa vago e indefinido, que procurou ser interpretado em momentos diferentes por documentos contraditórios. (2007, I, 95).

E remata com a constatação de que “a sociedade portuguesa de 1975 era simplesmente demasiado anárquica, variada, activa e inconstante para que um qualquer centro fosse capaz de lhe impor um rumo coerente e continuado no tempo” (2007, I, 97).

Qualquer que tenha sido a força real do Partido Comunista Português à época, tornou-se perceptível nos princípios de 1975 a existência tanto dentro do MFA, como na sociedade portuguesa, de uma forte corrente, representante dos moderados, desejosa de deter essa chamada “deriva comunista”. Sem embargo, seria apenas após as eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril de 1975, que arrancaria quer uma resistência civil rapidamente enquadrada pelo PS, quer uma resistência militar liderada – como se desenvolverá mais adiante – pelo *Grupo dos 9* e outras sensibilidades não extremistas.

Antes disso, porém, ocorreu o golpe militar falhado de 11 de Março que teve amplas repercussões no processo de transição. As suas consequências atingiram praticamente todos os Governos Provisórios seguintes pelo que essa fase será tratada autonomamente no próximo capítulo sob a denominação de “Verão Quente de 1975”.

5.2.3 Em Espanha

Os sucessos mencionados – que Philippe C. Schmitter caracteriza como “ o pitoresco ‘teatro de rua’ da revolução portuguesa ” (1999, 383) – eram interpretados em Espanha como uma perigosa aproximação comunista. A demissão de Spínola a 30 de Setembro de 1974 e a sua substituição por Costa Gomes reforçaram os sobressaltos de Madrid pela viragem à esquerda que essa mudança significava (Rezola 2012, 360). E a nomeação do 2.º Governo Provisório, apoiado pela CC do MFA e chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves – cujas simpatias pelo Partido Comunista Português pareciam confirmar-se – apenas viria incrementá-los. É aliás nessa oportunidade e eventualmente com esse pretexto, que a ala dura do franquismo consegue impor a queda do ministro da

Informação, o *aperturista* Pio Cabanillas, e uma viragem à direita – o chamado *gironazo* – que eliminou o que restara do “espírito de 12 de Fevereiro” e dos bons propósitos de liberalização com que Arias Navarro iniciara o seu atribulado governo. “A interdependência ibérica era óbvia: no momento em que a revolução portuguesa dava a primeira guinada para a esquerda, o executivo espanhol teve que responder com um reforço à direita” (Sardica 2013, 246). Essa manobra, porém, teve o efeito de não agradar nem a gregos, nem a troianos e de evidenciar uma série de factores que condenariam Arias Navarro ao insucesso: o crescente mal-estar laboral, o recrudescimento do terrorismo separatista, a agitação estudantil e a incapacidade de resistir às pressões do *bunker* franquista.

Quanto à avaliação que os militares espanhóis fizeram do 25 de Abril Sánchez Cervelló estudou-a e subdividiu-a da seguinte forma (1993, 385):

- 1) as altas esferas da oficialidade censuraram a indisciplina dos quadros intermédios e reprovaram a ilegitimidade do MFA;
- 2) as esferas médias, conscientes da diferente realidade político-social de Espanha, consideraram o golpe um produto da pobreza e do atraso do povo português;
- 3) a classe dos capitães sentiu orgulho pela “técnica” dos seus pares portugueses no terreno de operações do golpe de Abril e pela sua identificação com o povo.

Ainda segundo o mesmo autor, o 25 de Abril obrigou as chefias militares espanholas a uma maior vigilância dos oficiais e, principalmente, das suas ideologias e a um controlo das suas viagens a Portugal. Foi, inclusivamente, exercida especial vigilância sobre os oficiais com uma carreira universitária paralela ou casados com universitárias (1993, 385).

5.3 Observações

Ainda que o período imediatamente seguinte ao 25 de Abril pudesse ter acalentado a perspectiva de Portugal passar com um mínimo de perturbação de um regime autoritário para um regime democrático parlamentar semelhante aos existentes no mundo ocidental, o insucesso do projecto de Palma Carlos e a rejeição das propostas federalistas de Spínola impuseram outro caminho, antes que qualquer força política portuguesa pudesse invocar a legitimidade democrática. A progressiva inoperância dos Governos provisórios apenas provou que o poder de facto estava nas mãos do MFA e que este se preparava para invocar outros títulos de legitimidade política. Referindo-se a este período, Nogueira Pinto considera que “o conceito de vanguarda e de minoria estratégica foi utilizado, permanentemente, sobre uma transposição histórica da mitologia resistencialista da esquerda” (1999, 33).

Ora nada do que sucedia em Portugal deixava o país vizinho indiferente. Sem embargo do governo de Madrid tentar precaver-se contra qualquer tentativa de imitação invocando as diferenças entre os dois países, a sociedade civil seguia com curiosidade o fenómeno lusitano, tal como as forças políticas de todos os quadrantes. Estas porém, sob uma retórica sofisticada, pareciam estar apenas interessadas em avaliar os ensinamentos e vantagens que poderiam colher da situação. Sánchez Cervelló argumenta a favor da limitada influência da transição portuguesa na transição espanhola com os seguintes argumentos (1993, 336):

- o regime espanhol era mais liberal do que o português
- a Espanha possuía maior maturidade político-social e económica
- o franquismo não estava tão desintegrado como o marcelismo
- a Espanha não sofria nenhuma guerra colonial prolongada
- as Forças Armadas espanholas eram coesas no sua ortodoxia

- o espírito reformista do regime espanhol era anterior ao golpe português.

Ao que acrescenta a memória ainda viva que existia da Guerra Civil e a vantagem do poder moderador do Rei implícito numa sucessão monárquica.

A este propósito, António José Telo elabora uma análise mais subtil ao registar que “o Portugal Salazarista se formou a partir de uma evolução histórica baseada no compromisso, o que o levou a assumir uma fisionomia menos radical e a incorporar mesmo elementos institucionais e culturais da tradição liberal” (2000, 315). De assinalar que uma conclusão deste cariz permite, no mínimo, diagnosticar uma certa incúria doutrinal do franquismo.

Capítulo 6

O “VERÃO QUENTE” de 1975

6. O 11 de Março e suas consequências

O período designado como “Verão Quente de 1975” começa em rigor muito antes do início do Verão, mais exactamente no dia 11 de Março de 1975, estando em funções o 3.º Governo Provisório, e é dado por terminado a 24 de Novembro do mesmo ano, durante o mandato do 6.º Governo Provisório. Sobre os acontecimentos registados naquele dia 11 de Março são conhecidos muitos detalhes, mas como observa António José Telo “o essencial, que seria identificar quem de facto o desencadeou, continua envolto em mistério, pelo menos em mistério relativo” (2007, I, 122). Isso mesmo parece querer enfatizar este autor ao associar à data a expressão popular “casca de banana”.

Aquilo que se passou a 11 de Março foi, muito em resumo, uma tentativa de golpe de Estado empreendida a partir da base aérea de Tancos por um grupo de oficiais encabeçados pelo general Spínola. O seu objectivo era repor esse general no poder, mas o golpe acabou por ser pronta e facilmente subjugado pelas autoridades constituídas¹⁰¹.

Não deixa de ser sugestiva a forma como Maria Inácia Rezola comenta esse golpe militar falhado (2007, 128):

¹⁰¹ Sobre o 11 de Março ver também Gomes e Sá 2008, 150-169; Maxwell 1999, 130-132; Rodrigues 2008, 222-227.

O que ainda hoje mais surpreende é como Spínola se deixou embarcar nesta aventura, conhecido que era pela sua eficiência militar e estratégica. A imagem de que alguém passou uma “rasteira” ao general é, em nosso entender, a que melhor descreve o ocorrido.

Já para Vital Moreira, que não se pronuncia sobre a eventual existência de uma cilada, o 11 de Março deveu-se a uma precipitação das forças spinolistas e constituiu uma espécie de golpe preventivo contra a institucionalização do MFA (1998, 199). Combinando as duas hipóteses – cilada e precipitação –, Freitas do Amaral refere que o general Spínola ter-se-ia alarmado com o rumor, atribuído aos serviços secretos espanhóis e franceses, de que estaria iminente uma suposta “matança da Páscoa”, ou seja a sua prisão ou mesmo a eliminação física do general e de muitos dos seus apoiantes (Amaral 1995, 335-340; Osório 1975, 129)¹⁰². A ideia que fica quanto aos motivos desse golpe falhado é a de que certos sectores do MFA entendiam que o respectivo Programa só permitia que as grandes reformas de fundo fossem adoptadas no âmbito de uma futura Assembleia Nacional constituinte e não pelos Governos Provisórios (Osório 1975, 94).

Do ponto de vista do processo de transição para a democracia em Portugal, o que mais interessa, contudo, são as consequências dessa tentativa de golpe. Em primeiro lugar – e em paralelo com a intensificação do debate ideológico que já se verificava a nível partidário desde a demissão do general Spínola da presidência da República – assiste-se a profundas divergências no seio do aparelho militar. De facto, o grupo militar que assumia o papel de uma vanguarda revolucionária acabaria por impor os seus pontos de

¹⁰² Na colecção de telegramas da Embaixada de Portugal em Madrid existente no Arquivo Histórico Diplomático do MNE e referente ao ano de 1975, não estão acessíveis ao público 5 telegramas enviados daquela capital no dia 11 de Março desse ano. Dos despachos telegráficos do MNE para a Embaixada de Portugal em Madrid - onde também existem saltos de numeração - apenas merece destaque o telegrama “secretíssimo” de 12 de Março pedindo informações sobre a hora exacta da chegada de Spínola à base de Talavera de la Reyna e proibindo qualquer contacto com ele. É igualmente anunciado nessa comunicação que vai ser pedida a extradição do referido general.

vista e afastar os oficiais que não lhe inspiravam confiança e, bem assim, neutralizar algumas forças políticas que tão pouco lhe eram afectas¹⁰³. Reflectindo sobre esse momento decisivo nos caminhos da revolução portuguesa, Melo Antunes considera, em resumo, que o 11 de Março representou “a grande oportunidade dos sectores radicais de esquerda de ocuparem as posições de comando” e “imporem o seu próprio modelo de sociedade”, proporcionando um clima de euforia em vastas camadas da esquerda revolucionária (citado em Rezola 2012, 275). Com efeito, a 12 de Março o Conselho dos Vinte foi remodelado como “Conselho da Revolução” e, herdando os poderes da Junta de Salvação Nacional, entretanto extinta, do Conselho de Estado e do Conselho dos Chefes de Estados-Maiores, assumiu a suprema autoridade do Estado. Simultaneamente, a Assembleia do MFA, que compreendia em princípio 240 militares representando os três ramos das Forças Armadas, chamou a si uma maior autoridade e posicionou-se para adquirir poderes constituintes¹⁰⁴. A institucionalização do MFA foi então explicada pelo Presidente Costa Gomes pelo facto de “o povo português não estar suficientemente esclarecido politicamente para rejeitar os partidos elitistas ou pseudodemocratas” (Rodrigues 2008, 231). Na primeira reunião da Assembleia Geral do MFA, ocorrida a 11 e 12 de Março de 1975 e presidida por Costa Gomes, foram tomadas diversas medidas drásticas, designadamente a nacionalização dos bancos e companhias de seguros (que não estava prevista no PPES de Melo Antunes) e prometidas outras mais como a expropriação de terras dos grandes latifundiários. Devido ao facto de a maioria das empresas jornalísticas pertencerem aos bancos, a nacionalização da banca, que até aí se encontrava nas mãos de grandes grupos económicos privados igualmente nacionalizados, teve uma consequência importante: a Imprensa passou a ser controlada pelo Governo. Em razão disso, seis dos sete grandes

¹⁰³ Foi o caso do Partido da Democracia Cristã (PDC) e, mais tarde, do MRPP.

¹⁰⁴ Alterações introduzidas em 21 de Março de 1975 pela Lei 5/75.

jornais diários portugueses (*A Capital, Diário de Lisboa, Diário de Notícias, Diário Popular, Jornal de Notícias e O Século*) começaram a ostentar uma assumida simpatia pelas posições comunistas (Balsemão, *Democracy, Authoritarianism, and the Media* em Maxwell 1983, 117-125)¹⁰⁵. Porém, a dinâmica revolucionária da citada Assembleia do MFA de 11 e 12 de Março de 1975, curiosamente alcunhada de “assembleia selvagem”, aceitou uma importante ressalva que foi a de consentir a realização das previstas eleições para a Assembleia Constituinte, limitando-se apenas a adiar a data do acto eleitoral de 12 para 25 de Abril de 1975 (Ramos 2009, VIII, 65; Rezola 2012, 131).

Com a neutralização da grande maioria dos movimentos políticos de direita começava a assumir contornos mais nítidos uma divisão clássica da esquerda que, em Portugal, se concretizou no fosso progressivamente cavado entre os que defendiam uma participação alargada rumo ao socialismo democrático (ou social-democracia) e os que lutavam pela imposição de uma vanguarda revolucionária em conjugação com métodos de democracia directa¹⁰⁶. António Costa Pinto retrata a questão nos seguintes termos: “Seria simplista considerar o Verão Quente de 1975 apenas como a tentativa de o PCP impor uma ditadura apoiada pela União Soviética” (2001, 361).

6.1 O IV Governo Provisório

Na sequência destes incidentes, toma posse em 26 de Março o 4.º Governo Provisório novamente chefiado por Vasco Gonçalves. Era este Governo Provisório constituído por oito militares e 13 civis, estes representando, respectivamente, o PS, o PPD, o MDP/CDE e o ex-MES, e patenteava uma nítida viragem à esquerda se levarmos em

¹⁰⁵ Para documentar esta fase do jornalismo português ver Gomes e Castanheira 2006.

¹⁰⁶ Nos debates desse tempo, os conceitos de socialismo democrático e social-democracia eram fonte de intensas controvérsias.

linha de conta o reforço do sector “gonçalvista”, então muito conotado com o PCP (Rezola 2007, 136)¹⁰⁷.

Face ao rumo dos acontecimentos abre-se um novo campo de batalha entre os representantes de um MFA, onde o grupo designado “gonçalvista” preponderava, e os partidos políticos ansiosos por confirmarem a sua implantação na sociedade portuguesa através das prometidas eleições. Este desejo de maior protagonismo dos partidos não deixava de pôr em causa o vanguardismo militar e explica que a partir de 11 de Março o MFA, acelerando a realização de um projecto que já vinha do antecedente, insistisse na negociação de um pacto “pré-constitucional” com os partidos políticos¹⁰⁸. No seu essencial, como já vimos, o pacto não só visava institucionalizar a intervenção do MFA na vida pública nacional, como também garantir uma intervenção controladora do MFA sobre a actividade legislativa dos futuros Governo e Parlamento. Formalmente designado como “Plataforma de Acordo Constitucional” o Pacto acabaria, como vimos, por ser assinado a 11 de Abril por grande parte dos partidos como forma de garantir a realização de eleições (Rezola 2007, 152)¹⁰⁹. Neste primeiro Pacto MFA/ Partidos políticos é de destacar a consagração dos princípios do respeito pelas conquistas revolucionárias e da manutenção da via original para o socialismo. Porém, as suas propostas mais significativas, como mencionado, consistiam a) na atribuição ao CR – que se tornava no organismo cimeiro da estrutura constitucional – de amplos poderes político-militares; b) no compromisso assumido pelos seus subscritores de que a eleição do futuro Presidente da República seria da competência de um colégio eleitoral

¹⁰⁷ Melo Antunes assumiu as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros no 4.º Governo Provisório.

¹⁰⁸ Ver capítulo 5. As negociações do MFA com os partidos políticos haviam tido início em 21 de Fevereiro.

¹⁰⁹ Segundo Maria Antónia Rezola, Melo Antunes terá olhado “com profundo desagrado para a celebração de um acordo constitucional entre o MFA e os partidos políticos que, em rigor, se traduziria na imposição de condicionalismos à Assembleia Constituinte” (2012, 288).

constituído pelos membros da Assembleia Legislativa e da Assembleia do MFA, o que não deixava de significar uma torção do processo de democratização.

6.2 A eleição da Assembleia Constituinte

As eleições para os 250 lugares da Assembleia Constituinte realizaram-se no dia 25 de Abril de 1975 e os seus resultados vieram influenciar decisivamente o futuro político do País, constituindo o que António José Telo descreve como “um golpe mortal no gonçalvismo” (Telo 2007, I, 130). O grande vencedor foi o partido socialista que, obtendo 37,87% dos votos, fez eleger 116 deputados. Seguiu-se o PPD com 26,39% dos votos, o PCP com 12,46%, o CDS com 7,61%, o MDP com 4,14%. Os votos recebidos nas urnas corresponderam a 91,7% dos eleitores inscritos. Os votos em branco e nulos perfizeram 6,9% dos sufrágios, o que assumiu certa importância na medida em que tinha havido um apelo de alguns sectores militares para que o voto em branco significasse um voto no MFA (Telo 2007, I, 131; Rezola 2007, 259-161).

Face às polémicas surgidas em torno dos resultados eleitorais a resposta do MFA foi reiterar uma ideia que ficara assente na Plataforma de Acordo Constitucional: “as eleições serviam apenas para eleger os deputados à Assembleia Constituinte, não tendo, por isso, qualquer resultado prático em termos de estrutura de poder” (Rezola 2007, 161). Na prática, todavia, as coisas iriam passar-se de outro modo porquanto a Assembleia Constituinte – que inaugurou solenemente os respectivos trabalhos no dia 2 de Junho de 1975 – suplantaria rapidamente a sua missão constitucional e envolver-se-

ia em intensos debates sobre os problemas candentes do processo revolucionário (Rezola 2007, 186)¹¹⁰. É a partir dessa circunstância que nasce a estratégia do “gonçalvismo” a qual foi sumariada nos seguintes termos:

o povo português estava manipulado pelas forças “reaccionárias” e não sabia o que queria, pelo que o papel da “vanguarda esclarecida” era o de avançar, mesmo isolando-se num determinado momento, de modo a abrir o caminho, pois o povo acabaria por ir atrás. (Telo 2007, I, 131).

Esta “fuga para frente” iria traduzir-se num aumento da radicalização dos militares no poder que, apoiados pela extrema-esquerda e até certo momento pelo PCP, pretendiam lançar um sistema de governo a ser exercido em união directa com o povo. A aliança “Povo-MFA” converter-se-ia, assim, na peça central da via revolucionária ao mesmo tempo que o “PREC” – o acrónimo do “processo revolucionário em curso” – se tornava o expoente de uma dinâmica de intervenção cada vez mais acelerada. “Consumava-se, portanto, um salto qualitativo gigantesco do processo revolucionário, não só pela sobreposição do poder político ao económico, mas também pela inflexão à esquerda que estas medidas representavam” (Rezola 2007, 142). Assim, o MFA, recém-institucionalizado, assumia sem qualquer embaraço um papel liderante, chamando a si a definição das grandes linhas da vida política futura do país. Ora foi contra os inúmeros exageros que tal radicalização causou no terreno que começou a esboçar-se um movimento de resistência civil que partidos como o PS e o PSD, fortes pela legitimidade democrática acabada de conseguir nas eleições, se apressaram a capitalizar.

6.3 Conflitos emblemáticos

¹¹⁰ Note-se, de resto, que a admissão pelo Regimento da Assembleia Constituinte de um “período antes da ordem do dia” dava aos deputados uma oportunidade de se pronunciarem sobre qualquer assunto da vida política (Cruz 1995, 181).

O primeiro dos mais significativos atritos entre o PS, por um lado, e o PCP e outras organizações afins, por outro, dá-se nas comemorações do dia 1.º de Maio de 1975 que são perturbadas por confrontos físicos e verbais entre militantes dessas forças políticas, alimentando o ambiente de exaltação que já se começava a desenhar (Telo 2007, I, 131; Rezola 2007, 162-163).

Mais importantes, porém, serão os casos do jornal *República* e da *Rádio Renascença* na medida em que iriam ter uma vasta repercussão internacional e que servirão para ilustrar a intensidade do confronto que surgia entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade democrática.

O caso *República*: a 18 de Junho de 1975 um conflito de natureza aparentemente laboral entre os trabalhadores do jornal “República” – órgão de comunicação social próximo do PS e que se destacara já desde o Estado Novo como porta-voz da oposição democrática – transforma-se numa disputa sobre a respectiva linha editorial e termina num acirrado confronto ideológico alegadamente inspirado por grupos esquerdistas. A intervenção dos militares do COPCON que a 18 de Junho tomam partido contra os socialistas e apoiam os trabalhadores na sua luta contra a administração, extrema as posições ao ponto de o PS denunciar o sucedido como um sério atentado à liberdade de imprensa e recusar comparecer às reuniões do Conselho de Ministros enquanto não fosse viabilizada uma solução tida como justa. Perante as manifestas hesitações do Conselho da Revolução em resolver o litígio, o PS acabará por sair do 4.º Governo Provisório a 11 de Julho no que é seguido pelo PPD a 16 de Julho seguinte¹¹¹.

¹¹¹ Segundo Castaño, apesar do simbolismo do caso República, a decisão do PS de abandonar o Governo deveu-se essencialmente ao conteúdo das propostas apresentadas no “Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA”, de 17 de Junho de 1975 (2013, 469).

O caso da Rádio Renascença: Este caso começou com um mal-estar que se instalou e avolumou nesta emissora católica pouco depois do 25 de Abril. Tal como sucedia em tantas outras empresas portuguesas, teve origem em divergências surgidas entre parte dos seus trabalhadores e a respectiva administração e concretizou-se em sucessivas greves e ocupações das instalações. De forma semelhante ao caso *República*, os trabalhadores alegavam tratar-se apenas de um problema laboral, enquanto o Conselho de Gerência apresentava o caso como um conflito político-ideológico que denotava um atentado a uma Igreja verdadeiramente livre. Os acontecimentos do 11 de Março só vieram agravar a situação num momento em que nalguns outros sectores começavam a despontar críticas variadas contra a Igreja Católica (Leitão 2013, 112). Em fins de Maio, na sequência de uma nova ocupação dos estúdios da emissora, a Rádio Renascença abandona a designação de “emissora católica”, embora continue a emitir “ao serviço dos trabalhadores” pelo que os representantes da Igreja se retiram. E apesar de a 1 de Julho o Governo haver decidido devolver a Renascença à Igreja, o CR anula a decisão do Governo e consente que prossiga a ocupação da emissora (Leitão 2013, 135). Há que ter presente na análise deste conflito que uma das primeiras preocupações manifestadas pelos representantes do novo Estado e pelos elementos da nova classe política, tanto no governo como na oposição, foi não reacender a questão religiosa” que tanto perturbava a 1.^a República portuguesa. (Leitão 20013, 299; Ramos 2009, VIII, 73-74).

6.4 Reacções civis

A gravidade destes dois incidentes não passou despercebida à comunidade internacional na medida em que demonstrava que a Revolução portuguesa se propunha seguir caminhos que a afastavam das concepções democráticas do mundo ocidental. Os

acontecimentos da Rádio Renascença fizeram com que a Conferência Episcopal denunciasse a debilidade do poder político “perante grupos minoritários que pretendem impor pela agitação e violência o que não conseguem pela razão e pelo direito” (Leitão 2013, 133), e estiveram na origem de uma frente católica que inspira a vaga de manifestações populares que começando a 13 de Julho em Rio Maior se expande pelo norte e centro do país em protestos contra o poder político e por vezes em estreito entendimento com alguns partidos¹¹². O objecto imediato dessas manifestações – cuja natureza nunca foi devidamente apurada – foi o assalto a sedes de partidos e sindicatos de esquerda que de Maio a Novembro de 1975 contabilizaram 123 ocorrências (Rezola 2007, 199; Telo 2007, I, 138-139). Rui Ramos acrescenta a propósito destes incidentes que

nas ilhas, a insurreição anticomunista teve um toque de separatismo, soprado pela emigração nos EUA, cujo governo esteve tentado a patrocinar a independência dos Açores. Numa época em que a “movimentação de massas” – a concentração física de milhares de pessoas nas ruas, em “acções colectivas” – era um instrumento fundamental da política, para muitos até com valor superior à votação, o levantamento popular do Norte foi essencial para reforçar o sentido da votação de 25 de Abril de 1975. (2009, VIII, 74-75).

Resumindo o espírito da época, comenta António José Telo: “A resistência ao gonçalvismo podia não ter alianças formais, mas a rede espontânea de contactos de todos os que se sentem atacados e ameaçados é muito densa, mesmo sem considerar o nível externo” (2007, I, 137).

6. 4.1 Evolução da atitude da Espanha

¹¹² Ver Pinto 2001, 381-383

No seio dos líderes do MFA subsistia a ideia de que a Espanha representava a principal ameaça externa para o novo regime (Telo 1999, 289). Por essa razão, uma das preocupações de Melo Antunes enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros neste período foi a de cultivar relações cordiais com o país vizinho numa óptica de não ingerência. É essa preocupação que o leva a fazer uma visita oficial a Madrid nos dias 10 e 11 de Junho de 1975 onde se encontra com o ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, Pedro Cortina Mauri¹¹³. Para além dos vários temas da agenda de trabalhos, o principal objectivo do governante luso era tão somente restabelecer um diálogo correcto entre os dois países. E apesar do mal-estar que a aproximação do novo regime português às autoridades de Madrid causou nos círculos oposicionistas espanhóis, o comunicado conjunto emitido no termo da visita deu testemunho do “ambiente de franqueza e cordialidade” que terá dominado as conversações (Rezola 2012, 361).

6.4 2 As organizações clandestinas; o apoio espanhol

Apesar de após o 28 de Setembro a Espanha não ter alterado no essencial a sua política oficial de não ingerência em Portugal, acabou por permitir a instalação no seu território de um número crescente de refugiados oriundos dos meios conservadores portugueses. Rui Ramos refere em cerca de 10 mil o número de refugiados de natureza política em Espanha e no Brasil no final de Março de 1975 (2009, VIII, 69) e, no caso de Espanha, o apoio camuflado das autoridades a esses refugiados teria chegado mesmo ao ponto de

¹¹³Pedro Cortina y Mauri (1908-1993) foi embaixador da Espanha em França e o último ministro de Assuntos Exteriores de Franco.

auxiliar as respectivas organizações e de consentir a formação de campos de treino militar, ainda que situados longe da fronteira portuguesa (Telo 1999, I, 301).

A 18 de Fevereiro de 1975 “a alta cúpula militar é confrontada com a existência do Exército de Libertação Português (ELP) – uma organização composta por militares e civis de extrema-direita que se demarca politicamente tanto dos partidos democráticos como de Spínola” (Rodrigues 2008, 223-224). “Dez dias depois, em nova reunião de responsáveis do MFA, surgem informações quanto a um golpe de Estado na forja que, curiosamente, antecipam com grande precisão os acontecimentos do 11 de Março” (Rezola 2007, 129). Segundo António José Telo, o ELP teria nascido nos começos de Janeiro de 1975, em Madrid, pela mão de entidades ligadas ao antigo regime, e declarava-se disposto a combater a “ditadura comunista” em Portugal por meios violentos. Desenvolvendo a sua actuação no Norte do país e com sólidos apoios em Espanha, o ELP contaria com três componentes relativamente autónomas: um braço militar; um sector de informações e um sector político. É de crer, todavia, que esse movimento clandestino tivesse sido infiltrado desde muito cedo por elementos ligados ao MFA (2007, I, 108-109).

Outro grupo clandestino de maior peso, surgido igualmente em Madrid após a fuga do general Spínola para Espanha, é o “Movimento Democrático de Libertação de Portugal” (MDLP), constituído essencialmente por militares exilados e que se propõem outrossim iniciar actividades contra alvos da esquerda gonçalvista. Estes grupos e outros mais, como a “Maria da Fonte”, cujas actividades nunca foram suficientemente esclarecidas, alimentaram certamente as reacções anti-gonçalvistas do norte e centro do país, embora a sua natureza informal e ambígua tornasse difícil qualquer avaliação mais objectiva sobre o seu impacte real (Telo 2007, I, 138-143). Aliás, durante a fase mais aguda do Verão Quente de 75, tanto elementos do PS como até representantes do *Grupo dos 9*

teriam mantido contactos discretos com sectores ligados ao ELP e ao MDLP, “mais com o objectivo de procurar informações que outra coisa” (Telo 2007, I, 137)¹¹⁴.

Registe-se contudo que a partir das alterações político-militares verificadas em 25 de Novembro, a actividade desses grupos em Espanha começou a extinguir-se.

Aquilo que terá eventualmente mais interesse para a nossa investigação é acompanhar a atitude da Espanha face à situação que se vivia em Portugal. Madrid continuou a definir oficialmente uma política de isenção e moderação, concedendo embora um apoio modesto às forças conservadoras, e a impedir acções que partissem do seu território. Ao mesmo tempo porém vai preparando as condições para poder activar uma política contrária, caso fosse necessário. “Era uma espécie de seguro para o futuro, pois havia muito de imprevisível e surpreendente na evolução portuguesa” (Telo, 1999, 302).

6.5 A posição de Washington

Na sua obra *Carlucci vs. Kissinger: Os EUA e a Revolução Portuguesa* (2008), Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá consideram que a postura da Administração norte-americana face à Revolução Portuguesa foi-se alterando de harmonia com a evolução dos acontecimentos em Portugal e em particular com a forma como as autoridades de Lisboa lidaram com o problema do PCP (2008, 41).

Assim, numa primeira fase, em que ocorre o já mencionado encontro de Spínola com Nixon, nos Açores, a atitude americana é de “esperar para ver”. Após as efemérides do 28 de Setembro e da afirmação do PCP na arena política lusa, os Estados Unidos enviam Frank Carlucci como embaixador em Lisboa e iniciam um envolvimento de baixa intensidade no caso lusitano. Este envolvimento implicou a aprovação de um

¹¹⁴ António José Telo também alude a contactos prováveis do *Grupo dos 9* com o MDLP (2007, I, 142).

modesto programa de ajuda económica a Portugal tendo em vista as eleições marcadas para Março de 1975 (Gomes e Sá 2008, 128) e incessantes contactos com líderes partidários, profissionais da Comunicação Social, universitários, empresários, chefias militares e religiosas. Após os acontecimentos do 11 de Março e a ascensão dos líderes esquerdistas do MFA, inicia-se uma fase de endurecimento da posição norte-americana (2008, 163). As principais questões que então se põem a Washington são a) a relação de Portugal com a NATO; b) a atitude da Espanha e c) a presença americana nos Açores. É por essa altura que surge a famosa “teoria da vacina”, atribuída ao Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger¹¹⁵. Na sua formulação mais simplista, esta teoria defendia que se deixasse piorar a situação em Portugal ao máximo para que os restantes países europeus (e não só) se apercebessem dos riscos da implantação de um regime dominado pelas forças comunistas (Telo e Gómez 2000, 314). Na realidade, aquilo que Kissinger terá pretendido não seria tanto fazer pressão sobre Portugal, mas chamar a atenção para o facto de que a NATO poderia implodir se aceitasse como membros governos comunistas ou próximos deles (Gomes e Sá 2008, 188). Contra tal plano, Carlucci defendia que apenas era necessário apoiar as forças democráticas e moderadas para que Portugal evoluísse num sentido favorável aos Estados Unidos, o que acabou por suceder (2008, 283-284).

Analisando o tema, António José Telo admite que de certo modo “Portugal foi uma espécie de laboratório e de caso exemplar pela negativa para todas as revoluções democráticas posteriores”, nomeadamente a de Espanha (1999, 295). O mesmo autor, porém, considera que é errado colocar em completa oposição as análises e atitudes de Kissinger e Carlucci porquanto elas tinham muito de complementar (1999, 297). Com efeito, Kissinger apenas entendia que “a vitória comunista em Portugal seria uma forma

¹¹⁵ Ver Ferreira 2001, 55

radical de impedir uma evolução semelhante em qualquer zona do Sul da Europa” (1999, 298). Vale recordar que Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá transcrevem na obra de que são autores um expressivo diálogo travado entre Franco e o Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, em 31 de Maio de 1975 que muito ajuda a compreender as reacções espanholas. A uma pergunta de Kissinger sobre a possibilidade de os moderados triunfarem em Portugal, Franco respondeu que havia que deixar a revolução seguir o seu curso pois a situação económica iria seguramente deteriorar-se e acrescentou que “qualquer intervenção estrangeira seria prejudicial para os moderados porque uniria os portugueses contra quem os atacasse”. Insistindo Kissinger no risco de os comunistas tomarem o poder em Portugal retorquiu-lhe Franco que “o comunismo será rejeitado porque o povo português não gosta de violência”. E enfatizou que “mais do que confiar nas Forças Armadas, devemos depositar as nossas esperanças no povo. Os portugueses ainda não sentiram a experiência das lojas vazias” (2008, 234-235).

Este ponto de vista foi de certa maneira complementado pelo Caudilho (na altura sob internamento hospitalar) numa visita que o embaixador dos Estados Unidos em Madrid lhe fez durante o Verão Quente. Segundo cita José Miguel Sardica, manifestando o diplomata americano o temor de que se repetisse em Espanha aquilo que estava a suceder em Portugal, Franco respondeu: “Não se preocupe, senhor embaixador, entre Portugal e Espanha existe uma diferença fundamental; é a classe média, que tem muito a perder. Será isso que não permitirá que algo de semelhante suceda em Espanha” (2013, 245).

6.5 Reacções militares

Entretanto, o MFA experimentava crescentes dificuldades em definir novos rumos para a Revolução, uma vez que intitular-se “motor da Revolução” só por si pouco significava quando nas ruas se tornava cada vez mais óbvio o confronto entre uma “via eleitoral”, que privilegiava a acção dos partidos e uma via “revolucionária”, decidida a enfatizar o protagonismo das estruturas populares aliadas aos militares. Na realidade, iniciavam-se avanços por caminhos diferentes dos propostos no Programa do MFA, mas sem que fosse possível definir qualquer rumo a consagrar num programa reunificador. Uma das tentativas mais notórias de definir tal rumo foi o chamado *Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA* que reflectia uma visão da extrema-esquerda militar (Moreira 1999, 206)¹¹⁶. Nesse documento, publicado no Boletim do MFA de 17 de Junho de 1975, previa-se o crescimento faseado do poder paralelo das chamadas comissões de base (comissões de trabalhadores, de moradores, de vigilância revolucionária) entretanto saído da mobilização popular e empenhado em marginalizar a Assembleia Constituinte eleita (Rezola 2007, 174). Face ao dilema de promover uma “democracia popular”, semelhante às existentes no Bloco Leste, ou uma via socialista original que preservasse o pluralismo político, o CR reagiu aprovando em 21 de Junho seguinte um documento de compromisso intitulado “Plano de Acção Política” (PAP) onde o MFA é apresentado como um “movimento de libertação do povo português”, de carácter supra partidário, destinado a criar uma “sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção”¹¹⁷. De uma forma algo paradoxal, ambos os documentos acabaram por ser aprovados na Assembleia do MFA de 8 de Julho de 1975¹¹⁸. Sem embargo de haver recolhido o apoio não só do PC como também de mais alguns partidos da esquerda e da extrema-esquerda, o Documento-Guia – que consagrava uma organização de tipo

¹¹⁶ Documento disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol17> - acesso em 8.III.2014

¹¹⁷ Documento disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfac1> – acesso em 8.III.14.

¹¹⁸ No entender de Maria Inácia Rezola, o Documento-Guia foi um marco fundamental no processo de desagregação interna do CR (2012, 324).

soviético pré-leninista (Moreira 1999, 206) – foi denunciado pelo PPD, PS e CDS como um atentado à democracia e à liberdade¹¹⁹. É por esses dias que começa a tomar forma uma reacção militar contra aquilo que Melo Antunes (citado em Rezola 2007, 172-173), viria a caracterizar como uma obsessão

pela ideia de que não era possível fazer-se política neste país se não se tivesse uma linguagem extremamente radicalizada, um discurso claramente voltado para as ideias socialistas mais avançadas, mais inflamadas, e, portanto, toda a gente tinha medo de assumir responsabilidades efectivas na defesa daquilo que era possível defender e de dar fundamentos a um projecto de sociedade futura minimamente viável.

Nessa conformidade, vários membros do CR, liderados por Melo Antunes, resolvem em finais de Julho demarcar-se do curso dos acontecimentos e, principalmente, ampliar o tom das críticas militares ao primeiro-ministro em exercício, Vasco Gonçalves que, entretanto, se mostrava inclinado a acolher um projecto de Directório (“troika”) destinado a liderar o MFA e a assumir parte substancial dos poderes do CR. Por essa altura, o País também começava a sofrer graves dificuldades no plano económico que o governo de Vasco Gonçalves sentia dificuldade em enfrentar, como se pode depreender de uma drástica proposta de austeridade do então Primeiro-ministro no sentido da “eliminação progressiva de padrões de consumo típicos das sociedades burguesas desadaptados às possibilidades materiais da economia portuguesa” (citado em Ramos, 2009, VIII, 78).

No princípio de Agosto, em virtude de tanto o PS como o PPD terem saído do 4.º Governo Provisório, Vasco Gonçalves foi encarregado, por Costa Gomes, de formar uma nova equipa ministerial de onde vão continuar ausentes o PS e o PPD, que tomou

¹¹⁹ Medeiros Ferreira sublinha que, ao invés do Documento-Guia, no PAP “é claro o objectivo de manter o monopólio da posse do armamento nas mãos da instituição militar (2001, 14).

posse como 5.º Governo Provisório em 8 de Agosto¹²⁰. No dia seguinte porém nove conselheiros da Revolução, mais uma vez chefiados por Melo Antunes, tornam público um manifesto, o *Documento dos Nove*¹²¹, onde se denuncia “a gravidade da situação nacional”; “a progressiva decomposição das estruturas do Estado” e “o desvirtuamento do programa do MFA”, para propor uma transição política gradual a operar pela implementação de uma via socialista assente na democracia política e numa ampla base social de apoio (Rezola 2007, 181-182)¹²². Fragilizando o “gonçalvismo” e o recém-nomeado 5.º Governo Provisório – que o próprio Presidente Costa Gomes havia qualificado de “medida transitória” – o *Documento dos Nove* ganhou rapidamente um largo apoio não só nos meios militares, mas também entre os principais partidos políticos com excepção do PC, acabando por transformar-se numa bandeira do descontentamento.¹²³

De toda a agitação político-militar que se seguiu resultou a demissão de Vasco Gonçalves de Chefe do Governo e a derrota da sua candidatura a CEMGFA, decisões estas que foram confirmadas na Assembleia do MFA de 5 de Setembro, em Tancos¹²⁴. A estes incidentes seguiu-se a implosão do 5.º Governo provisório após 36 dias de existência. Entretanto, o Presidente Costa Gomes convida o vice-almirante Pinheiro de Azevedo para formar um novo Governo, o 6.º Provisório, que pelo menos teve o mérito de captar maior número de simpatias a nível internacional. Quase ao mesmo tempo e na sequência de inúmeras reuniões então realizadas, os militares sob a influência do Grupo

¹²⁰ Melo Antunes havia abandonado o 4.º Governo Provisório em 29 de Julho e recusou-se a integrar o 5.º Governo Provisório, apesar de convidado por Vasco Gonçalves.

¹²¹ Documento disponível em <http://ernestomeloantunes.com.pt/documentodosnove.htm> - acesso em 25.2.14.

¹²² O Documento dos Nove, que já circulava nos meios militares, foi formalmente entregue ao Presidente Costa Gomes no dia 7 de Agosto (Rezola 2012, 31).

¹²³ Ver descrições mais completas sobre as circunstâncias em que foi elaborado do Documento dos Nove e as respectivas consequências em Rezola 2012, 306-327, e em Telo 2007, I, 145-149.

¹²⁴ A partir dessa altura a Assembleia do MFA nunca mais voltou a reunir.

dos Nove impõem uma reestruturação do CR que acabou por reforçar os sectores menos radicalizados do MFA.

6.7 O 6.º Governo provisório

O 6.º Governo Provisório tomou posse a 19 de Setembro e incluiu seis militares e dois independentes além de ter distribuído as restantes pastas ministeriais pelos partidos políticos na proporção dos respectivos resultados eleitorais: quatro para o PS, duas para o PPD e uma para o PCP (o CDS foi excluído). Se o 6.º Governo Provisório foi visto como “uma manta de retalhos sem coesão e sem um real poder, com o errático vice-almirante Pinheiro de Azevedo à sua frente” (Telo 2007, I, 158), outras opiniões reputam esse executivo como exprimindo em última análise “a vitória da *via eleitoral* sobre a *revolucionária*, ou, pelo menos, o reconhecimento do peso da primeira” (Rezola, 2007, 233). Mas seria sinal de que o clima de perturbação do Verão Quente tinha terminado?

6.7.1 O assalto à Embaixada de Espanha

Se dúvidas tivessem havido, elas seriam rapidamente dissipadas quando no dia 27 de Setembro uma multidão saqueia e incendia a Embaixada de Espanha em Lisboa e destrói o consulado do mesmo país na capital sem que as forças de segurança intervenham atempadamente. No Porto ocorre também uma tentativa de ataque ao consulado espanhol eficazmente reprimida pela Polícia. O pretexto invocado para explicar tão grave provocação foi o facto de, em fins de Agosto, os tribunais militares espanhóis haverem condenado à morte por actos de terrorismo dois membros da ETA e

outros três militantes da FRAP. A consequência imediata daqueles incidentes foi a ordem do Governo de Madrid para que os seus representantes diplomáticos em Portugal regressassem a Espanha¹²⁵. Os condenados foram executados na manhã do dia 27 de Setembro apesar dos pedidos de clemência de inúmeras personalidades, designadamente do Papa Paulo VI, de Willy Brandt, do Secretário-geral das Nações Unidas e do Conde de Barcelona¹²⁶. Em sinal de protesto, 17 países, incluindo Portugal, chamaram os respectivos embaixadores em Madrid às suas capitais para consultas. O Governo espanhol, pelo seu lado, convocou no dia 1 de Outubro de 1975 uma grande manifestação de apoio ao regime, em que, no seu discurso, o Caudilho lamentou “o caos em que se debate a nação irmã” (Prego 1995, 262).

Apesar de nunca até hoje o assalto às instalações diplomáticas espanholas ter sido cabalmente esclarecido merecem registo alguns pontos de vista sobre o incidente. O telegrama secreto da Embaixada de Portugal em Madrid n.º 331, de 28 de Setembro, refere que o Subsecretário de Estado de Assuntos Exteriores de Espanha, Rovira, chamou o embaixador de Portugal para pedir esclarecimentos, não deixando porém de “manifestar satisfação” pela protecção física concedida aos diplomatas espanhóis em Lisboa, satisfação também exprimida pelo embaixador espanhol em Lisboa que fora oficialmente despedido no aeroporto pelo Director Geral de Assuntos Políticos do MNE de Portugal¹²⁷. Na versão do embaixador espanhol, a PSP teria pensado que seriam os militares a proteger a Embaixada do assalto, mas que estes não actuaram¹²⁸. Ainda

¹²⁵ A Espanha tinha como seu embaixador em Lisboa António Poch y Gutierrez de Caviedes (1912-2004).

¹²⁶ A partir de então nunca mais houve execuções oficiais em Espanha.

¹²⁷ Na pasta de comunicações telegráficas da Embaixada de Portugal em Madrid para o MNE, conservada no respectivo Arquivo Histórico Diplomático, não foi possível encontrar os telegramas n.º 327, 328, 331 e 333 remetidos entre os dias 26 e 28 de Setembro de 1975, assim como os telegramas n.º 339, 340 e 344 remetido entre os dias 30 de Setembro e 4 de Outubro de 1975. Da pasta das comunicações telegráficas do MNE para a Embaixada de Portugal em Madrid encontram-se em falta, entre outros eventualmente menos importantes, os despachos n.º 169, 171, 172 e 173 enviados entre 27 e 29 de Setembro de 1975.

¹²⁸ O despacho telegráfico confidencial n.º 170, do MNE para a Embaixada de Portugal em Madrid, de 29 de Setembro de 1975, a explicar o assalto à Embaixada e ao Consulado Geral de Espanha, revela que a acção da PSP foi dificultada pela multidão concentrada no local o que obrigou a pedir ajuda aos militares

segundo o mesmo diplomata, teriam participado do assalto entre 2 mil e 3 mil pessoas, organizadas pela UDP, “um dos grupos mais violentos da extrema-esquerda portuguesa”, e apoiados por dois grupos espanhóis “de todos conhecidos” e estimulados por emissões da Rádio que faziam ataques cerrados contra Espanha e davam notícias minuto a minuto “como se fosse um *show*”. A mesma comunicação telegráfica informa relativamente a uma eventual ruptura das relações diplomáticas entre os dois países, que o Secretário de Estado terá opinado que seria assunto do Governo e não do MAE e que o comunicado do Conselho de Ministros português continha “muitos pontos positivos”. Pelo telegrama n.º 333 do mesmo dia, a Embaixada em Madrid informa o MNE das reacções da Imprensa de Espanha face ao assalto aos respectivos Consulado e Embaixada em Lisboa. A notícia terá merecido honras de primeira página nos principais jornais onde são condenados o “vandalismo intolerável” dos manifestantes e a falta de respeito pela imunidade diplomática. É igualmente referido que a própria oposição democrática espanhola lamentou a passividade das forças de segurança portuguesas apesar de presentes no local e, bem assim, a falta de uma posição oficial do Governo. Quanto aos jornais independentes, aconselharam reflexão sobre o incidente e uma revisão sobre as atitudes a assumir, ou seja, como escrevia o jornal *Ya*: dever-se-ia ir às raízes da crise e estudar as transformações de que o sistema político estaria carecido. Finalmente, o telegrama secreto n.º 352, de 7 de Outubro dá notícia da audiência concedida pelo Ministro de Assuntos Exteriores de Espanha, Cortina y Mauri, ao embaixador de Portugal que lhe prestou amplas explicações sobre os atentados e reiterou a disposição das autoridades portuguesas de fazer tudo o que fosse possível para melhorar as relações entre os dois países na linha dos propósitos acordados no encontro de Junho passado com o seu homólogo português.

os quais por sua vez dispunham de um efectivo reduzido por ser fim-de-semana. Não obstante, é garantida no mesmo despacho a cooperação constante do MNE com o pessoal do Consulado Geral espanhol em Lisboa.

Para Sardica, “a operação foi instigada por grupos radicais e, ao que parece, o objectivo seria provocar um conflito com a Espanha “reaccionária” para fazer a extrema-esquerda ganhar posições em Portugal, numa altura em que Vasco Gonçalves acabara de perder a liderança do executivo para o mais moderado almirante Pinheiro de Azevedo” (2013, 252-253). Melo Antunes – que no 6.º Governo Provisório tinha acabado de recuperar as suas anteriores funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros – partilha a ideia de Costa Gomes “de que a acção foi desencadeada pela extrema-esquerda ‘com o apoio de elementos vindos de fora’ ”, e dá conta igualmente da chegada a Portugal de “ ‘jovens latino-americanos’ com a intenção de se juntarem a ‘elementos da extrema-esquerda para uma grande manifestação de massas contra o regime de Franco’ ” (citado em Rezola 2012, 430). Quanto a Sánchez Cervelló, não descarta possibilidade de algum grupo pretender raptar o embaixador de Espanha para troca por prisioneiros políticos (1993, 355). Do ponto de vista de António José Telo, este grave incidente foi executado “por uma multidão sem bandeiras partidárias e que nenhuma organização convoca formalmente”. E acrescenta o mesmo autor: “A opinião generalizada é que se tratou de uma provocação visando destabilizar o 6.º Governo Provisório, mas não há um acordo em relação à sua origem” (2007, I, 164). De qualquer modo, apesar de alguns responsáveis políticos portugueses, como o então primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, estarem convencidos de que Madrid preparava uma intervenção militar em Portugal¹²⁹, o Governo Espanhol reage com grande moderação, limitando-se a apresentar um protesto a Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros. Melo Antunes, que reconheceu posteriormente ter sido uma situação extremamente embaraçosa, actuou imediatamente, contactando o seu homólogo Cortina y Mauri, ministro de Assuntos Exteriores do Governo de Arias Navarro, assumindo em nome do

¹²⁹ Telo 2007, I, 172; Ferreira 2001, 59.

governo português toda a responsabilidade pelo incidente e garantindo indemnizar a nação vizinha pelos prejuízos sofridos (Rezola 2012, 429-431). Sánchez Cervelló, por seu turno, conclui a leitura destes sucessos nos seguintes termos:

Portanto a acção da Embaixada de Espanha na minha opinião foi uma tentativa de desestabilizar a Península Ibérica, provocando em Portugal, por um lado o descrédito do governo moderado de Pinheiro de Azevedo, e por outro, um confronto com a Espanha, a única coisa susceptível de provocar a unidade nacional em torno do poder revolucionário, num momento em que este estava em retrocesso [...]. Por outro lado, em Espanha, debilitavam-se numa nova frente externa as atenções de um governo mais que titubeante. (1993, 356).

Segundo se apurou posteriormente, “num derradeiro assomo de lucidez e de vontade conciliatória, o próprio Franco opôs-se a qualquer gesto bélico de retaliação pelo que acontecera em Lisboa” (Sardica 2013, 253). Esta postura de Franco foi igualmente documentada pelo telegrama n.º 341, de 1 de Outubro de 1975, da Embaixada de Portugal em Madrid onde são transcritas a seguintes palavras proferidas em público pelo Generalíssimo na cerimónia do Dia do Caudilho:

Não é o mais importante, ainda que na aparência o represente, o assalto e destruição da nossa Embaixada em Portugal, realizada no estado de anarquia e caos em que se debate a Nação irmã e ninguém está mais interessado do que nós em que nela se reestabeleça a ordem e a autoridade.

6.7.2 Outras dificuldades do 6.º Governo Provisório

Após algumas semanas de crise continuada, surge outro pico de tensão no dia 11 de Novembro quando na sequência de uma greve nacional da construção civil um vasto

número de manifestantes cercou a Assembleia Constituinte - em cujo edifício também se situava a sede do Governo - e impediu a saída de deputados e ministros¹³⁰. O cerco só terminou 48 horas depois com a intervenção de forças militares, seguindo-se a isso um ambiente de extrema instabilidade política e militar onde ficou patente a total ausência de autoridade de um Governo que terminaria por tomar a insólita decisão de, a 18 de Novembro, “entrar em greve”. Finalmente, quando o receio de uma guerra civil se tornou uma preocupação geral, as tensões explodiram: no dia 25 de Novembro, uma insurreição de paraquedistas e outras forças militares aliadas a grupos da extrema-esquerda, foi violentamente subjugada por forças leais às autoridades instituídas enquanto o PCP recomendava aos seus militantes que se abstivessem de intervir no conflito¹³¹. Terminara o Verão Quente¹³².

6.8 O pós-Verão Quente

Ainda que o ocorrido no dia 25 de Novembro continue a levantar muitas interrogações as suas consequências imediatas foram a nomeação como chefe do Estado-Maior do Exército do então major Ramalho Eanes, que no conflito assumira a coordenação das forças leais ao Presidente da República e ao Governo; a dissolução do COPCON e a suspensão de todas as assembleias e órgãos do MFA. Por outro lado, no que respeita ao Governo, Melo Antunes aparece na televisão a 26 de Novembro para declarar que: “A

¹³⁰ Sobre este incidente ver Castaño 2013, 397.

¹³¹ Nas comunicações telegráficas da Embaixada de Portugal em Madrid para o MNE depositadas no respectivo Arquivo Histórico Diplomático a numeração das comunicações apresenta um hiato entre o telegrama n.º 428, de 22 de Novembro de 1975 e n.º 432, de 25 de Novembro do mesmo ano. As restantes comunicações desse período transcrevem notícias e comentários da Imprensa espanhola sobre o 25 de Novembro bem como um aparte de D. Juan Carlos – que fora coroado Rei de Espanha no dia 27 – ao chefe da delegação portuguesa à cerimónia em que diz ter seguido “com grande atenção e interesse os acontecimentos em Portugal” (telegrama n.º 437, de 28 de Novembro). Da pasta das comunicações telegráficas do MNE enviadas para a Embaixada de Portugal em Madrid, a par de diversas lacunas, nada mais consta de relevante.

¹³² É de lembrar que Franco morrera no dia 20 de Novembro de 1975.

participação do Partido Comunista na construção do socialismo é indispensável, pelo que o governo deve continuar com o PS, o PPD e o PCP”¹³³.

No plano internacional Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá indicam que

com o 25 de Novembro e o fim do processo revolucionário iniciou-se uma [...] fase da política dos Estados Unidos para a transição portuguesa, caracterizada por um amplo apoio da administração Ford á instauração do regime democrático português [...]. Esse apoio assentou fundamentalmente em dois pilares: auxílio económico e apoio militar. (2008, 400).

Entretanto a Assembleia Constituinte, que se mantivera em funções, ultimava o seu projecto de Constituição. Este documento acabaria por ser condicionado por um novo Pacto celebrado em 26 de Fevereiro de 1976 entre os partidos políticos e as Forças Armadas do qual resultará a consagração de um regime semipresidencialista¹³⁴. Kenneth Maxwell oferece a seguinte leitura das razões porque PS, PPD, e CDS aceitaram o modelo semipresidencialista

Ao fazê-lo, eram levados por um forte desejo de evitar o duplo legado da história política portuguesa do século XX: a experiência de um sistema parlamentar fraco e instável, que surgira com a Constituição de 1911, e a lembrança de um sistema antidemocrático, autoritário e excessivamente centralizado, que fora estabelecido pela Constituição de 1933. (1999, 179).

De entre as medidas mais significativas deste segundo pacto contam-se as seguintes:

- 1) O Presidente da República passaria a ser por inerência o presidente do CR e o comandante supremo das FA. A sua eleição processar-se-ia por sufrágio

¹³³ Sobre o 25 de Novembro ver, entre outros, Gomes e Sá 2008, 340-346; Rezola 2012, 445-450; Rodrigues 2008, 324-331; Telo 2007, I, 170-172. Nogueira Pinto interpreta o 25 de Novembro como uma vitória da esquerda gradualista sobre a esquerda fundamentalista (1999, VIII).

¹³⁴ Para Nogueira Pinto “a Constituição de 1976, na sua parte económica, acabaria por reflectir as ambiguidades e até os medos do período em que fora redigida e votada – o ‘Verão Quente’ de 1975” (1999, 35).

universal directo e não pelo colégio eleitoral anteriormente previsto. Esta disposição continha, todavia, uma importante cláusula implícita: o Presidente da República deveria ser um militar¹³⁵.

- 2) Caberia ao PR nomear o Primeiro-Ministro, após ouvir o CR e os partidos políticos de acordo com os resultados eleitorais.
- 3) O CR continuaria a ser o garante da Constituição. E apesar de ver as suas atribuições reduzidas continuaria igualmente a poder pronunciar-se sobre a constitucionalidade das leis e a reservar-se o poder de legislar em matérias militares.
- 4) O Governo passaria a responder politicamente perante o PR e a AR.
- 5) Seria extinta a Assembleia do MFA.

A nova Constituição, aprovada a 2 de Abril de 1976, consagrou os direitos, liberdades e garantias individuais usuais no mundo ocidental a par de diversas concessões às disposições do 1.º Pacto MFA/ Partidos que não deixaram de lhe conferir um carácter híbrido¹³⁶. Foi o caso do Conselho da Revolução que, deixando de reflectir uma representatividade militar de base, conseguiu garantir a sua subsistência até à primeira revisão constitucional. Outro resquício da herança revolucionária seria a radicalização da terminologia do discurso constitucional ao determinar a manutenção das nacionalizações e da obrigação do Estado “assegurar a transição para o socialismo” bem como a instituição de uma “sociedade sem classes”.

As primeiras eleições legislativas realizam-se no dia 25 de Abril de 1976. Nelas participam 83,5% dos eleitores e os seus resultados distribuem-se da seguinte forma:

PS	34,9%	107 deputados
PSD	24,3%	73 deputados
CDS	15,9%	42 deputados

¹³⁵ José Medeiros Ferreira considera que a única cautela tida pelo MFA na negociação do 2.º Pacto foi a manutenção dos poderes presidenciais (2001, 39), ou, nas suas palavras, “consolidar e sublimar o domínio estratégico da instituição militar através de um general eleito directamente pelo povo para presidente da República” (1990, 159).

¹³⁶ Em <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf> pode ser consultado o texto da Constituição de 1976 – acesso em 26.II.2014.

PCP 14,4% 40 deputados
UDP 1,7% 1 deputado

Os resultados confirmavam, assim, a tendência do sistema partidário nacional para dividir-se em quatro partidos: os dois maiores alinhados ao centro do espectro político e os dois restantes nos respectivos extremos.

A 27 de Junho de 1976 têm lugar, de harmonia com as disposições constitucionais, as eleições para a Presidência da República onde se regista uma afluência às urnas de 75,5% dos eleitores. O candidato apoiado pelos três principais partidos, PS, PPD e CDS, vai ser o Tenente-coronel Ramalho Eanes que ganha 61,6% dos votos contra 16,5% do seu mais imediato contendor, Otelo Saraiva de Carvalho.

A 23 de Setembro de 1976 toma posse o I Governo Constitucional, tendo como Primeiro-Ministro Mário Soares, o que configura mais um passo no processo de democratização do país, agora já em plena fase de consolidação. Seguem-se mais cinco eleições legislativas e nove Governos Constitucionais – alguns dos quais de iniciativa presidencial - que continuando a incluir militares não deixam de fomentar um clima de reconciliação nacional. É nesse espaço de tempo, mais precisamente em Setembro de 1982, que tem lugar uma revisão constitucional que impõe a total desmilitarização da vida democrática institucional e permite finalmente que um civil, Mário Soares, seja eleito Presidente da República em 16 de Fevereiro de 1986.

Entretanto, Portugal, que se havia candidatado à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 28 de Março de 1977, foi admitido em 1 de Janeiro de 1986 conjuntamente com a Espanha ¹³⁷. As circunstâncias políticas em que se verificou a adesão de Portugal ao que é hoje a União Europeia mereceram a António Costa Pinto a seguinte observação

¹³⁷ António Telo chama a atenção para um detalhe significativo: apesar de Portugal haver apresentado o seu pedido de adesão à CEE bastante antes da Espanha, que só o apresentou em 26 de Julho de 1977, a CEE insistia em considerar os pedidos de Portugal e da Espanha em conjunto (1999, 310).

A Comunidade Europeia, enquanto referência da Europa desenvolvida, foi um “símbolo disponível” de grande importância para as elites democráticas legitimarem uma nova ordem interna, após uma transição por ruptura bastante conflitual e o fim do império colonial, que tinha sido o argumento final do Estado Novo. (2001, 81).

Por fim, o que esteve realmente em causa durante o período mais crítico da Revolução Portuguesa foi claramente deduzido por Samuel Huntington quando transcreve a seguinte análise do Secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal:

Na Revolução Portuguesa intervieram dois processos, duas dinâmicas, com características completamente diferentes. Por um lado, a dinâmica revolucionária criada pela intervenção da força material – popular e militar – transformando directamente situações, conquistando e exercendo liberdades, derrotando e afastando os fascistas, opondo-se às suas tentativas contra-revolucionárias, fazendo surgir profundas transformações económicas e sociais, conseguindo um estado ao serviço da revolução e a criação de órgãos de poder (incluindo órgãos militares que garantiriam o processo democrático e corresponderiam à transformação revolucionária.

Por outro lado o processo eleitoral, compreendido como a escolha através do sufrágio universal dos órgãos de poder, tendendo a subordinar todas as transformações sociais a uma prévia legalidade constitucional e não reconhecendo a intervenção dos militares na vida política, ou seja, a predominante intervenção criativa das massas no processo revolucionário. (1991, 191-192).

6.9 Observações:

Ao proceder a um balanço do feixe de vicissitudes que caracterizaram o Verão Quente de 1975 António Costa Pinto constata que

O desenvolvimento de fortes estruturas políticas de base, como as comissões de trabalhadores, o desafio que a extrema-esquerda representou nesta conjuntura de crise e a própria penetração política desta nas Forças Armadas são exemplos de uma maior

complexidade, que passa pelos casos da Emissora Católica Rádio Renascença e do jornal República, ou pela dinâmica de ocupação de propriedade urbana em Lisboa. (2001, 361).

Já no cômputo que faz deste período da transição democrática de Portugal, António José Telo conclui que

O sentido político do processo foi o de consagrar em bloco como algo inseparável a democracia pluralista, as nacionalizações/ reforma agrária e a visão do Estado-Providência, tirando o tapete simultaneamente a ambos os extremos, antes que um (o bloco pulverizado mais à direita) adquirisse demasiada força e antes que outro (o da revolução “já”) a perdesse por completo. (Telo 2007, 175).

Quanto aos eventuais efeitos da experiência portuguesa no processo do país vizinho, José Medeiros Ferreira frisa que em Espanha, o radicalismo militar de Portugal e o grau de desordem que se lhe associou não originou qualquer fenómeno similar (2001, 57).

Capítulo 7

A TRANSIÇÃO ESPANHOLA e o “VERÃO QUENTE”

7. 1 Como tivemos oportunidade de referir ao longo dos capítulos anteriores, a Espanha foi um atento espectador do processo português de transição para a democracia. Haverá por conseguinte interesse em rever, neste capítulo da presente dissertação, os momentos mais decisivos que o processo de democratização do país vizinho atravessou e avaliar em que medida os mesmos terão sido influenciados, ou não, pelo nosso processo, mormente durante o período habitualmente designado por “Verão Quente de 1975”.

No prefácio ao livro de Josep Sánchez Cervelló *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola : 1961-1976* (1993), Hipólito de la Torre Gómez alerta para o facto de não existirem ainda suficientes estudos históricos sobre “os importantes e quase sempre inconfessados efeitos que entre si exerceram os dois estados ibéricos, sem embargo da sua tradicional posição de costas sempre voltadas um para o outro” e acrescenta

que o caminho espanhol e a forma de percorrê-lo foi diferente do português, torna-se bastante óbvio, porque muitos dos problemas e condicionantes também diferiam. Mas uma coisa é individualizar os processos e outra muito diversa é a tendência para os isolar que caracteriza por omissão (quando não declaradamente, como costuma acontecer em Espanha) os analistas do período. (prefácio em Sánchez Cervelló 1993, 9).

Muito embora esta autorizada opinião, de resto não isolada, ilustre as dificuldades com que as investigações sobre o tema arriscam a confrontar-se e a que esta dissertação tão pouco se pôde eximir, o mesmo autor espanhol indica duas pistas de actuação que não deixaremos de levar em consideração, a saber: um tratamento comparativo dos dados

apurados e um estudo concreto das redes de influência que se verificaram no processo em apreço.

Na tarefa de analisar as chaves da influência portuguesa na transição democrática espanhola, Sánchez Cervelló distingue dois momentos: um primeiro momento, positivo, que começa no próprio dia 25 de Abril de 1974 em que tudo parece indicar que o general Spínola – antigo participante pelo lado franquista na Guerra de Espanha (Maxwell 1999, 50) – tem o domínio da situação; um segundo momento, que se vai tornando cada vez mais confuso e problemático, e que tendo início com a renúncia de Spínola às funções presidenciais, em 30 de Setembro de 1974, se prolonga até 25 de Novembro de 1975 (Sánchez Cervelló 1993, 339). Em Espanha, o efeito negativo deste segundo momento é provocado essencialmente pelo temor do “contágio” revolucionário e da instauração de um regime comunista e tem a sua fase mais crítica durante o Verão Quente de 75. Na realidade, os acontecimentos portugueses acordaram amplos sectores da sociedade espanhola para a contradição em que o regime franquista se via envolvido a exemplo do caso português: por um lado, a incontornável necessidade de realizar as alterações exigidas pelas novas realidades sociais do país e, por outro, o pânico de que tudo acabasse como em Portugal (Sánchez Cervelló 1993, 339-341). Hipólito de la Torre Gómez desenvolve esta percepção quando refere que

O aparente paradoxo de que a própria individualidade do processo espanhol pode em grande medida ter sido devedora do impacto que teve do outro lado da fronteira o desenvolvimento dos acontecimentos revolucionários de Portugal. (prefácio em Sánchez Cervelló 1993, 10).

Eduardo Lourenço, no prefácio do livro de Otelio Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, resume idêntica avaliação com as seguintes palavras: “a famosa solução à

espanhola [...] não foi possível, justamente, senão porque antes houve a solução ‘à portuguesa’ ” (Carvalho 1984, 9).

Também Kenneth Maxwell refere como influências que ambas as partes não têm muita vontade de reconhecer:

1) o impacte do *timing* de Portugal: a liberalização falhada de Marcelo Caetano e o Verão Quente de 1975 mostraram aos espanhóis as consequências de não actuar decisivamente;

2) a vivência portuguesa do rei D. Juan Carlos, que lhe deu consciência da necessidade de proteger a democracia e de conter os militares (1983, 16).

Já outro autor, Philippe C. Schmitter, defende porém, um ponto de vista ligeiramente diferente nestes termos:

Apesar da sua proximidade geográfica e cultural e da coincidência temporal das suas transições, é muito pouco plausível afirmar-se que a Espanha empreendeu a sua mudança de regime em 1975 devido a acontecimentos anteriores verificados em Portugal em 1974. Com efeito, os espanhóis esperavam há muito a morte de Franco, que foi o acontecimento específico que desencadeou o processo de transição – e não a revolução portuguesa. (1999, 388).

E prossegue o mesmo autor (*ibidem*):

Os espanhóis estavam muito mais bem preparados, de muitas maneiras, para a democratização do que os seus vizinhos portugueses, porque tinham começado a preparar-se há muito mais tempo. Quando muito poderá dizer-se que a Espanha aprendeu algumas lições negativas sobre aquilo que deveria evitar durante a transição e, portanto, teve um processo muito mais fácil do que teria tido de outro modo.

7.2 A questão dos limites temporais dos processos de transição ¹³⁸

7.2.1 Espanha: o início

Várias datas têm sido propostas para assinalar o início do processo de transição democrática do país vizinho. Alguns associam-no à data da morte de Carrero Blanco, em 20 de Dezembro de 1973, enquanto outros preferem referir-se à data da morte de Franco, em 20 de Novembro de 1975. Também tem sido utilizada para esse efeito a data da proclamação de Juan Carlos como rei de Espanha, em 22 de Novembro de 1975; a nomeação de Adolfo Suárez como chefe do Governo em 3 de Julho de 1976, após a demissão de Arias Navarro bem como a data de entrada em vigor da Constituição de 1978. Finalmente, também há quem proponha para esse efeito a data da Lei da Reforma Política, 18 de Novembro de 1976.

Sobre esta questão destaca-se a opinião de um grupo de autores que inclui Javier Tusell, Juan J. Linz e Alfred Stepan para quem a data da morte de Franco, a 20 de Novembro de 1975, foi o acontecimento que assinalou o início do processo de transição democrática. Já para o historiador Charles Powell a transição começou com a proclamação de D. Juan Carlos como rei, a 22 de Novembro de 1975 (citado em Leitão 2013, 28).

Note-se, porém, que outros politólogos procedem a uma distinção prévia entre “transição institucional”, isto é, o momento em que se fundam as novas instituições e são fixados os novos procedimentos, e “transição política”, fase que se caracteriza pela progressiva legitimação das estruturas e instituições, pela aplicação da Constituição e

¹³⁸ Na abordagem deste tópico seguimos de perto a análise de Teresa Clímaco Leitão constante do item 2.8 (Conceito e periodizações) da *Introdução* da dissertação de doutoramento, *A Igreja Católica e os Partidos Democratas-Cristãos em Contextos de Transição para a Democracia: os casos de Portugal e Espanha (1974-1882)*, (2013). Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa.

pela neutralização dos poderes fácticos. Segundo esta teoria, a transição institucional começaria a 18 de Novembro de 1976 com a aprovação da Lei para a Reforma Política pelas Cortes franquistas, e a transição política quando Adolfo Suárez é nomeado chefe do governo, a 3 de Julho de 1976.

7.2.2 Espanha: o termo

Relativamente ao termo do processo de transição e início do processo de consolidação têm sido proposta as seguintes datas:

29 de Dezembro de 1978: referendo da Constituição de 1978;

25 de Outubro de 1979: referendo da autonomia regional da Catalunha e do País Basco;

28 de Outubro de 1982: eleições que dão a vitória ao partido da oposição, PSOE.

O problema que de novo aqui se levanta é a de definir um critério: 1) ou no terreno institucional, e aí prevaleceria a data da promulgação da Constituição de 1978 que representou um acordo formal sobre a Lei Fundamental; 2) ou no campo político e nesse caso adoptava-se a data da vitória eleitoral do partido da oposição, o PSOE, por representar um passo decisivo na estabilização das estruturas.

A tendência da maioria dos autores parece ser tomar a morte de Carrero Blanco, em 20 de Dezembro de 1973, como a data que marca o início do processo da transição democrática de Espanha. Menos consensual tem sido a fixação de um referência cronológica adequada a assinalar o fim da transição do país vizinho pois, de facto, acaba sempre por ser difícil eliminar totalmente um resíduo convencional na marcação de limites na dinâmica essencialmente transitória da História humana. Javier Tusell fixa a mesma em 1982, recordando que embora a Constituição de Espanha haja sido promulgada em 1978, apenas com a aprovação dos estatutos autonómicos da Catalunha

e do País Basco se pode considerar rematada a transição democrática (Tusell 2007, IV, 15).

Registe-se, no entanto, o comentário produzido por um influente líder comunista espanhol, Santiago Carrillo¹³⁹, em razão do termo do processo espanhol de transição para a democracia:

Do meu ponto de vista não pode, na verdade, dar-se por terminada a transição enquanto S. M. o Rei for a charneira que mantém um certo equilíbrio entre o sistema parlamentar e o que poderíamos chamar os aparelhos coercivos do Estado. Sem essa charneira não existiria equilíbrio. E não é possível fechar os olhos face a uma situação que permitiu provisoriamente uma mudança sem grandes rupturas civis – e neste sentido tem sido um factor excepcionalmente positivo que nos levou, a nós comunistas, a aceitar a monarquia constitucional como sistema político -, e o que seria o seu prolongamento indefinido para lá de uma conjuntura histórica extraordinária. (1983, 11-12).

7.2.3 Portugal: o início e o termo da transição.

Em Portugal, tratando-se de uma transição iniciada por ruptura, é opinião praticamente unânime que ela começa com o golpe militar de 25 de Abril de 1974. Juan j. Linz e Alfred Stepan definem no seu livro *Problems of Democratic Transition and Consolidation*, quatro critérios para considerar que o processo de transição para a democracia está completo

[...] quando seja alcançado um acordo suficiente acerca dos procedimentos políticos para produzir um governo eleito, quando a chegada de um governo ao poder seja o resultado do voto popular e livre, quando esse governo tenha *de facto* a autoridade para gerar novas políticas, e quando os poderes executivo,

¹³⁹ Santiago José Carrillo Solares (1915-2012) foi Secretário-geral do Partido Comunista de Espanha de 1960 a 1982. Em 1985 saiu do PCE para fundar o Partido dos Trabalhadores de Espanha – Unidade Comunista.

legislativo e judicial gerados pela nova democracia não tenham de partilhar o poder com outros corpos *de jure*. (1996, 106).

Se adaptarmos estes critérios ao caso português a transição só se pode considerar terminada com a extinção do Conselho da Revolução pela revisão constitucional de 1982. Não obstante, Braga da Cruz defende, numa postura mais exigente, que

Com a revisão constitucional de Setembro de 1982, entra-se numa terceira fase da vida democrática institucional, que foi a da sua total desmilitarização e correspondente “civilização”, que culmina com a eleição do primeiro presidente da República civil, a 16 de Fevereiro de 1986. (1995, 116).

7.3 Elementos característicos da transição espanhola

Como oportunamente se sublinhou, o regime franquista apostara a sua continuidade na criação e enraizamento de um dispositivo institucional que assegurasse uma transição pacífica e consensual, o chamado *continuismo*. Não se pode todavia reconhecer só por si nesse dispositivo qualquer cedência significativa a princípios democráticos, pois Franco limitou-se a indigitar, sem qualquer consulta formal, um sucessor. E de facto a reforma para-constitucional ínsita na Lei Orgânica do Estado, de 1967, estabelecia como que um círculo vicioso de manutenção do poder que parecia, de resto, beneficiar do consenso das hierarquias militares.

No uso da sua importante prerrogativa de poder nomear livremente os membros do Governo, Franco decidiu designar o então *ministro de la Gobernación*, Carlos Arias Navarro para substituir Carrero Blanco como presidente do Governo. Se o facto de ter sido designado um civil, pela primeira vez desde o fim da guerra de Espanha, para esse

cargo não significou propriamente um sinal de abertura, já o mesmo não se pode dizer do conjunto de medidas anunciadas pelo novo presidente do Governo em 12 de Fevereiro de 1974, com especial relevo para o Estatuto do Associativismo Político, como já referido ¹⁴⁰. Porém, essas tímidas medidas que visavam favorecer algum pluralismo político não alcançaram suficiente dimensão para poderem ser reconhecidas como um passo significativo no sentido de uma verdadeira transição para a democracia. As associações criadas ao abrigo daquele Estatuto nunca foram reconhecidas como autênticas forças políticas da oposição e os principais partidos da oposição nunca aceitaram aquele Estatuto como um verdadeiro instrumento de democratização por, entre outros motivos, impor a sua subordinação formal aos princípios do Movimento franquista. Aquilo que de facto acontecia era que os fundamentos de legitimação do regime ditatorial de Franco iam-se deteriorando face ao despontar de novos modelos políticos alternativos inspirados pelos crescentes intercâmbios com a Europa, bem como por uma mudança de quadros mentais e atitudes culturais estimuladas pelo manifesto crescimento económico espanhol dos anos 60 e pelas suas consequências sociais (Tusell 2007, IV, 26-27). Verificando-se, como aconteceu durante o regime franquista, uma transformação social decisiva que deu origem a um reforço da classe média espanhola – classe cujo crescimento de uma forma geral favorece o ressurgimento da sociedade civil e o decréscimo das desigualdades sociais –, o protagonismo político da transição ficaria reservado principalmente aos grupos de direita e de centro direita, sem embargo da influência que a esquerda clássica espanhola teve na contenção dos extremismos revolucionários das suas franjas mais radicais (2007, IV, 16). Na realidade, a dinâmica que reforçou o centro do espectro político espanhol fez com que se diluíssem as tendências “maniqueístas” do confronto partidário em favor da percepção de que a

¹⁴⁰ Ver capítulo 3.

transição democrática poderia, na verdade, tornar-se rentável para todos os actores da cena política o que naturalmente incitava à busca de uma saída negociada. Quanto à necessidade de colmatar as carências institucionais que o enfraquecimento do regime revelara, esta seria satisfeita em boa medida com a relativa continuidade garantida pelo largo sector da classe dirigente espanhola que aderiu com sinceridade ao ideal de uma legitimação democrática e aos procedimentos reformistas. Terá sido a necessidade de provocar esse *aggiornamento* das elites que aliás convenceu o Rei Juan Carlos da necessidade de manter Arias Navarro nas suas funções após o desaparecimento do Caudilho e de confiar a umas Cortes franquistas a tarefa de redacção da nova Constituição.

7.3.1 O Rei

De quanto antecede pode inferir-se que no caso espanhol a figura e a actuação do rei vieram a revelar-se fundamentais. Não obstante, é de notar que no momento da morte de Franco a instituição monárquica não possuía credenciais decisivas para se impor como uma fonte da legitimidade do processo de transição democrática (Tusell 2007, IV, 62). Como recordou a jornalista espanhola Victória Prego, Santiago Carrillo, referindo-se a Juan Carlos havia opinado que “é uma marionete que Franco manipula como quer, um pobre homem incapaz de qualquer dignidade ou sentido político” (citado em Prego 1995, 302). O mesmo dirigente comunista chegara a afirmar ironicamente que Juan Carlos iria ficar conhecido na História de Espanha como “Juan Carlos, el Breve” (Tusell 2007, IV, 37). Posteriormente, contudo, Santiago Carrillo viria a rectificar esta impressão ao reconhecer na sua *Memoria de la Transición* que

se o PCE não tivesse compreendido o papel da monarquia nesta fase histórica atraindo-a para a esquerda em vez de a empurrar para as mãos da direita e da ultradireita; se não tivéssemos tido consciência de perigo de retrocesso, poder-se-ia duvidar de que a Espanha fosse a estas horas uma democracia. (1983, 56).

Referindo-se à mesma evolução do PCE, Samuel Huntington regista que “em Espanha, por exemplo, o Partido Comunista reconheceu que era demasiado fraco para seguir uma ‘política *rupturista* radical’ e em vez disso aderiu a uma ‘*ruptura pactada*’ ainda que esse pacto fosse ‘puramente tático’ ” (1991, 139-140).

De qualquer maneira, a instituição monárquica logrou preencher atempadamente um certo momento de vazio que assoma frequentemente entre as diversas fases dos processos de transição. Na verdade, observou Kenneth Maxwell, aludindo a Juan Carlos, “para surpresa da maioria dos observadores, ele empenhou firmemente o seu prestígio por detrás das novas instituições democráticas e actuou com considerável competência nos bastidores durante as mais delicadas fases da transição” (1983, 2).

Ademais, o Rei reunia condições que facilitaram uma certa *normalização* desse processo. Em primeiro lugar, havia sido designado sucessor oficial do Caudilho, o que formalmente o legitimava aos olhos do franquismo como líder máximo e tranquilizava os sectores mais ortodoxos do regime, designadamente os meios castrenses em cujas fileiras aliás recebera formação. Em segundo lugar, integrava uma linha de legitimidade dinástica – associada ao espírito pró-liberal de seu pai, o Conde de Barcelona – que satisfazia quase toda a vasta ala monárquica franquista ou não-franquista¹⁴¹. Quanto a este último aspecto, importa, contudo, proceder a um esclarecimento: quem efectivamente detinha a legitimidade dinástica era o pai de Juan Carlos, o Conde de Barcelona D. Juan de Bórbon, cujas relações com Franco não eram as melhores¹⁴². Só

¹⁴¹ Existia em Espanha um sector monárquico partidário do pretendente carlista ao trono espanhol D. Carlos Hugo de Borbón-Parma (1930-2010).

¹⁴² O Conde de Barcelona fora sempre um crítico do regime franquista (Prego 1995, 228).

em Junho de 1977, poucos dias antes das primeiras eleições democráticas, o Conde de Barcelona renunciou formalmente aos direitos ao trono de Espanha, o que consolidou a legitimidade dinástica do seu primogénito.

7.3.2 A memória da Guerra Civil

Não menos importante para a relativa tranquilidade do processo espanhol de transição foi a memória histórica da guerra civil, indissociável nesse momento dos riscos de guerra civil que Portugal enfrentava. A vitória militar do franquismo invocada inicialmente pelo Caudilho para justificar o seu mando passara, com o tempo, a ser encarada não como o elemento fundador do regime, mas como um perigo que era imperativo evitar no futuro (Tusell 2007, IV, 29). Essa constatação fizera-a abertamente o líder socialista Felipe González, em Outubro de 1974: “Creio que todos estão numa postura contrária à possibilidade de um enfrentamento armado entre os espanhóis. A experiência foi amarga, as pessoas aprenderam a lição e, desde logo, ninguém está com vontade de reproduzir uma nova guerra” (citado em Prego 1995, 216). O mesmo dissera o líder do PCE, Santiago Carrillo (citado em Sardica 2013, 244), ao reconhecer que

A experiência portuguesa mostra que pode produzir-se uma mudança de regime em poucas horas e sem consequências graves. Em Espanha, logicamente, a mudança poderia ser menos convulsiva. Nós, os que fizemos a Guerra Civil e as gerações actuais temos uma experiência que nos imuniza contra toda a vontade de extremar posições.

7.3.3 A Oposição espanhola

As forças da oposição espanhola, por seu turno, também viviam como que uma crise de identidade cujas raízes já vinham desde o final da Guerra Civil (Carrillo 1983, 21-22). Como é sabido, grande parte dos vencidos nesse conflito partiram para o exílio onde mantiveram os seus agrupamentos políticos sem nunca reconhecerem o regime do Caudilho. No momento em que se dá o assassinato de Carrero Blanco, em 1973, as principais forças da oposição eram o Partido Comunista de Espanha (PCE) com o seu braço sindical, as influentes *Comisiones Obreras* (CC. OO), e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE), todas ilegalizadas pelo regime de Franco. O Partido Comunista de Espanha possuía uma sólida estrutura clandestina e tentava liderar desde o final da Guerra Civil as lutas sindicais e anti-franquistas. Com esse fim em vista o PCE começara por criar por iniciativa do seu Secretário-geral, Santiago Carrillo, uma ampla aliança não só com outros partidos da esquerda e da extrema-esquerda de menor envergadura, mas também com “os sectores mais consciencializados da burguesia” com o escopo de derrubar o regime de Franco mediante um amplo movimento popular (Prego 1995, 93). Com base nessa aliança, que o PCE se esforçou por converter numa frente unida da esquerda espanhola, foi posteriormente criada em 30 de Julho de 1974, em Paris, uma “Junta Democrática” que fez nesse mesmo ano a sua apresentação em Espanha. Encabeçada pelo líder do PCE, Santiago Carrillo, a Junta integrava a ala socialista dissidente de Tierno Galván, os monárquicos do Partido Carlista, as CC.OO e outros partidos menores e personalidades independentes. Os seus objectivos principais, fixados na perspectiva de um iminente colapso do franquismo ou de uma ostensiva ruptura com o mesmo, foram os seguintes:

- Entrega do poder a um Governo provisório
- Legalização de todos os partidos políticos sem excepção
- Restabelecimento dos Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais
- Neutralidade das Forças Armadas

- Amnistia dos presos políticos.
- Consulta popular sobre a forma do Estado.

Como explicaria mais tarde a própria Junta Democrática, por “ruptura” entendia-se o desmantelamento das estruturas jurídicas e políticas do regime, a destruição não violenta mas total do aparelho do Estado franquista para, a partir do zero e das cinzas da velha ordem, iniciar a construção de um novo Estado democrático. À concepção de ruptura opunha-se – no entendimento que a esquerda espanhola então perfilhava – a “reforma” que era a via proposta pelos *aperturistas* do regime, convictos como estavam de que era possível a alteração das leis franquistas e a sua substituição em boa ordem por outras novas que abrissem caminho a uma verdadeira democracia (Prego 1995, 215).

Quanto ao PSOE, embora possuísse uma dimensão menor do que a do PCE, não desistira de exercer uma certa hegemonia sobre diversas outras pequenas formações que se reclamavam do “socialismo”. Em 1974, porém, este partido atravessava uma crise aguda em consequência da ruptura entre os velhos dirigentes socialistas do exílio e a geração mais nova de militantes do interior de Espanha, os chamados “renovadores”, conduzida por um jovem advogado andaluz, Felipe González de seu nome, que em breve ascenderia a Secretário-geral do partido. Depois de intermináveis polémicas, é o grupo dos renovadores quem finalmente vai beneficiar do reconhecimento da Internacional Socialista¹⁴³. A raiz daquela crise, porém, não era tanto um problema de idade ou de localização geográfica, mas de diferentes análises do momento histórico

¹⁴³ Uma terceira facção do PSOE, o Partido Socialista do Interior, depois baptizado como Partido Socialista Popular (PSP), era liderada por Tierno Gálvan (1918 - 1986), um professor universitário de Direito perseguido pelo regime franquista, e integrava maioritariamente intelectuais, universitários e outra gente do mundo da Cultura, da Ciência e das Artes. Ainda que o PSP gozasse de prestígio entre a *intelligentsia* ibérica e o seu líder conseguisse mais tarde ser eleito *Alcalde* de Madrid, nunca desfrutou de uma profunda implantação popular.

que a Espanha vivia e de diferentes propósitos quanto às acções que o mesmo exigia (Prego 1995, 94).

No seu XIII Congresso celebrado em Outubro de 1974, em França, o PSOE declinou formalmente um convite para aderir à Junta Democrática e, assumindo uma postura maximalista, acusou-a de não defender uma linha clara de ruptura com o regime e de usar formulações próprias da direita. Tal não impediu que alguns meses depois, em 11 de Junho de 1975, o PSOE propusesse, por seu turno, a criação de uma outra grande plataforma unitária de oposição ao regime que seria denominada “Plataforma de Convergência Democrática”. Integravam-na socialistas, liberais, cristãos-democratas de esquerda, entre outros partidos de menor dimensão, e ainda o Partido Carlista que entretanto abandonara a Junta Democrática. O manifesto da Plataforma apresentava algumas diferenças do manifesto da Junta, nomeadamente a condenação explícita da “Monarquia estabelecida nas leis sucessórias” de Franco; a proposta de um modelo federal de organização territorial e o “reconhecimento do direito de autodeterminação das nacionalidades e regiões com personalidade étnica, cultural e histórica própria no seio do Estado espanhol” (Prego 1995, 225).

A postura do PSOE reproduzia, de alguma maneira, as disputas da esquerda espanhola durante a Guerra Civil (Prego 1995, 152). Significava isso que “a frente unida advogada pelos comunistas, apesar das suas profissões de fé no pluralismo democrático, esbarrou com a oposição dos democratas que não podiam acreditar que o partido tivesse repudiado o seu passado estalinista (Carr 1991, 231)¹⁴⁴. Tanto não impediu que mais tarde chegasse um momento em que quer a Junta, quer a Plataforma iriam sentir necessidade de insistir numa tentativa de unificação. Esse desiderato concretizou-se por via da instituição de um órgão, a “Coordenação Democrática”, logo crismada de

¹⁴⁴ Não deixa de ser interessante notar que, tempos depois, Mário Soares considerasse Santiago Carrillo “mais perigoso do que Cunhal” (Castaño 2013, 416).

Platajunta, cuja primeira iniciativa se reduziu a um comunicado, de Agosto de 1975, a condenar a legislação antiterrorista do governo de Arias Navarro (Prego 1995, 420-424). Apesar de aspirar a responder ao reformismo do regime com uma elevada capacidade de mobilizar as massas populares para “marcar presença na rua”, a proposta conciliatória da Platajunta não teve vida longa, pois terminariam por ser as estruturas partidárias e não os movimentos de massas quem encabeçaria a acção política (Prego 1995, 217). Porém, a morte de Franco, em 20 de Novembro de 1975, veio alterar não só os projectos frentistas da esquerda espanhola como também o futuro político daquele país.

7.4 A Revolução portuguesa e a Espanha

É alguns meses depois da tentativa liberalizadora de Arias Navarro que ocorre o golpe militar de 25 de Abril em Portugal, facto que provocou uma atenção desconfiada nos meios do regime franquista – que no entanto tem, como mencionado, o cuidado de proclamar uma atitude oficial de não intervenção. A situação altera-se quando a partir da saída do general Spínola, em 30 de Setembro de 1974, o MFA reclama um maior protagonismo político que viria a ser suportado pelos sucessivos Governos Provisórios e aceite pelo novo Presidente da República, Costa Gomes. Nesse contexto surge a chamada “deriva comunista” que terá sido, basicamente, um ganhar de espaço do PCP em Portugal em associação com a ala mais radical do MFA liderada pelos chamados “gonçalvistas” (Maxwell 1999, 96)¹⁴⁵. Pese embora o facto de se multiplicarem então as recíprocas declarações de não interferência das autoridades de cada um dos dois países no outro, certo é que Madrid começou a assumir uma discreta tolerância para com os

¹⁴⁵ Sobre a “deriva comunista” ver capítulo 5.

grupos de exilados políticos e outros que afluíam do vizinho Portugal acompanhando de perto algumas formas de resistência ao curso da vida política em Portugal (Sardica 2013, 246).

A situação atinge uma dimensão alarmante quando, após a tentativa de golpe de 11 de Março de 1975, se torna manifesto o enfraquecimento dos sectores militares moderados e a ascensão dos líderes esquerdistas do MFA com o apoio inicial do PCP. As autoridades de Madrid iniciam então uma maior vigilância enquanto a relação peninsular envereda por um caminho de dificuldades. A 25 de Abril de 1975, após semanas agitadas por atentados terroristas, greves, manifestações e violência policial, o governo de Arias Navarro decretou o estado de excepção nas províncias de Vizcaya y Guipúzcoa (País Basco) ao passo que os serviços secretos espanhóis iam estabelecendo contactos discretos com os organizadores das manifestações contra o PCP, em Portugal (Sánchez Cervelló 1993, 350-351)¹⁴⁶. Ao mesmo tempo, a curiosidade do povo espanhol acerca do que se passava em Portugal não diminuía e os jornais portugueses “circulavam com particular intensidade na fronteira, chegando a Madrid e a outras cidades” (Sardica 2013, 251). Entretanto, como já vimos, a 10 de Junho de 1975, Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros visitou Madrid e garantiu ao seu homólogo, Pedro Cortina Mauri, “que a situação portuguesa não estava controlada pelos comunistas e que a evolução para a democracia parlamentar e pró-europeia era possível” (Rezola 2012, 360-361; Sardica 2013, 252). Por outro lado, o ministro português reiterou a “preocupação de não criar em Espanha a ideia de que pretendíamos exportar a Revolução”, o que naturalmente gerou algum sentimento de decepção nos meios da oposição espanhola (Sánchez Cervelló 1993, 347; Rezola 2012, 361).

¹⁴⁶ Sobre a agitação política e social da Espanha neste período ver Tusell 2007, IV, 56-68; Prego 1995, 199-209.

Como já referido, temeu-se durante a fase final do Verão Quente de 1975 uma intervenção directa da Espanha em Portugal¹⁴⁷. Mas após o assalto à Embaixada de Espanha em Lisboa, “ Madrid aceita com surpreendente compreensão as explicações do estado português, manifestando o desejo de que este não constituísse um factor de perturbação no relacionamento entre os dois estados” (Rezola 2012, 464). E (*ibidem*)

ainda que alguns autores insistam na ideia de que, ao longo do Outono de 1975, Madrid tenha continuado a acalentar planos de eventuais intervenções em território português, a morte de Franco (20 de Novembro de 1975) e os acontecimentos do *25 de Novembro* afastam definitivamente qualquer tentação nesse sentido, abrindo também perspectivas quanto a uma aproximação.

No princípio de Fevereiro de 1976, Melo Antunes, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, encontra-se com o seu homólogo espanhol, Areilza¹⁴⁸, na cidade da Guarda, o que naturalmente contribuiu para um rápido desanuviamento das relações bilaterais a diversos níveis. “O encontro tem uma ampla repercussão na imprensa portuguesa e espanhola sendo que, recuperando as palavras proferidas então por Areilza, muitos fazem alusão ao nascimento do ‘espírito da Guarda’ ” (Rezola 2012, 464). É muito expressivo o testemunho que Melo Antunes (citado em Rezola 2012, 465) dá deste encontro:

O encontro da Guarda passa-se já num período em que as forças liberalizadoras em Espanha começam a ter maior capacidade de, numa correlação de forças que era ainda pouco clara, dominar a situação em Espanha. E eram essas forças liberalizadoras que aproveitavam o exemplo português para poderem injectar no tecido social espanhol a ideia de que a modernização de Espanha e a sua integração num novo espaço

¹⁴⁷ Estes eventos ressuscitaram à época o velho temor da “União Ibérica”. Sobre o *Iberismo* ver, entre outros, Vicente 2003, 46; 224.

¹⁴⁸ Jose María de Areilza y Martínez de Rodas (1909-1998), conde de Motrico, político, diplomata e ministro de Assunto Exteriores no último governo de Arias Navarro. Personalidade próxima do rei D. Juan Carlos exerceu grande influência no processo de transição democrática.

geopolítico teria muito a aproveitar com uma experiência em Portugal [...] Portanto, o encontro da Guarda passa-se num clima de procura de entendimentos recíprocos em áreas concretas de cooperação que fortaleçam e reforcem a ideia de que a Península Ibérica deve ser um espaço de paz, um espaço de colaboração e até duma certa solidariedade, independentemente dos regimes que viessem a consolidar num e noutro país.¹⁴⁹

7.4.1 Os militares da UMD

É também por influência do 25 de Abril que um grupo de oficiais espanhóis, liderado pelo comandante Julio Busquets, funda em 31 de Agosto de 1974 a União Militar Democrática (UMD) cuja estrutura incluía um bloco político e um bloco militar (Cervelló 1993, 388). Esta organização militar clandestina manteve relações com o MFA por via do comandante Almada Contreras, e segundo um dos seus líderes, o coronel Luís Otero, os contactos do MFA “tentavam estimular-nos para que fizéssemos o mesmo, porque assim eles consolidavam a revolução”. Porém “o que os militares queriam era informações sobre a contra-revolução portuguesa instalada em Espanha” (citado em Cervelló 1993, 392-393)¹⁵⁰. A UMD – que parece nunca ter conseguido uma penetração profunda no seio das Forças Armadas espanholas – estabeleceu igualmente contactos com os meios da oposição democrática espanhola, nomeadamente com a Junta Democrática e com o próprio Conde de Barcelona. Esta organização acabaria por ser dissolvida em 29 de Junho de 1977, embora tal não impedisse que os seus membros fossem energicamente perseguidos pela hierarquia militar, tendo muitos deles sido detidos e demitidos das Forças Armadas espanholas (Prego 1995, 213-215). Sobre ela produz Javier Tusell a seguinte reflexão:

¹⁴⁹ Sánchez Cervelló faz uma avaliação diferente do “espírito da Guarda”: “após esta fase particularmente delicada [...] não se produziu um avanço real na normalização entre os dois países” (1993, 357).

¹⁵⁰ Ver Medeiros Ferreira 2001, 58.

Antes de mais é preciso assinalar que em nenhum momento pôde a oposição ligar-se com sectores importantes da classe militar; neste sentido a situação foi muito diferente da que se deu em Portugal. Inclusivamente pode dizer-se que a União Militar Democrática, cujos membros militavam nas fileiras das esquerdas, serviu para confirmar a consciência profissional dos militares e para os levar a afastar do cenário político. (2007, 59).

7.5 Os primeiros tempos de Juan Carlos

Um dos primeiros trunfos que o Rei D. Juan Carlos conseguiu obter foi a aceitação internacional. A 2 de Junho de 1976 o Rei é recebido pelo Presidente Gerald Ford na Casa Branca e no dia seguinte discursa, em inglês, no Congresso norte-americano cativando, aparentemente, o auditório com a sua simpatia natural e reforçando, como é óbvio, os seus apoios e prestígio, o que em certa medida acabaria por reduzir a força de pressão da oposição antimonárquica (Tusell 2007, IV, 62). Aliás, já durante uma visita oficial que fizera à República Federal da Alemanha, em 1972, o então Príncipe causara uma impressão positiva ao demonstrar a sua preferência pela democracia representativa, o que não deixaria de contribuir para quebrar o isolamento a que o regime franquista se vira condenado (Prego 1995, 159-160).

Quando finalmente Arias Navarro se apercebeu da sua manifesta incapacidade para pôr em prática, a partir das posições do poder, um decidido programa de reformas democráticas ambicionado pelo próprio Rei, apresentou, em 1 de Julho de 1976, a demissão das funções de presidente do Governo, funções essas que acabara por exercer por não mais do que seis meses após a subida de Juan Carlos ao trono, não só pela impossibilidade pessoal de reter o apoio simultâneo da direita pura e dura e do centro-esquerda liberal, mas sobretudo pelo bloqueio que a própria mecânica das instituições

opunha a qualquer projecto reformista¹⁵¹. Tornava-se portanto imperativo encontrar um modo de superar este mecanismo de bloqueio e Juan Carlos conseguiu-o ao empossar em 8 de Julho como chefe do governo Adolfo Suárez, um político oriundo dos meios franquistas e geracionalmente mais perto do Rei, mas comprometido com o *aperturismo*¹⁵². Outras duas nomeações estratégicas tomadas nessa altura pelo soberano foram a de Torcuato Fernández Miranda¹⁵³, um jurista e político da sua confiança, como presidente das Cortes e do Conselho do Reino¹⁵⁴ e, pouco depois, a do general Gutierrez Mellado, chefe do Alto Estado Maior do Exército, para a Defesa.

Contornar o bloqueio institucional utilizando os recursos oferecidos pelas próprias instituições legais e sem provocar uma ruptura foi a tarefa que Suárez iniciou começando por fazer aprovar pelas Cortes legislação de importância política como a Lei de Reunião e Manifestação e a nova Lei das Associações Políticas de Maio e Junho de 1976, respectivamente. Um mais notável avanço foi alcançado pelo governo de Suárez quando as Cortes, em Novembro de 1976, aprovaram a Lei para a Reforma Política, como adiante se desenvolverá. Entretanto, para enfrentar as fortes pressões que emergiam quer dos sectores de esquerda quer dos sectores de direita, Suarez apostou na estabilidade as Forças Armadas espanholas incentivando a respectiva lealdade institucional ao seu Comandante em Chefe o Rei e inculcando-lhes um profissionalismo que as imunizasse tanto das influências de velhas hierarquias nostálgicas como do voluntarismo que despontava em meios castrenses mais próximos da clandestina

¹⁵¹ Sobre os principais problemas dos últimos meses da gestão de Arias Navarro ver, entre outros autores, Tusell 2007, 56-68.

¹⁵² Em Portugal, Mário Soares tomara posse como Primeiro-ministro do I Governo Constitucional a 23 de Julho do mesmo ano.

¹⁵³ Torcuato Fernández-Miranda (1915 – 1980), professor de Direito e reitor da Universidade de Oviedo, era vice-presidente do Governo na altura do assassinato de Carrero Blanco e foi mais tarde Presidente das Cortes e do Conselho do Reino.

¹⁵⁴ O Conselho do Reino havia sido criado pela Lei de Sucessão na Chefia do Estado, de 1947, e possuía atribuições importantes, designadamente a de propor ao Chefe de Estado uma lista de três nomes de entre os quais seria seleccionado o Presidente do governo. Detinha, além disso, a faculdade decisiva de poder depor o soberano (Prego 1995, 302).

UMD¹⁵⁵. Todavia, sobravam ainda os problemas dos nacionalismos, da manutenção dos princípios de ordem pública e do combate ao terrorismo que iriam ainda exigir muito mais tempo e muito mais talento político (Tusell 2007, 136-150).

7.5.1 A “Platajunta”

Como regista o autor espanhol Javier Tusell, a liberdade que a oposição política começou a exercer a partir de Janeiro de 1976 através de publicações, manifestações e *slogans* – ainda que não estivesse formalmente regulamentada – serviu igualmente para demonstrar a sua incapacidade para, por si só, conseguir uma mudança do sistema político (2007, 59). Mas se a manifesta falta de unidade e eficácia da oposição podiam explicar sua incapacidade de avançar com soluções concretas e viáveis, a improvável manutenção do sistema institucional do anterior regime gerava outrossim um elevado grau de desertificação do panorama político. Num esforço de superar esta limitação a oposição renovara em Março de 1976, como já referido, a tentativa de criar uma frente unitária, a “Platajunta”, como resposta única da esquerda ao reformismo do regime¹⁵⁶. No léxico político da época, havia-se tornado corrente, como já mencionámos, a utilização do termo “reformismo” para designar os propósitos *aperturistas* do Governo, ao qual a oposição de esquerda contrapunha o termo “ruptura” como expressão da vontade de modificar radicalmente as instituições vigentes, designadamente pela nomeação de um governo provisório e pela realização de um referendo sobre a monarquia antes que fosse dado qualquer outro passo no processo de transição. Se por um escasso período de tempo tal “ruptura” significou o desiderato de certos meios da

¹⁵⁵ Tusell 2007, 59.

¹⁵⁶ Seria a partir da “Platajunta” que se formaria, mais tarde, a “Comissão dos Dez” encarregada de estabelecer negociações directas com o Governo de Suárez.

oposição de reverter o resultado da Guerra Civil e de herdar o poder sem esforço, não tardou que o realismo os obrigasse a trilhar uma via diferente que foi nomeada, de modo algo paradoxal, como “ruptura pactada”. O que de facto sucedeu foi que o pragmatismo obrigou a oposição a negociar uma reforma de fundo proveniente do poder significando isto que a Platajunta acabou por se reduzir a um espaço de negociação¹⁵⁷.

7.6 Os governos de Suárez

O primeiro governo de Suárez, que se caracterizou por uma média etária de 44 anos, apenas incluiu um antigo ministro de Franco, o almirante Pita da Veiga¹⁵⁸. Numa das suas declarações depois de indigitado Suárez teve o cuidado de reiterar os seus propósitos democráticos ao declarar que todo o governo devia respeitar as leis, mas que estas deveriam esforçar-se também por reconhecer as realidades do país (Tusell 2007, IV, 75). Concretizando tais propósitos no plano prático, foram tomadas diversas medidas de desanuviamento político, designadamente a reintegração de vários professores universitários nos postos de que haviam sido demitidos durante o franquismo; a concessão de uma amnistia política parcial e a realização de contactos directos com os partidos da oposição. Uma outra alegada decisão do Governo de Suárez representaria também uma inovação original num regime que emergia da ditadura: a polícia teria sido instruída para graduar a sua tolerância de harmonia com o nível de esquerdismo dos partidos alvo das respectivas intervenções repressivas, provavelmente para não despertar excessivos temores nos sectores moderados da oposição (Tusell 2007, IV, 76; Carrillo 1983, 41).

¹⁵⁷ Javier Tusell comenta que no início da democratização o PCE mostrou-se mais aberto a aceitar a Monarquia do que o PSOE (2007, IV, 123).

¹⁵⁸ Gabriel Pita da Veiga y Sanz (1909-1993), almirante e Ministro da Marinha (1973-1977).

Porém, o passo mais ousado do Governo de Suárez foi, como mencionado, a Lei de Reforma Política cuja essência traduzia a necessidade de legitimação mediante a convocação, pela primeira vez em quarenta anos, de eleições gerais no Reino e da definição de um quadro institucional mínimo para que pudessem ser concretizadas. No seu articulado a Lei previa a criação de duas câmaras – uma, o Congresso, a eleger pelo sistema proporcional e outra, o Senado, a eleger pelo sistema maioritário – compostas respectivamente de 204 e 350 membros a serem votados por sufrágio universal, com excepção de 40 senadores a nomear pelo Rei. Estas duas câmaras teriam como missão a elaboração de uma nova Constituição. Após longos debates, o projecto foi aprovado com algumas alterações pelas Cortes e submetido seguidamente a um referendo nacional em 15 de Dezembro de 1976. Compareceram às urnas 77% dos eleitores inscritos e a Lei foi aprovada por 88% de votos numa eleição que foi considerada “a consulta mais livre que teve lugar em Espanha desde a Guerra Civil” em que “a maior parte da população sentiu que tinha podido expressar-se de uma forma não manipulada” (Tusell 2007, IV, 84). Como é bem de ver, este desfecho foi uma vitória para o presidente do Governo espanhol e voltou a forçar a oposição a rever as suas estratégias de ruptura¹⁵⁹.

7.7 Os militares e a legalização do PCE

Uma das questões mais delicadas que o Governo de Suárez teve de enfrentar foi a da legalização do Partido Comunista de Espanha¹⁶⁰. Efectivamente, a aversão castrense ao PCE tinha profundas raízes na instituição militar que vinham desde a Guerra Civil e

¹⁵⁹ Tusell comenta que “a linguagem do PSOE tardaria bastante a moderar-se, mas a sua actuação prática foi sempre mais flexível e hábil do que dogmática e ideologizada” (2007, 106).

¹⁶⁰ Sobre a legalização do Partido Comunista de Espanha ver, entre outros autores, Victoria Prego 1995, 643-667; Javier Tusell 2007, vol. IV, 90-96.

constituía um escolha importante na rota da democratização. Em resumo, o dilema que o governo enfrentava era o seguinte: ou não permitia a legalização daquele partido e isso significaria um grave revés para a imagem de uma abertura democrática completa; ou permitia a sua legalização e aí surgia o risco de uma violenta reacção militar que liquidaria de vez o processo de transição. Não obstante, havia dois factores que mitigavam a gravidade do problema: por um lado, o partido de Santiago Carrillo não só manifestava insistentemente o seu desejo de evitar uma nova guerra entre espanhóis, como começara a aproximar-se, na esteira do exemplo italiano, das posições *eurocomunistas*¹⁶¹; por outro lado, as Forças Armadas haviam evoluído bastante desde o termo da Guerra Civil, quer em virtude da renovação etária dos quadros, quer em razão de uma mudança de mentalidade facilitada por uma aproximação das suas congéneres dos países ocidentais com quem, aliás, tinham começado a beneficiar de contactos frequentes e mesmo de cooperação desde o início da Guerra Fria. Finalmente, depois de negociações complexas, o PCE foi legalizado no fim-de-semana de 9 de Abril de 1977. Apesar de essa decisão haver beneficiado do apoio do influente general Gutiérrez Mellado, Vice-presidente do Governo para assuntos de Defesa, não deixou de provocar alguma perturbação nos meios militares – v.g. a demissão do ministro da Marinha, almirante Pita da Veiga – que não teve consequências de maior. Seria, de resto, nesse mesmo mês de Abril que o Governo de Suarez dissolveria o Movimento franquista, já em adiantado processo de desagregação, integrando os respectivos serviços na Administração Pública.

7.8 As eleições de 1977

¹⁶¹ Em Março de 1977 tivera lugar em Madrid uma cimeira eurocomunista.

As eleições legislativas de 15 de Junho de 1977 são consideradas por muitos autores como a baliza que assinala a passagem da fase de transição para a fase de consolidação do processo espanhol de democratização. É de facto a partir dessa data que se pode afirmar que o povo espanhol passou a ter em mãos o seu destino. Os principais partidos que concorreram às eleições foram: a União do Centro Democrático (UCD) – uma coligação partidária de 15 formações políticas encabeçadas por Adolfo Suárez; o PSOE, liderado por Felipe Gonzalez; o PCE, de Santiago Carrillo; a Aliança Popular, de Manuel Fraga Iribane, e o Partido Socialista Popular, de Tierno Galván. Com uma afluência às urnas de 77,1% do eleitorado, os resultados foram os seguintes:

UCD	34%	165 deputados
PSOE	29%	118 deputados
PCE	9,2%	20 deputados
AP	8,2%	16 deputados
PSP	4,4%	6 deputados

Sobre estes resultados – que não concederam qualquer hipótese de representação parlamentar, quer à extrema-esquerda, quer à extrema-direita – produziu Javier Tusell a seguinte reflexão:

A melhor forma para definir o sistema espanhol de partidos políticos, a partir de 1977, é utilizar o critério do especialista italiano Giovanni Sartori. Para ele Espanha seria um caso mais de um sistema de partidos polarizado e plural. O polipartidarismo indica a impossibilidade de reduzir o sistema de partidos a tão-somente dois, enquanto a polarização significa a existência de motivos de divergência potencialmente importantes. (2007, IV, 114).

De todo o modo, afigura-se que o pluralismo passou a ser uma realidade em Espanha e que o centro do espectro político terá atraído mais sufrágios do que os extremos. O

governo de Suárez, agora em posição minoritária, seria pouco depois remodelado, o que terá facilitado os consensos essenciais à elaboração da Constituição de Espanha que as novas Cortes imediatamente avocaram.

7.9 Os Pactos de Moncloa

Durante o Verão de 1977, a Espanha atravessou uma gravíssima crise económica devida ao facto de os temas da agenda política terem feito passar para segundo plano a definição de uma política clara nesse domínio. Temeu-se que se produzisse uma perigosa espiral inflacionária associada a incessantes reivindicações sociais que poderiam agitar todo o país e afectar o ambiente de tranquilidade e moderação que se desejava para a elaboração do Texto Fundamental. Foi a partir de então que surgiu a proposta do chefe do governo, Adolfo Suárez, sobre os chamados “Pactos de Moncloa” que marcariam um dos mais significativos momentos da transição espanhola para a democracia¹⁶². O seu objectivo básico era alcançar um consenso na área socioeconómica que englobasse partidos políticos, organizações patronais, sindicatos e outras forças sociais que se comprometeriam a aceitar um certo congelamento salarial a troco de uma reforma fiscal mais equitativa e de outros benefícios situados principalmente no domínio da Segurança Social. A proposta recebeu o apoio expresso do PCE e, após algumas reticências, também do PSOE. Destes Pactos de Moncloa, assinados 25 de Outubro de 1977, diria Santiago Carrillo na sua *Memoria de la Transición* que foram “o acordo progressista mais sério que se realizou no nosso país desde os anos trinta entre forças operárias e burguesas”. E o mesmo líder político

¹⁶² Os Pactos de Moncloa eram constituídos por dois documentos: o *Acordo sobre o programa de saneamento e reforma da economia* e o *Acordo sobre o programa de actuação jurídica e política*. Os respectivos textos encontram-se disponíveis em <http://www.mpr.gob.es/servicios/publicaciones/vol17/> - acesso em 26.II.2014.

justificaria essa sua opinião nos seguintes termos: “Neles se tratou de abordar medidas contra a crise não na linha da oligarquia, mas no do reforço dos direitos dos trabalhadores” (1983, 53).

Se o Pacto nunca chegou a ser integralmente cumprido, nem erradicou por completo os antagonismos sociais existentes, não deixou de contribuir tanto para uma importante transformação da sociedade espanhola, designadamente favorecendo um novo tipo de sindicalismo mais virado para a concertação social, como também para amenizar as tensões políticas e evitar que a intransigência das reivindicações sociais inviabilizasse o indispensável consenso constitucional.

7.10 A Constituição de 1978

O processo de elaboração da Constituição portuguesa de 1976 foi tomado em devida de conta pelos deputados constituintes espanhóis. A intenção inicial do governo de Suarez foi confiar a um grupo de peritos a redacção de um texto curto que evitasse as bem intencionadas e genéricas declarações de propósitos em matérias económicas e sociais. A esquerda, porém, impôs uma extensa enumeração de direitos e objectivos cuja lógica assentava no facto de o país estar a sair de uma ditadura (Tusell 2007, IV, 123). Não obstante, a característica mais relevante e positiva do texto constitucional – onde a Espanha é definida como um Estado social e democrático de Direito – foi a sua natureza consensual e reconciliatória, para além do apoio que recolheu das principais forças políticas do país. Uma outra disposição igualmente significativa foi a definição da Monarquia como um órgão do Estado e não como um poder soberano. Javier Tusell regista que nos termos da Lei Fundamental de Espanha a monarquia “é definida como parlamentar, moderadora e arbitral e que lhe compete exercer funções representativas e

de carácter simbólico, que derivam da sua condição de magistratura moral e não de responsabilidades políticas concretas” (2007, IV, 131). Por esse motivo, classifica como paradoxal o facto de a Monarquia desfrutar em Espanha de um apoio social superior que torna as declarações do soberano especialmente influentes (*ibidem*).

Por fim, a questão da organização territorial do Estado e das “nacionalidades” que no fundo levantava o problema das autonomias foi a única que permaneceu de alguma maneira em aberto.

Em Outubro de 1978, a Constituição foi aprovada numa sessão conjunta das duas câmaras parlamentares e no mês de Dezembro seguinte foi submetida a um referendo onde obteve a aprovação de 88,54% dos votos depositados nas urnas a par de uma abstenção da ordem dos 30% ¹⁶³.

7.11 As eleições de 1979

A partir da aprovação da Constituição pode-se considerar concluída a fase da transição para a democracia e iniciada a fase da consolidação. Por isso limitar-nos-emos a uma referência muito sucinta dos principais momentos da fase da consolidação.

As eleições de 1979 confirmaram uma vez mais a rota pluralista da democracia espanhola e uma certa tendência para o bipartidarismo, ainda que, como tantas vezes ocorre nas novas democracias, o aumento da abstenção tenha patenteado um *desencanto* de vários sectores da sociedade espanhola. Raymond Carr atribui esse fenómeno

¹⁶³ Em <http://autodesarrollate.blogspot.pt/2013/05/constituicao-espanhola-de-1978.html> - encontra-se disponível o texto da Constituição espanhola de 1978 - acesso em 26.II.2014.

a uma falsa percepção daquilo que a democracia está a fazer e pode conseguir como sistema solucionador de problemas. Por cima de tudo, por detrás do desencanto repousa o que poderia chamar-se a psicologia das grandes expectativas falsificadas. (1991, 240).

De qualquer maneira, Suárez continuou a governar passando em dado momento a apoiar-se em governos minoritários que iam acusando crescentes sinais de *deterioração*. O mesmo desgaste ocorria no seio do seu partido, a UCD, o qual mostrava igualmente progressivos sintomas de desagregação. Em 29 de Janeiro de 1981 Adolfo Suárez apresentou o seu pedido de demissão ao Rei sendo substituído na chefia do Governo pelo também dirigente da UCD Miguel Calvo-Sotelo ¹⁶⁴.

7. 11.1 A tentativa de golpe de 23 de Fevereiro de 1981

O processo de democratização da Espanha passou por momentos que o poderiam ter posto em risco, quando a 23 de Fevereiro de 1983, no interregno gerado pela saída de Suárez do governo, um grupo de militares interrompeu uma sessão do Congresso e sequestrou os respectivos deputados durante várias horas com objectivos pouco claros. A intervenção do Rei Juan Carlos em favor da legalidade constitucional e da reposição da ordem democrática frustrou a operação dos revoltosos que acabaram por se render enquanto o soberano congregava a lealdade da grande maioria dos comandos militares e garantia a continuidade do processo de consolidação democrática. Não deixa, contudo, de ser interessante a comparação com Portugal que Santiago Carrillo faz a propósito deste incidente:

¹⁶⁴ Leopoldo Ramón Pedro Calvo-Sotelo y Bustelo (1926-2008) foi ministro nos governos de Arias Navarro e de Adolfo Suárez antes de assumir a presidência do Governo.

Certos amigos estrangeiros puseram em contraste a reacção do povo português ao alegado golpe de Estado do general Spínola, ou a do povo italiano face à “Lei Truffa”, com a atitude passiva do povo espanhol na noite do 23-F2. E temos que reconhecer que essa noite foi de angústia em torno dos transístores, mas também de passividade. A imensa maioria dos espanhóis não queriam o golpe – mostrou-se sobejamente depois – mas ainda não estavam decididos a arriscar-se em defesa da democracia. (1983, 19-20).

7.12 As eleições de 1982

A vitória eleitoral do PSOE com 48,11% dos votos nas eleições de 28 Outubro de 1982 deu-lhe a maioria absoluta no Congresso e demonstrou que a democracia já estava consolidada em Espanha. Por isso muitos autores defendem que só então é que terminou a fase da transição democrática. É o caso de Javier Tusell para quem as eleições gerais de Outubro de 1982 podem considerar-se como o momento final desse processo histórico que foi a transição espanhola para a democracia em virtude de

1. Nessa data, o grupo político que havia desempenhado o papel de protagonista na transição não só foi apeado do poder, como também desapareceu tendo sido substituído por um novo partido no qual a componente política do regime anterior era quase nula.
2. As possibilidades de um golpe de Estado tornaram-se mínimas ou quase nulas, depois da derrota dos conspiradores militares de 23 de Fevereiro de 1981, o que prestigiou o regime democrático.
3. O impacte dos resultados eleitorais constituiu um “terramoto eleitoral” cujas consequências iriam perdurar no futuro e que significou um corte com o passado. (2007, 204-205).

A acção do governo socialista de Felipe González pode então trasladar-se da área estritamente política para os domínios sociais e económicos, para o planeamento das Autonomias, para a integração na Comunidade Europeia ou na NATO. Começava a fase da consolidação da democracia espanhola.

7.13 Observações

Do estudo deste período, uma importante constatação é que os Pactos de Moncloa desempenharam um papel fundamental na definição da natureza *pactada* da transição espanhola ao converter a contestação laboral do país vizinho num sindicalismo de concertação.

Cabe perguntar, como faz Javier Tusell, até que ponto os políticos desempenharam um papel essencial, ou se foi a própria sociedade que os forçou a aprender a partir da sua moderação e do desejo de que as mudanças não fossem traumáticas (2007, IV, 231). O mesmo autor invoca, aliás, Rodolfo Martín Villa ¹⁶⁵, para atribuir ao PSOE uma carga “utópica, infantil e endeusada da sua importância” a qual contrastava com o realismo pactuante e pragmático de Santiago Carrillo (2007, IV, 32).

Tusell conclui que a transição espanhola traduziu uma combinação de factores que

torna impossível determinar se o sucedido foi uma reforma ou uma ruptura e que inclusivamente priva de sentido qualquer pergunta sobre esse particular. Resultou numa ruptura por procedimentos reformistas ou numa reforma tão profunda que fez desaparecer radicalmente o reformado. Foi, como tal, uma excepção no conjunto da “terceira vaga” e também um exemplo. (2007, vol. IV, 43).

Philippe C. Schmitter, aludindo ao caso dos dois países ibéricos especifica que

¹⁶⁵ Rodolfo Martín Villa, sindicalista e político, ministro das Relações Sindicais no último governo de Arias Navarro e ministro *de la Gobernación* no primeiro governo de Suarez.

apesar da sua proximidade geográfica e cultural e da coincidência temporal das suas transições, é muito pouco plausível afirmar-se que a Espanha empreendeu a sua mudança de regime em 1975 devido a acontecimentos anteriores verificados em Portugal em 1974. Com efeito, os Espanhóis esperavam há muito a morte de Franco, que foi o acontecimento específico que desencadeou o processo de transição – e não a revolução portuguesa.

Os Espanhóis estavam muito mais bem preparados, de muitas maneiras, para a democratização do que os seus vizinhos portugueses, porque tinham começado a preparar-se há muito mais tempo. Quando muito poderá dizer-se que a Espanha aprendeu algumas lições negativas sobre aquilo que deveria evitar durante a transição e, portanto, teve um processo muito mais fácil do que teria sido de outro modo. (1999, 388).

O mesmo Javier Tusell insiste, porém, na ideia de que

Em nenhum momento incorreu a Espanha no risco de converter-se num regime ditatorial das esquerdas – como ocorreu em Portugal – nem tão pouco se produziu a instabilidade governamental e a grave crise económica que dissipou a ampla reserva de divisas de que o país vizinho dispunha no início da transição. (2007, vol. IV, 245).

Quanto a Samuel Huntington reduz a questão aos seguintes temas: “ em Espanha, o ditador morreu e os seus sucessores levaram a cabo um caso clássico de transformação democrática a partir de cima” (1991, 121). Por isso, o caso espanhol em particular tornou-se o modelo para as subsequentes democratizações na América Latina e na Europa de Leste (1991, 127). Não obstante Sánchez Cervelló nota a inter-relação entre os processos dos dois países ao reconhecer que “só se puderam dar passos decisivos para a democratização espanhola quando Portugal se normalizou politicamente” (Sánchez Cervelló 1993, 382).

Por sua vez, Medeiros Ferreira salienta que a particularidade da transição espanhola reside não em diferenças de natureza ideológica, mas num aliança entre a monarquia e

as Forças Armadas espanholas que permite a manutenção da linha hierárquica das instituições (2001, 56).

Finalmente, é de registar a conclusão a que chega António Pedro Vicente ao lembrar que

As grandes mutações políticas nos anos 70, em Portugal e Espanha, trariam um novo relacionamento, terminadas todas as veleidades políticas iberistas, derrubados entraves psicológicos artificiais e imaginários sociais que, através de séculos, deram vigor às “costas voltadas”. (2003, 22).

Capítulo 8

CONCLUSÕES

Durante a elaboração da presente dissertação surgiu um feixe de inúmeras questões que, muito embora extravasassem os objectivos inicialmente propostos, relacionavam-se com eles e ajudaram a compreender melhor o seu escopo central. Essas variadas questões que afloraram aqui e ali ao longo do texto têm méritos próprios e seriam certamente dignas de desenvolvimento e análise em investigações posteriores.

Uma das questões que subsiste nas proximidades do escopo do tema que aqui nos ocupa é o velho problema do *iberismo*, fenómeno que pode ser definido *grosso modu* como a tendência de carácter político de integrar Portugal num todo peninsular. É óbvio que a proximidade geográfica e o inevitável intercâmbio económico entre os dois países, assim como as influências culturais e políticas, com as suas inevitáveis variações de intensidade ao longo do tempo, nunca deixaram de existir. Tais influências, porém, tornaram-se críticas sempre que puseram em causa a estabilidade da estrutura de um dualismo plurissecular que se alimentava da diferença de sensibilidades e da oposição de posturas.

Sendo certo que o reparo frequentemente formulado sobretudo por autores espanhóis de que Portugal e a Espanha têm estado “de costas voltadas” – ou seja, existe em cada um desses países um vasto desconhecimento e indiferença pelas realidades do outro – pode possuir algum fundamento, é difícil igualmente não admitir a possibilidade de se ocultar sob essa percepção alguma emulação despropositada. Poderia tal tipo de sentimentos estar eventualmente subjacente na opinião de um ou outro autor espanhol ao qualificar o respectivo processo de democratização como “exemplo paradigmático universal” e o caso português como o modelo a não imitar?

Retornando ao tema central da presente dissertação há que deduzir as seguintes conclusões numa óptica de ciência política:

- a) As condições de partida de Portugal e da Espanha no momento em que se iniciaram os respectivos processos de transição democrática não eram naturalmente iguais. Mas, como foi mencionado, os especialistas fazem avaliações diversas quanto ao nível de diferença existente entre os dois países não só no que respeita às condições económico-sociais e culturais, mas também no que concerne à natureza das respectivas estruturas institucionais. Além disso, face àqueles que se interrogam sobre se essas disparidades não serão meramente quantitativas, perguntamos se tal tema não mereceria investigações mais profundas. De facto, alguns investigadores concluem pela existência de um maior desenvolvimento económico e social espanhol em consequência de uma fase mais avançada de industrialização a qual, aliás, também alargou a base política própria da classe média. Outros autores porém defendem que as liberdades e o desenvolvimento cultural portugueses eram mais notórios. Atingiriam essas diferenças uma dimensão estrutural?

- b) O conceito de *snowballing* minimiza de alguma maneira as condições económicas, sociais e culturais como causas da democratização, o que relativiza a questão formulada em a). Do estudo de um contexto onde inúmeras variáveis podem desencadear o fenómeno do “contágio”, resulta que a tendência actual dos investigadores inclina-se para colocar o acento tónico no papel dos agentes activos, ou seja das elites.

- c) Apesar de a fase inicial das transições democráticas dos dois países se caracterizar pela incerteza, a diferença fundamental entre estes dois processos foi que no caso português se partiu de uma clara ruptura com o regime, ruptura essa manifestada sobretudo pela quebra da cadeia hierárquica militar, pela substituição radical de governantes e pela eliminação ou transformação das principais instituições do regime anterior. No caso espanhol, pelo contrário, a transição foi negociada, o que permitiu a subsistência das instituições e a recuperação de boa parte da classe dirigente do regime franquista.
- d) Por outro lado, no caso espanhol, as elites que no início gerenciaram a transição provinham essencialmente do centro e do centro direita do espectro político do país. No caso português a queda do regime autoritário foi conduzida pelos oficiais das patentes intermédias congregados no MFA, parte dos quais ao se aliarem com movimentos radicais da extrema-esquerda durante o Verão Quente, para se definirem como vanguarda revolucionária, não deixaram de se converter numa variável que tentou impor uma concepção de democracia alheia ao entendimento e à prática política comum aos países da Europa ocidental e, designadamente, aos objectivos políticos dos líderes da transição do país vizinho.
- e) No caso da Espanha, um factor de diferença foi a ausência de um conflito colonial relevante, o que moldou de forma diferente o perfil dos quadros das Forças Armadas. A par disso, perdurava a memória ainda viva da Guerra Civil que estimulou uma clara vontade de acordo entre as principais forças políticas quer no sentido de pesquisar soluções vantajosas para todas as forças políticas e

sociais relevantes, quer no sentido de gerar solidez institucional. Finalmente, a Espanha confrontava-se com dois problemas que não tinham equivalente em Portugal: o terrorismo e as autonomias regionais.

- f) Um aspecto complementar a ter em conta ao examinar a transição portuguesa é que no momento em que se dá a Revolução o fenómeno da “terceira vaga” de democratizações estava precisamente a despontar pelo que ainda não havia consciência da dimensão que viria a assumir posteriormente.

Entrando nas questões que inicialmente nos propusemos, é difícil não reconhecer a influência que o processo de democratização português teve no país vizinho. Tanto a sociedade civil espanhola como as autoridades de Madrid nunca deixaram de acompanhar atentamente o que se passava em Portugal. Outra questão bem diferente será caracterizar o tipo de influência que efectivamente ocorreu. Até ao início do chamado Verão Quente de 1975 é natural que o povo espanhol sentisse forte curiosidade pelo exotismo de algumas práticas e grande atracção pela explosão de liberdade que sacudiu o país vizinho. Enquanto isso, a posição das autoridades de Madrid revestiu-se de grande circunspecção. Quando durante esse Verão Quente, começaram a emergir o discurso e a *praxis* dos sectores revolucionários, a sociedade civil do país vizinho – onde a classe média continuava a afirmar-se – apressou-se a reavaliar as suas perspectivas. Simultaneamente, os meios governamentais e militares de Espanha – e até parte da oposição política - tomaram consciência da necessidade de acelerar e aprofundar reformas que evitassem o exemplo, a seus olhos degradante, do vizinho português. Ou, dito de outro modo, terá funcionado um efeito “vacina”. Por último, tão pouco é de excluir a hipótese de a harmonia alcançada na fase final da

transição espanhola ter acabado por influenciar também positivamente a fase de consolidação da democracia portuguesa.

O trabalho efectuado e concretizado na presente dissertação proporcionou-nos consciência de que estas conclusões não são definitivas; que muitas das respostas às questões que se nos depararam acabam por seu turno por suscitar outras perguntas; que resta muito terreno para desbravar no campo das hipóteses. Mas confiamos que este trabalho possa contribuir, se não para algum progresso nas reflexões sobre o tema, pelo menos para estimular uma investigação gratificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

Colecção de telegramas expedidos e recebidos de Madrid;
anos de 1974 e 1975

*

AZEVEDO-HARMAN, Elisabete. 2013. “A Longa Primavera Africana”. Em *Próximo Futuro*, nº 13, Junho-Julho 2013, 6-11.

AMARAL, Diogo Freitas do. 1995. *O antigo regime e a revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*. Venda Nova: Bertrand / Nomen.

CAROTHERS, Thomas. 2002. “The End of the Transition Paradigm”. Em *Journal of Democracy* 13:1.

CARR, Raymond. 1998. *España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980*. Barcelona: Ariel.

CARRILLO, Santiago. 1983. *Memória de la transición: La vida política española y el PCE*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, S.A.

CARVALHO, Otelio Saraiva de. 1984. *Alvorada em Abril*. Pref. Eduardo Lourenço. 3ª ed. Lisboa: Ulmeiro.

CASTAÑO, David. *Mário Soares e a Revolução*. 2013. Alfragide: D. Quixote.

CRUZ, Manuel Braga. 1995. *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Venda Nova: Bertrand Editora.

DAHL, Robert A..(1989). *Polyarchy: Participation and Opposition*. Yale University Press, New Haven.

DIAMOND, Larry. 1996. *The global resurgence of democracy*. Ed. Larry Diamond and Marc F. Plattner. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

DIAMOND, L.J.. 1999. *Developing Democracy: Toward Consolidation*. Baltimore & London: John Hopkins University Press.

FERREIRA, José Medeiros. 1990. *Ensaio Histórico Sobre a Revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*. Lisboa: Alfa.

FERREIRA, José Medeiros. 1999. “Os militares e a evolução política”. Em *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976*. Fernando Rosas (coord.). Lisboa: Colibri.

GOMES, Adelino, e José Pedro CASTANHEIRA. 2006. *Os dias loucos do PREC : do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975*. Lisboa: Público : Expresso.

GOMES, Bernardino, Tiago Moreira de SÁ. 2008. *Carlucci vs. Kissinger: Os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos 1966. *Franco e Salazar as relações luso-espanholas durante a guerra fria*. Pref. Hipólito de la Torre Gómez. Lisboa: Assírio & Alvim.

HUNTINGTON, Samuel P.. 1991 *Democracy's Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.

HUNTINGTON, Samuel P.. 1996. "Democracy's Third Wave". Em *The Global Resurgence of Democracy*, editado por Larry Diamond and Marc F. Plattner, 2nd ed., Baltimore and London: The John Hopkins Press.

LINZ, Juan J., e Alfred STEPAN. 1996. *Problems of democratic transition and consolidation : Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

LIPSET, Seymour Martin. 1959. "Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy". Em *The American Political Science Review*, vol. 53, n.º1 (Março).

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, "Ala Liberal". 1999. Em *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), Porto: Livraria Figueirinhas.

MAXWELL, Kenneth. 1983. *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. London: Greenwood Press.

MAXWELL, Kenneth (1992). *A construção da democracia em Portugal*. Trad. Carlos Leone. Lisboa: Editorial Presença.

MÖLLER, Jörgen, e Svend-Erik Skaaning. 2013. "The Third Wave: Inside the Numbers: democratic set-backs (2006-2012)". Em *Journal of Democracy*, October 2013, vol. 24, Number 4.

MÖLLER, Jörgen e Svend-Erik Skaaning. 2013. "Regime types and Democratic Sequencing". Em *Journal of Democracy*, January 2013, vol. 24, Number 1.

MOREIRA, Vital. 1999. "A Instituição da Democracia. A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976". Em *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976*. Fernando Rosas (coord.). Lisboa: Colibri.

O'DONNELL, Guillermo, e Philippe C. Schmitter. (1996). *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. London: The Johns Hopkins University Press.

- OSÓRIO, Sanches. 1975. *O Equívoco do 25 de Abril*. Lisboa: Ed. Intervenção.
- PINTO, António Costa Pinto. 1999. “Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia, 1974-1976”. Em *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976*. Fernando Rosas (coord.). Lisboa: Colibri, 1999. p. 29-48.
- PINTO, António Costa. 2001. *O fim do império português: a cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte: Temas de História de Portugal.
- PINTO, Jaime Nogueira. 1995. *O fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril: Portugal - os anos do fim*. 2ª. ed. Algés: Difel.
- PINTO, Jaime Nogueira. 2013. *Ideologia e Razão de Estado: Uma história do Poder*. Porto: Civilização Editora.
- PREGO, Victoria. 1995. *Así se hizo la Transición*. Barcelona: Plaza & Janés.
- RAMOS, Rui (coord.). 2009. *História de Portugal*, 9 vols. Lisboa: Esfera dos Livros.
- REIS, António. 1990. “A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime”. Em *Portugal Contemporâneo*, vol. 5. António Reis (dir.). Lisboa: Edições Alfa.
- REZOLA, Maria Inácia. 2007. *25 de Abril : mitos de uma revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- REZOLA, Maria Inácia. 2012. *Melo Antunes Uma Biografia Política*. Lisboa: Ancora Editora.
- RODRIGUES, Luís Nuno. 2008. *Marechal Costa Gomes no centro da tempestade : Biografia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- ROSAS, Fernando 1999. “O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo”. Em *Do Marcelismo ao fim do Império*, Lisboa: Editorial Notícias.
- ROSAS, Fernando. 1999. “O Marcelismo e a crise final do Estado Novo”. Em *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976*. Fernando Rosas (coord.). Lisboa: Colibri.
- RUSTOW, Denkart. 1970. “Transitions to Democracy Model”. In *Comparative Politics*. The City University of New York. Vol. 2, n. 3 (Apr 1970).
- SAMPAIO, Nuno. 2009. *O sistema eleitoral Português crónica de uma reforma adiada*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. 1985. “A Influência de Abril na Mudança de Regime em Espanha”. Em *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 15,16,17; Maio, 209-221.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. 1993. *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola : 1961-1976*. Trad. José Colaço Barreiros. Lisboa: Assírio & Alvim.

SARDICA, José Miguel. 2013. *Ibéria : A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia Editores.

SCHMITTER, Philippe C. KARL, e Terry Lynn. “What Democracy is ... and is not”. Em *Journal of Democracy*. Summer. 1991. 67-73.

SCHMITTER, Philippe C.. 1999. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

SPÍNOLA, António de 1978. *País sem rumo : Contributo para a história de uma revolução*. [S.l.] : SCIRE, imp.

TELO, António José 1999. “A Revolução e a Posição de Portugal no Mundo”. Em *Portugal e a transição para a democracia : 1974-1976*. Fernando Rosas (coord.). Lisboa: Colibri. 275-314.

TELO, António José. 2007 *História contemporânea de Portugal: Do 25 de Abril à actualidade*, vol. I. Barcarena: Editorial Presença.

TELO, António José, e Hipólito de la Torre Gómez. 2000. *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*. Lisboa: Edições Cosmos.

TUSELL, Javier. 1993. *Carrero, la eminencia gris del régimen*, Madrid: Temas de Hoy.

TUSELL, Javier. 2007. *Historia de España en el Siglo XX*, 4 vols. Madrid: Taurus.

VICENTE, António Pedro. 2003. *Espanha e Portugal: um olhar sobre as relações Peninsulares no séc. XX*. Lisboa: Tribuna da História.